



ADELIACOR

ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL
DE ILHAS DOS AÇORES

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

PRORURAL+ 2014-2020

Ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo

Relatório Final

Novembro de 2015

ÍNDICE GERAL

1. Introdução.....	7
2. Caracterização Socio-Económica do Território	9
2.1. Caracterização Físico-Geográfica.....	9
2.2. Caracterização Demográfica.....	12
2.3. Caracterização Económica.....	21
2.4. Caracterização do Emprego.....	29
2.5. Serviços e Qualidade de Vida	32
2.6. Ambiente.....	40
2.7. O Sector do Turismo.....	47
3. O Sector Agrícola e Agro-Industrial	53
3.1. Caracterização Estrutural	53
3.2. Caracterização das Actividades	56
3.3. Agro-Indústrias e Produções de Qualidade	62
3.4. Caracterização dos Produtores e da Mão-de-Obra	65
3.5. Mecanização Agrícola.....	67
3.6. Apoios à Agricultura	68
4. A ADELIAÇOR.....	76
4.1. Caracterização da Parceria	76
4.2. O Período de Programação 2007-2013	78
5. Instrumentos de Política no Território de Intervenção	86
5.1. O PRORURAL+.....	86
5.2. O PO AÇORES 2020.....	89
5.3. Outros.....	94
6. A Estratégia de Desenvolvimento Local	96
6.1. Introdução	96
6.2. Análise SWOT e necessidades	97
6.3. Estratégia de desenvolvimento local.....	112
6.4. Visão e objectivos.....	113
6.5. Complementaridade e coerência com outros instrumentos de política.....	119
6.6. Intervenções e metas	124
6.7. Critérios de selecção de projectos	131
6.8. Medida 19.4 – Funcionamento e Animação.....	133
6.9. Plano financeiro e de investimento.....	136
6.10. Monitorização e avaliação da EDL.....	139
6.11. Estratégia de cooperação	141
6.12. Envolvimento da Parceria na elaboração e execução da EDL	144
6.13. Disposições de controlo e gestão.....	146
ANEXO I - Fichas de Medida	149
ANEXO II – Critérios de Selecção.....	159
ANEXO III – Resumo de Auscultação Pública	178
ANEXO IV – Indicadores de Contexto e de Desempenho.....	187
ANEXO V – Manual de Procedimentos Interno.....	189

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Superfície da zona de intervenção	10
Quadro 2.2 - Caracterização dos solos no Arquipélago dos Açores, quanto à finalidade e à qualidade.	12
Quadro 2.3 – Evolução da população residente na zona de intervenção	14
Quadro 2.4 – Saldos migratório e natural na zona de intervenção (n.º habitantes).....	15
Quadro 2.5 – Taxas de natalidade e mortalidade na zona de intervenção em 2014	15
Quadro 2.6 – População residente por género (2001-2011, n.º habitantes).....	16
Quadro 2.7 – População residente por classe etária (2001-2011, n.º habitantes)	17
Quadro 2.8 – Índice de envelhecimento em 2001 e 2011	18
Quadro 2.9 – Índices relativos à população residente em 2014	18
Quadro 2.10 – Densidade demográfica na zona de intervenção em 2014	20
Quadro 2.11 - PIB e PIB <i>per capita</i> , preços correntes (milhares de euros)	22
Quadro 2.12 - PIBpc PPC (UE 15 = 100) e PIBpc (% , UE 28 = 100)	23
Quadro 2.13 – VAB na RAA, preços correntes (M€).....	23
Quadro 2.14 – VAB na RAA, por ramo de actividade, preços correntes (M€).....	24
Quadro 2.15 – VAB na RAA, por ramo de actividade (%)	25
Quadro 2.16 - PIB por Ilha, preços correntes (milhares de euros)	25
Quadro 2.17 - PIB por ilha no total da RAA (%)	26
Quadro 2.18 - PIB <i>per capita</i> por Ilha, preços correntes (milhares de euros)	27
Quadro 2.19 - VAB por Ilha, preços correntes (milhares de euros).....	27
Quadro 2.20 - Produção do ramo agrícola, consumo intermédio, VAB e Rendimento Empresarial Líquido, preços correntes (milhões de euros).....	28
Quadro 2.21 - Produção do Ramo Agrícola, Produção Vegetal e Produção Animal a preços de base (preços correntes, milhares de euros)	29
Quadro 2.22 - Indicadores do mercado do trabalho (2009 - 2013 - População em milhares e taxas em %) 30	
Quadro 2.23 – Ganho médio mensal (€)	30
Quadro 2.24 – Trabalhadores por conta de outrem (nº)	31
Quadro 2.25 – Trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade em 2013 (nº).....	31
Quadro 2.26 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por sector de actividade em 2013 (€)	32
Quadro 2.27 - Proporção do poder de compra (%) e Factor do dinamismo relativo de poder de compra em 2011.....	33
Quadro 2.28 - Indicadores de educação 2012/2013 (%)	34
Quadro 2.29 - Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados - Educação pré-escolar (nº).....	35
Quadro 2.30 - Estabelecimentos de ensino - Ensino básico (nº).....	35
Quadro 2.31 – Número de alunos matriculados - Ensino básico (nº)	36
Quadro 2.32 - Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados - Ensino secundário (nº)	36
Quadro 2.33 – Alunos matriculados em 2014/2015	37
Quadro 2.34 – Indicadores de saúde (nº).....	38
Quadro 2.35 – Indicadores de saúde - Centros de saúde (nº).....	38
Quadro 2.36 - Instituições Particulares de Solidariedade Social	39
Quadro 2.37 – Tipologia das unidades de apoio social	39
Quadro 2.38 – Indicadores do sector monetário e financeiro (nº)	40
Quadro 2.39 – Indicador de justiça (%)	40
Quadro 2.40 – Zonas Rede Natura 2000	42
Quadro 2.41 – Sítios Ramsar	43
Quadro 2.42 – Evolução do número de estabelecimentos turísticos e da capacidade de alojamento (nº) 47	
Quadro 2.43 – Hotelaria tradicional em 2014	48
Quadro 2.44 - Origem dos hóspedes em hotelaria tradicional em 2014	49
Quadro 2.45 - Turismo em espaço rural em 2013 e 2014	50

Quadro 2.46 – Alojamento local em 2015.....	50
Quadro 2.47 – Proveitos totais do turismo (€)	52
Quadro 3.1 – Evolução dos indicadores estruturais da agricultura da zona de intervenção	54
Quadro 3.2 – Composição da SAU da zona de intervenção em 2009	57
Quadro 3.3 - Composição do efectivo pecuário da zona de intervenção em 2009.....	57
Quadro 3.4 – Categorias de bovinos na zona de intervenção em 2009	58
Quadro 3.5 – Superfície e produção das principais culturas agrícolas em 2012	60
Quadro 3.6 – Evolução da produção vinícola na zona de intervenção.....	60
Quadro 3.7 – Abate de bovinos em 2014	61
Quadro 3.8 – Leite de vaca em 2014	62
Quadro 3.9 – Produção de lacticínios em 2014	63
Quadro 3.10 – Natureza jurídica das explorações agrícolas em 2009 (n.º).....	65
Quadro 3.11 – Distribuição dos produtores singulares por género e classe etária em 2009 (n.º)	65
Quadro 3.12 – Evolução da mão-de-obra-agrícola	67
Quadro 3.13 – Evolução da mecanização agrícola da zona de intervenção (n.º).....	68
Quadro 3.14 – Evolução da mecanização-agrícola	68
Quadro 3.15 – Ajudas do POSEI por Ilha e Medida em 2013 (€).....	69
Quadro 3.16 – Prémios às produções animais do POSEI por Ilha em 2013 (€)	70
Quadro 3.17 – Ajudas às produções vegetais do POSEI por Ilha em 2013 (€).....	70
Quadro 3.18 – Ajudas à transformação do POSEI por Ilha em 2013 (€).....	71
Quadro 3.19 – Despesa pública aprovada em 2007-2014 nas medidas de apoio ao investimento do PRORURAL (€).....	72
Quadro 3.20 – Despesa pública aprovada em 2014 nas medidas de apoio anuais do PRORURAL (€).....	74
Quadro 4.1 – N.º e tipo de membros da parceria ADELIAÇOR.....	76
Quadro 4.2 – N.º de associados dos membros colectivos da parceria ADELIAÇOR	77
Quadro 4.3 – Representatividade da parceria ADELIAÇOR nas entidades públicas.....	77
Quadro 4.4 – Sectores de actividade das empresas da parceria ADELIAÇOR (nº)	77
Quadro 4.5 – Repartição da despesa pública programada por medida e acção (€).....	79
Quadro 4.6 – Nível de compromisso e execução da EDL	79
Quadro 4.7 – Implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 30/06/2015 (€)	79
Quadro 4.8 – Indicadores de implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 27/05/2015	81
Quadro 4.9 – Comparação das aprovações no Eixo 3 (ADELIAÇOR e PRORURAL) até final de 2014 (n.º, €) 81	
Quadro 4.10 – Aprovações por Ilha (n.º, €)	82
Quadro 4.11 – Implementação da Medida 4.2 até final de 2014 (n.º, €).....	84
Quadro 4.12 – Implementação da Medida 4.3 até final de 2014 (n.º, €).....	85
Quadro 6.1 – Indicadores de resultado por objectivo estratégico.....	128
Quadro 6.2 – Indicadores de resultado por objectivo operacional.....	129
Quadro 6.3 – Indicadores de realização por Intervenção até 2023	130
Quadro 6.4 – Indicadores de realização por Intervenção até 2018	131
Quadro 6.5 – Plano de investimento por Medida e Intervenção	137
Quadro 6.6– Plano de investimento anual.....	138
Quadro 6.7 - Plano de investimento anual por Intervenção	138
Quadro 6.8 – Entidades participantes do processo de auscultação.....	144

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Distribuição por Ilha da população da zona de intervenção em 2014	13
Gráfico 2.2 – Comparação da evolução da população residente na zona de intervenção.....	14
Gráfico 2.3 População residente por classe etária (2001-2011).....	17
Gráfico 2.4 – Pirâmide etária da zona de intervenção em 2014	19
Gráfico 2.5 – Repartição das famílias por dimensão da família em 2001 e 2011.....	20
Gráfico 2.6 – Importância por ilha no território ADELIAÇOR (%)	26
Gráfico 2.7 – Evolução dos indicadores da hotelaria tradicional ao longo de 2014.....	48
Gráfico 2.8 – Origem dos hóspedes em hotelaria tradicional ao longo de 2014	49
Gráfico 3.1 - Indicadores estruturais da agricultura da zona de intervenção por Ilha	53
Gráfico 3.2 – Índices estruturais na zona de intervenção em 2009	55
Gráfico 3.3 – Distribuição da SAU e explorações por classe de SAU em 2009	56
Gráfico 3.4 - Distribuição das explorações por Grupos de OTE em 2009.....	58
Gráfico 3.5 – Evolução da superfície e produção das principais culturas agrícolas	60
Gráfico 3.6 – Evolução do abate de bovinos	61
Gráfico 3.7 – Evolução do leite de vaca recolhido.....	62
Gráfico 3.8 – Evolução do leite comercializado e do número de produtores por Ilha	62
Gráfico 3.9 – Evolução da produção de lacticínios	63
Gráfico 3.10 – Importância dos subsídios e ajudas no rendimento dos produtores singulares em 2009....	66
Gráfico 3.11 – Proporção de mão-de-obra agrícola familiar e não familiar em 2009	67
Gráfico 3.12 – Tipos de máquinas em 2009	68
Gráfico 3.13 – Repartição das ajudas do POSEI por Medida na zona de intervenção em 2013.....	69
Gráfico 3.14 – Repartição global das ajudas POSEI por ilha e por sector em 2013	71
Gráfico 3.15 – Repartição da despesa pública aprovada em medidas de investimento 2007-2014 por Ilha e Medida	73
Gráfico 3.16 – Importância da despesa pública aprovada em medidas de investimento em 2007-2014 por Ilha.....	73
Gráfico 3.17 – Repartição da despesa pública aprovada em medidas anuais em 2014 por Ilha e Medida .	74
Gráfico 3.18 – Importância da despesa pública aprovada em medidas anuais em 2014 por Ilha e Medida	75
Gráfico 4.1 - Implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 30/06/2015	80
Gráfico 4.2 - – Aprovações por Ilha	82

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 2.1 - Localização do Arquipélago dos Açores	9
Mapa 2.2 – Ilhas, concelhos e freguesias da zona de intervenção.....	10
Mapa 2.3 – População e densidade populacional da zona de intervenção em 2014.....	21
Mapa 3.1 - OTE por concelho na zona de intervenção.....	59
Mapa 4.1 - Repartição por concelho dos projectos e despesa pública na Medida 4.1 do PRORURAL	84
Mapa 5.1 - INTERREG Espaço Atlântico	95

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 6.1 – Desenho da lógica de intervenção da EDL da ADELIAÇOR.....	96
Figura 6.2 – Visão e objectivos estratégicos da EDL.....	114
Figura 6.3 – Articulação entre objectivos estratégicos e áreas temáticas prioritárias.....	114
Figura 6.4 - Objectivos estratégicos e objectivos operacionais da EDL	115
Figura 6.5 – Relação entre os Objectivos Estratégicos da EDL e a lógica de intervenção do PRORURAL+.	120

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 – Lista de geosítios da zona de intervenção	46
Tabela 3.1 – Produções de qualidade.....	63
Tabela 5.1 – Prioridades e domínios do Desenvolvimento Rural 2014-2020.....	87
Tabela 5.2 – Necessidades do PRORURAL+	88
Tabela 5.3 – Linhas de orientação estratégica do PO Açores 2014-2020.....	90
Tabela 5.4 – Contributo da medida 19.2 para as prioridades do PO Açores	91
Tabela 5.5 – Sub-sistemas do COMPETIR+	93
Tabela 6.1 – Análise SWOT	98
Tabela 6.2 - Relação entre as Intervenções da EDL e as necessidades do PRORURAL+	121
Tabela 6.3 – Articulação entre as Intervenções do PRORURAL+ e os objectivos estratégicos da EDL.....	125
Tabela 6.4 – Principais características das Intervenções a implementar	127
Tabela 6.5 – Critérios de selecção de candidaturas	132
Tabela 6.6 – Prioridades do Plano de Animação 2015-2020	134
Tabela 6.7 – Acções a desenvolver no Plano de Actividades 2015-2020	135
Tabela 6.8 - Prioridades a enquadrar na Estratégia de Cooperação	143

1. INTRODUÇÃO

No período de programação de fundos comunitários a decorrer entre 2014 e 2020 a abordagem LEADER, financiada pelo FEADER, passa a inserir-se no denominado “Desenvolvimento Local de Base Comunitária” (DLBC), tal como definido nos artigos 32º a 35º do Reg. (UE) n.º 1303/2015 e detalhado, no caso do FEADER, nos artigos 42º a 44º do Reg. (EU) n.º 1305/2015.

A ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, com sede na cidade da Horta, foi nos anteriores períodos de programação o Grupo de Acção Local (GAL) responsável pela implementação da abordagem LEADER no território que abrange as ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo da Região Autónoma dos Açores.

No sentido de dar continuidade à sua actividade e à dinamização do território em que se insere, nas suas vertentes económica, social, cultural e ambiental, entendeu a ADELIAÇOR apresentar-se como candidata à implementação da abordagem LEADER neste mesmo território no período de programação 2014-2020, ao abrigo do PRORURAL+.

Nesse sentido, a ADELIAÇOR submeteu uma candidatura ao procedimento de selecção de GAL, candidatura esta já aprovada, bem como ao apoio preparatório, no âmbito da sub-medida 19.1.

O presente documento visa assim responder ao Aviso n.º 13/2015 do PRORURAL+, relativo à sub-medida 19.4 (“Apoio aos custos operacionais e de animação”) deste Programa, bem como à selecção e aprovação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) de cada GAL, particularmente dando resposta às disposições do n.º 1 do Anexo I da Portaria n.º 72/2015 e considerando o disposto na Portaria n.º 97/2015, ambas da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente.

Assim, o documento aborda a situação actual do território de intervenção, fornecendo uma caracterização da sua situação socio-económica em diversos domínios e uma análise mais detalhada da situação do seu sector agrícola e agro-industrial. Refira-se que

não foi possível apresentar todos os indicadores de contexto solicitados, uma vez que para alguns não existe informação por ilha ou concelho, impedido o seu cálculo para o território de intervenção da ADELIAÇOR. O documento aborda igualmente o papel da ADELIAÇOR no território, quer quanto à representatividade da sua parceria, quer quanto ao contributo que deu na gestão das medidas LEADER no último período de programação. É ainda analisada a coerência entre a abordagem LEADER e os principais instrumentos de financiamento com incidência nos mesmos territórios.

Seguidamente, é apresentada a proposta de Estratégia de Desenvolvimento Local para o território da ADELIAÇOR, assente numa análise SWOT e das necessidades deste território, da qual resulta a definição de uma visão e objectivos, transpostos depois em intervenções e respectivas metas, devidamente articuladas com os restantes instrumentos de política que intervêm neste mesmo território. Para a sua implementação é definido um plano financeiro, critérios de selecção de projectos, um plano de monitorização e avaliação, e um conjunto de disposições de controlo e gestão. Desta EDL faz ainda parte um plano de animação e uma estratégia de cooperação.

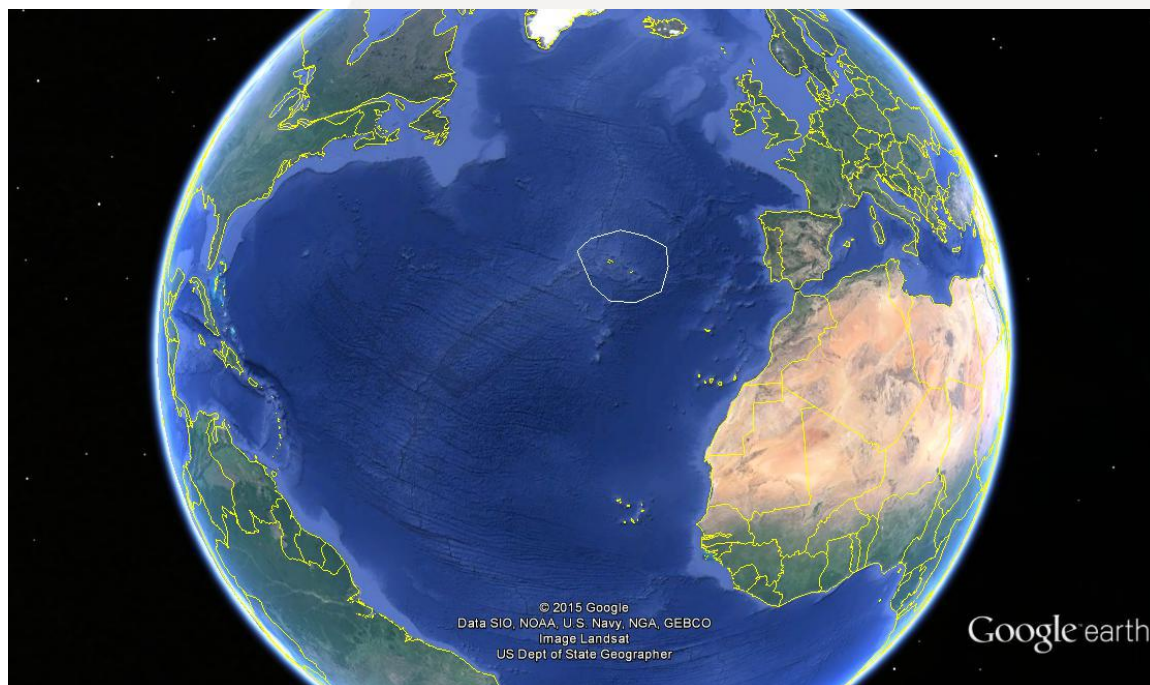
É ainda explicitada a forma como as comunidades locais foram auscultadas na definição e elaboração da EDL que agora se propõe.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO TERRITÓRIO

2.1. Caracterização Físico-Geográfica

O território abrangido pela ADELIAÇOR localiza-se no Arquipélago dos Açores, compreendendo três ilhas do Grupo Central - Faial, Pico e São Jorge - e as duas ilhas do seu Grupo Ocidental - Flores e Corvo.

Mapa 2.1 - Localização do Arquipélago dos Açores



Fonte: GoogleEarth.

É assim um território localizado no Atlântico Norte, entre as latitudes 38°22'N e 39°44'N e as longitudes 27°45'O e 31°17'O.

A sua superfície total é de 1.019 km², cerca de 44% da superfície total do Arquipélago, sendo totalmente classificado como território rural.

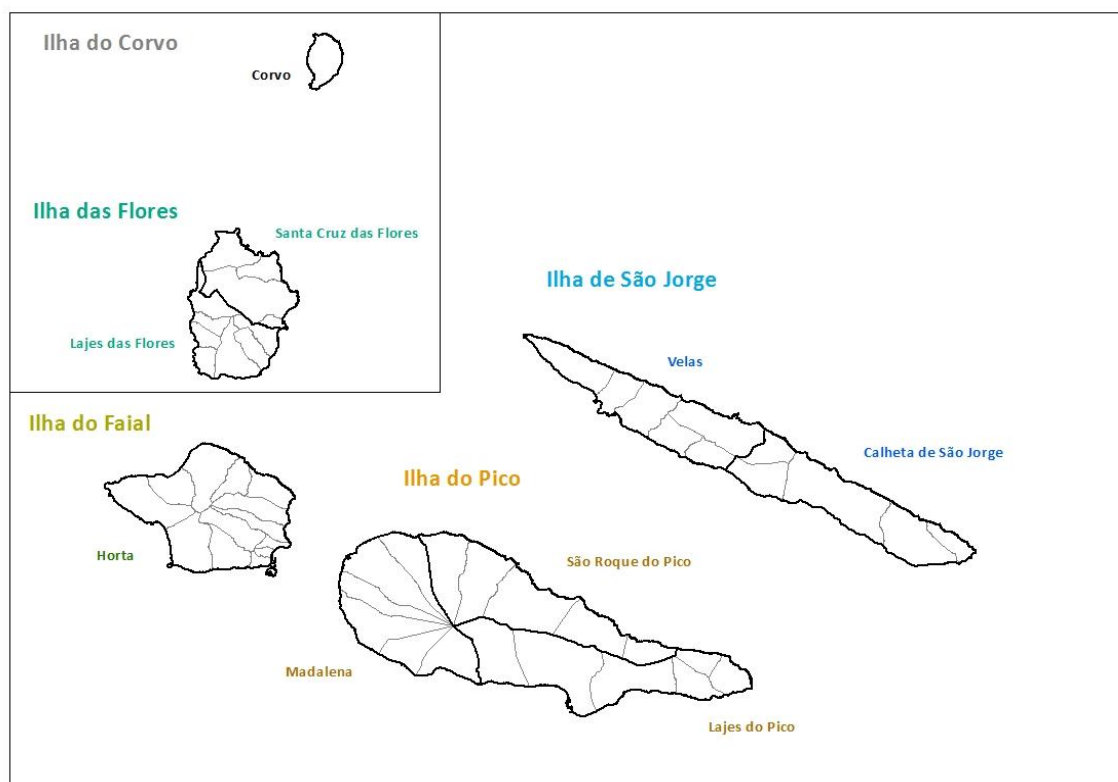
Quadro 2.1 - Superfície da zona de intervenção

Território	Superfície (km2)	% Território ADELIAÇOR	% RAA
São Jorge	243,65	23,9%	10,5%
Pico	444,80	43,6%	19,2%
Faial	173,06	17,0%	7,5%
Flores	140,96	13,8%	6,1%
Corvo	17,11	1,7%	0,7%
Território ADELIAÇOR	1.019,58	100,0%	43,9%
R.A. Açores	2.321,96	-	100,0%
Portugal	92.225,24	-	-

Fonte: Anuário Estatístico dos Açores, 2013, SREA.

Apesar da sua relevância na superfície total da Região, a zona de intervenção é muito fragmentada, com cinco ilhas relativamente dispersas numa distância de 320 km. Estas ilhas estão repartidas num total de 9 concelhos e 53 freguesias:

Mapa 2.2 – Ilhas, concelhos e freguesias da zona de intervenção



Fonte: elaboração AGRO.GES.

Esta dispersão cria um conjunto de dificuldades e custos acrescidos de transporte e comunicação entre as populações, muito agravado face às restantes zonas de intervenção LEADER dos Açores, associadas à distância e periferia face às principais zonas urbanas da RAA

(Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) e ultra-perifericidade face ao Continente português, bem como à insularidade e dupla-insularidade deste território.

As ilhas são de origem vulcânica com predomínio de basaltos. A sua orografia é relativamente acentuada, com falésia, planaltos e fajãs, com altitudes máximas entre os 718 metros na ilha do Corvo e 2.351 metros na ilha do Pico, ponto mais elevado de Portugal. Algumas ilhas, como as Flores e o Corvo, não possuem cursos de água de regime contínuo.

O clima é atlântico, maioritariamente classificado com Cfb (temperado sem estação seca com Verão temperado) na classificação de Köppen, caracterizado por elevados índices de humidade do ar, amenidade térmica, taxas de insolação pouco elevadas, chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos, muito marcado pelo anticiclone dos Açores. Reconhecem-se as quatro estações do ano, típicas dos climas temperados. Os Invernos, embora não excessivamente rigorosos, podem ser chuvosos. A ocorrência de neve ocorre apenas nas zonas altas. Os Verões são amenos e mais ensolarados do que o resto do ano, contudo são raros os dias de céu completamente limpo. As temperaturas médias são de cerca de 13°C no Inverno e 24°C no Verão, raramente sendo superior a 1°C a diferença entre a temperatura média do ar e da água. As diferentes ilhas açorianas apresentam características climáticas distintas, resultantes do seu enquadramento no sistema climático. Verifica-se um incremento da influência oceânica no clima das ilhas de Nascente para Poente, com um aumento muito significativo da pluviosidade, e, dentro de cada ilha existe uma estratificação altimétrica das condições climáticas. (fontes: E.M.V. Brito de Azevedo, M.C. Rodrigues e J.F. Fernandes in Forjaz, et al. (2004), Atlas Básico dos Açores, OVGA, Ponta Delgada e Atlas Climático dos Arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açores,).

Os solos são essencialmente de carácter basáltico ou de pedra-pomes, sendo estes últimos mais férteis em termos agrícolas. O quadro seguinte detalha a ocupação do solo nas diversas ilhas dos Açores e a sua aptidão para a agricultura:

Quadro 2.2 - Caracterização dos solos no Arquipélago dos Açores, quanto à finalidade e à qualidade.

Ilha	Fins					Classificação		
	Agrícolas	Florestais	Urbanos	Outros	Naturais	Bons	Fracos	Impróprios
S	39,9	1,7	5,8	52,6	12,8	34,0	49,9	16,1
M	16,8	35,5	4,6	43,1	12,9	48,3	44,8	6,9
T	48,4	10,1	7,2	34,3	22,1	53,8	37,3	8,9
G	44,0	6,6	2,2	47,2	19,2	58,7	34,7	6,6
J	39,2	5,7	1,4	53,7	27,2	27,3	61,0	11,7
P	36,4	2,6	1,4	59,6	36,4	14,1	82,1	3,8
F	42,2	7,1	2,3	48,4	23,6	64,0	31,0	5,0
L	63,9	1,1	1,8	33,2	42,5	29,5	66,4	4,1
C	65,7	4,7	1,5	28,1	48,0	35,0	41,9	23,1
Açores	33,8	16,4	3,8	46,0	24,5	40,1	52,8	7,1

Fonte: Silva, Luis, Professor Auxiliar do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, "Arquipélago dos Açores", cadeira de Ecologia Terrestre.

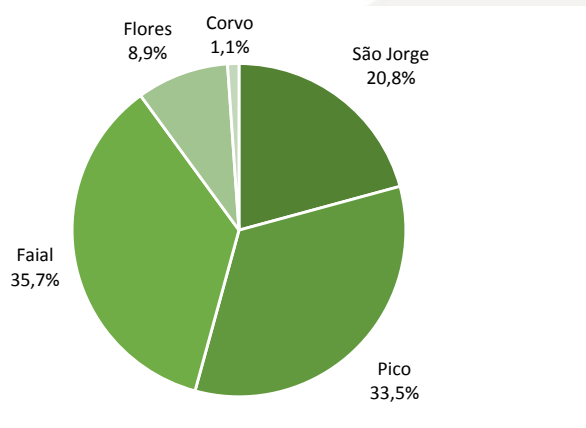
Como se pode verificar, no território de intervenção da ADELIAÇOR ocorre uma diferença significativa entre as ilhas do Grupo Central, em que menos de 40% dos solos são utilizados para a agricultura e as ilhas do Grupo Ocidental, em que a agricultura representa mais de 60% da utilização dos solos. Quanto à sua aptidão agrícola, há grandes oscilações, com uma proporção muito elevada de solos bons na ilha do Faial (64%), enquanto nas restantes ilhas predominam os solos fracos.

2.2. Caracterização Demográfica

No território de intervenção da ADELIAÇOR, de acordo com os dados constantes dos indicadores de contexto do PRORURAL+, toda a população da RAA é classificada como rural, o que, por maioria de razão, se aplica inequivocamente à população abrangida pela zona de intervenção da ADELIAÇOR.

Este território tinha, em 2014 e segundo as estimativas anuais do INE, 41.739 habitantes, o que representa cerca de 17% da população da Região Autónoma dos Açores (RAA). A população concentrava-se essencialmente nas ilhas do Faial (35,7%), Pico (33,5%) e São Jorge (20,8%), sendo que as ilhas do Grupo Ocidental têm apenas 10% da população (8,9% nas Flores e 1,1% no Corvo).

Gráfico 2.1 – Distribuição por Ilha da população da zona de intervenção em 2014



Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015.

Entre o último Censo da População de 2011 e os dados de 2014, verifica-se que todas as ilhas perderam população - principalmente São Jorge, com uma quebra de 4,2% - com excepção da ilha do Corvo, cuja população cresceu 6,5%. Desta forma, a população total da zona de intervenção decresceu 1,6%, ou seja, 685 habitantes; no mesmo período a população total da RAA decresceu apenas 0,3% (841). Desta forma, a zona de intervenção contribuiu com 81,5% da quebra populacional do Arquipélago neste triénio.

Uma análise de longo prazo, baseada nos censos da população desde 1960, mostra uma redução sistemática da população da zona de intervenção da ADELIAÇOR, que passou, neste período, de 65.000 para 42.000 habitantes (uma redução global de 35%), maior que a redução global da população açoriana (-24,5%) e contrária à evolução da população portuguesa, que cresceu nestas cinco décadas perto de 19%.

Quadro 2.3 – Evolução da população residente na zona de intervenção

Território	População Residente (n.º de habitantes)					
	1960	1970	1981	1991	2001	2011
São Jorge	15.895	12.970	10.361	10.219	9.674	9.048
Pico	21.837	18.125	15.483	15.202	14.806	14.129
Faial	20.281	16.375	15.489	14.920	15.063	15.017
Flores	6.583	5.630	4.352	4.329	3.995	3.799
Corvo	681	470	370	393	425	431
Território ADELIAÇOR	65.277	53.570	46.055	45.063	43.963	42.424
R.A. Açores	327.476	285.015	243.410	237.795	241.763	247.194
Portugal	8.889.012	8.611.125	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.542.398

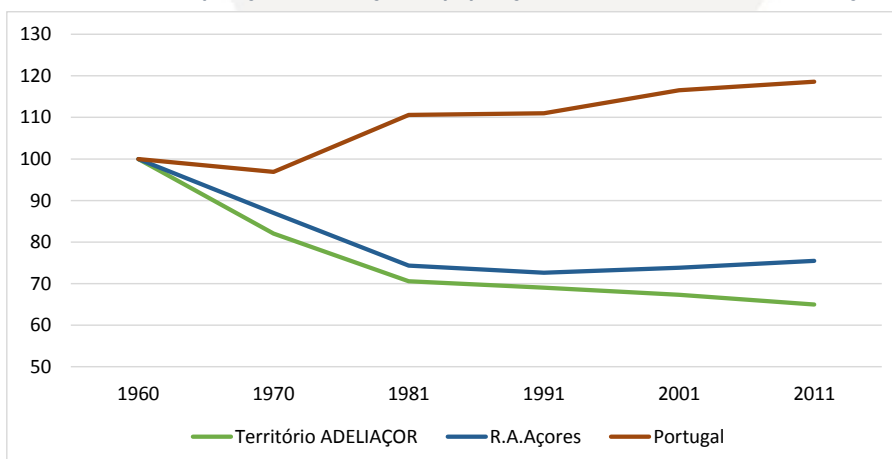
Território	Variação da População Residente (%)					
	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01	2001/11	1960/2011
São Jorge	-18,4%	-20,1%	-1,4%	-5,3%	-6,5%	-43,1%
Pico	-17,0%	-14,6%	-1,8%	-2,6%	-4,6%	-35,3%
Faial	-19,3%	-5,4%	-3,7%	1,0%	-0,3%	-26,0%
Flores	-14,5%	-22,7%	-0,5%	-7,7%	-4,9%	-42,3%
Corvo	-31,0%	-21,3%	6,2%	8,1%	1,4%	-36,7%
Território ADELIAÇOR	-17,9%	-14,0%	-2,2%	-2,4%	-3,5%	-35,0%
R.A. Açores	-13,0%	-14,6%	-2,3%	1,7%	2,2%	-24,5%
Portugal	-3,1%	14,2%	0,3%	5,0%	1,8%	18,6%

Fonte: INE, Censos da população de 1960,1970,1981, 1991, 2001, 2011.

Analizando detalhadamente por ilha:

- As maiores perdas populacionais ocorreram nas ilhas de São Jorge e Flores (superiores a 40%) que, tal como o Pico, perderam população em todas as décadas;
- A ilha do Corvo perdeu população nas décadas de 60 e 70, mas tem recuperado parte dessa população, com crescimentos sucessivos, embora ligeiros desde então;
- A ilha do Faial foi a que perdeu menos população, estando esta praticamente estabilizada desde a década de 80.

Gráfico 2.2 – Comparação da evolução da população residente na zona de intervenção



Fonte: INE, Censos da população de 1960,1970,1981, 1991, 2001, 2011.

Nos últimos 20 anos o saldo migratório da zona de intervenção foi praticamente nulo, embora o saldo natural tenha sido negativo, ao contrário da RAA e de Portugal. As ilhas do Faial e do Corvo, com um saldo migratório que compensou o saldo natural negativo, foram as únicas com saldo global positivo. No período mais recente (2011-2013), em que Portugal perdeu população mas os Açores ganharam, a zona de intervenção teve um saldo natural muito negativo, que não foi compensado pelo saldo migratório positivo. Apenas o Corvo teve, nestes anos, um saldo global positivo.

Quadro 2.4 – Saldos migratório e natural na zona de intervenção (n.º habitantes)

Território	1993-2013		2011-2013	
	Saldo Migratório	Saldo Natural	Saldo Migratório	Saldo Natural
São Jorge	-847	-813	-301	-169
Pico	448	-1.438	586	-755
Faial	368	-309	69	-71
Flores	-49	-475	19	-67
Corvo	108	-41	47	0
Território ADELIAÇOR	28	-3.076	420	-1.062
R.A.Açores	-3.232	10.984	128	555
Portugal	423.317	29.593	-97.915	-47.505

Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

A taxa de natalidade da zona de intervenção é, em todas as ilhas, inferior à média da RAA, mas superior à média nacional, sendo particularmente reduzida na ilha das Flores. A taxa de mortalidade é elevada, superior em todas as ilhas às médias regional e nacional, destacando-se muito a ilha do Corvo, em que esta taxa é cerca do dobro da média da zona de intervenção e o triplo da média dos Açores.

Quadro 2.5 – Taxas de natalidade e mortalidade na zona de intervenção em 2014

Território	Tx. de Natalidade	Tx. de Mortalidade
São Jorge	8,6%	11,3%
Pico	6,9%	14,4%
Faial	9,0%	10,6%
Flores	6,0%	11,8%
Corvo	8,7%	28,2%
Território ADELIAÇOR	8,2%	14,6%
R.A.Açores	9,4%	9,4%
Portugal	7,9%	10,1%

Fonte: INE, Estimativas AGRO.GES com base em Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015.

No que respeita à repartição da população por género, o território da ADELIAÇOR apresentava, tanto em 2001 como em 2011, uma situação mais equilibrada que o conjunto da RAA e de Portugal. Este equilíbrio é patente na maioria das suas ilhas, com as excepções do Faial, em que há um ligeiro predomínio de mulheres e, de forma mais evidente, do Corvo, em que os homens são em maior número. Relativamente ao Corvo, este desequilíbrio agravou-se substancialmente na última década, na qual a população masculina cresceu 7% e a feminina decresceu 5,5%. Refira-se ainda a situação do Pico, única ilha na qual o balanço de género se alterou no mesmo período, em resultado de uma redução do número de homens (-6,4%) muito mais acentuada que a redução do número de mulheres (-2,5%).

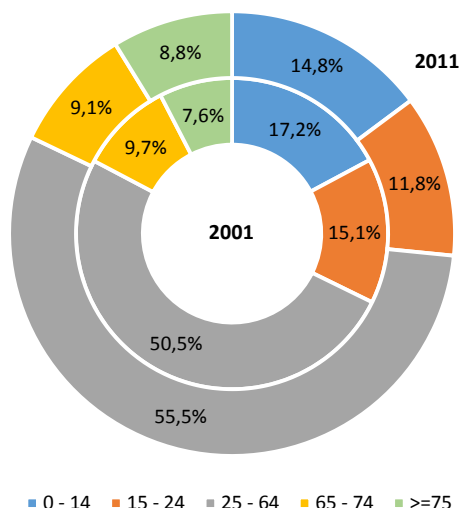
Quadro 2.6 – População residente por género (2001-2011, n.º habitantes)

Território	População Residente por Género					
	2001		2011		2001/2011	
	H	M	H	M	H	M
São Jorge	49,4%	50,6%	49,8%	50,2%	-4,5%	-5,9%
Pico	50,2%	49,8%	49,2%	50,8%	-6,4%	-2,5%
Faial	49,3%	50,7%	48,8%	51,2%	-1,5%	0,5%
Flores	50,0%	50,0%	50,4%	49,6%	-4,3%	-5,9%
Corvo	52,7%	47,3%	55,8%	44,2%	7,1%	-5,5%
Território ADELIAÇOR	49,7%	50,3%	49,4%	50,6%	-4,0%	-2,5%
R.A. Açores	49,4%	50,6%	49,2%	50,8%	1,7%	2,4%
Portugal	48,3%	51,7%	47,8%	52,2%	0,9%	3,0%

Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011.

A repartição da população da zona de intervenção da ADELIAÇOR por classe etária mostra, em 2011, uma clara preponderância da classe de 25 a 64 anos (55%). Face a 2001 ocorreu uma redução da população jovem (< 25 anos), que passou de 32% para 27% da população e um ligeiro acréscimo da população idosa (≥ 65 anos), de 17% para 18%.

Gráfico 2.3 População residente por classe etária (2001-2011)



Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011.

Numa análise comparativa por ilha, verificamos que todas elas têm uma distribuição da população relativamente uniforme, destacando-se apenas o Faial com uma maior proporção de população jovem. O conjunto dos concelhos abrangidos pela ADELIAÇOR tem uma distribuição etária muito semelhante à de Portugal, embora substancialmente mais envelhecida que o conjunto da RAA.

Quadro 2.7 – População residente por classe etária (2001-2011, n.º habitantes)

Território	População Residente por Classe Etária									
	2001					2011				
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 - 74	>=75	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 - 74	>=75
São Jorge	17,7%	15,7%	49,1%	10,7%	6,8%	14,6%	12,1%	54,3%	9,8%	9,3%
Pico	16,4%	13,9%	50,5%	10,8%	8,4%	13,8%	12,2%	54,2%	9,7%	10,1%
Faial	17,8%	16,1%	51,1%	8,0%	7,0%	16,0%	11,5%	57,2%	8,0%	7,2%
Flores	16,9%	14,1%	51,1%	9,5%	8,4%	14,3%	10,8%	56,5%	9,8%	8,5%
Corvo	12,7%	16,7%	51,5%	8,9%	10,1%	14,2%	7,9%	61,4%	7,4%	9,1%
Território ADELIAÇOR	17,2%	15,1%	50,5%	9,7%	7,6%	14,8%	11,8%	55,5%	9,1%	8,8%
R.A. Açores	21,4%	17,0%	48,6%	7,5%	5,4%	17,9%	14,1%	54,9%	7,0%	6,1%
Portugal	16,0%	14,3%	53,4%	9,6%	6,8%	14,9%	10,9%	55,2%	9,9%	9,1%

Território	2001/2011				
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 - 74	>=75
São Jorge	-22,1%	-26,6%	4,9%	-13,8%	28,7%
Pico	-19,5%	-16,0%	2,4%	-14,4%	15,7%
Faial	-10,4%	-28,8%	11,4%	0,1%	2,7%
Flores	-19,4%	-27,3%	5,0%	-2,1%	-3,6%
Corvo	13,0%	-52,1%	20,5%	-15,8%	-9,3%
Território ADELIAÇOR	-16,6%	-24,4%	6,5%	-9,1%	11,9%
R.A. Açores	-14,6%	-15,5%	15,2%	-5,1%	15,1%
Portugal	-5,1%	-22,5%	5,5%	5,6%	37,2%

Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011.

Esta situação é bem traduzida pela análise do índice de envelhecimento (IE) da população (rácio entre a população com idade igual ou superior a 65 anos e a população com idade igual ou inferior a 14 anos). A zona de intervenção, tal como os Açores e Portugal, verificaram um agravamento deste índice superior a 20%, sendo contudo a situação desta zona bastante menos favorável que o conjunto dos Açores. Quanto às ilhas, destaca-se novamente o Faial, única ilha com um IE inferior a 100%, e o Corvo, única ilha em que o IE melhorou, devido a uma redução da população com idade inferior a 65 anos e um crescimento do número de indivíduos com 14 ou menos anos.

Quadro 2.8 – Índice de envelhecimento em 2001 e 2011

Território	Índice de Envelhecimento		
	2001	2011	2001/2011
São Jorge	99,2%	130,9%	31,9%
Pico	117,3%	143,9%	22,7%
Faial	84,1%	95,0%	13,0%
Flores	105,9%	127,8%	20,6%
Corvo	150,0%	116,4%	-22,4%
Território ADELIAÇOR	100,6%	120,8%	20,1%
R.A.Açores	60,5%	73,3%	21,1%
Portugal	102,2%	127,8%	25,1%

Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011.

No quadro seguinte apresenta-se, para o ano de 2014, um conjunto de outros índices que reflectem a situação etária da população da zona de intervenção. A referida situação de maior envelhecimento face ao conjunto dos Açores determina igualmente um menor índice de juventude e uma maior dependência dos idosos, embora com um maior índice de longevidade. Refira-se ainda uma taxa de renovação da população activa superior a 100% em todas as ilhas, com excepção do Corvo.

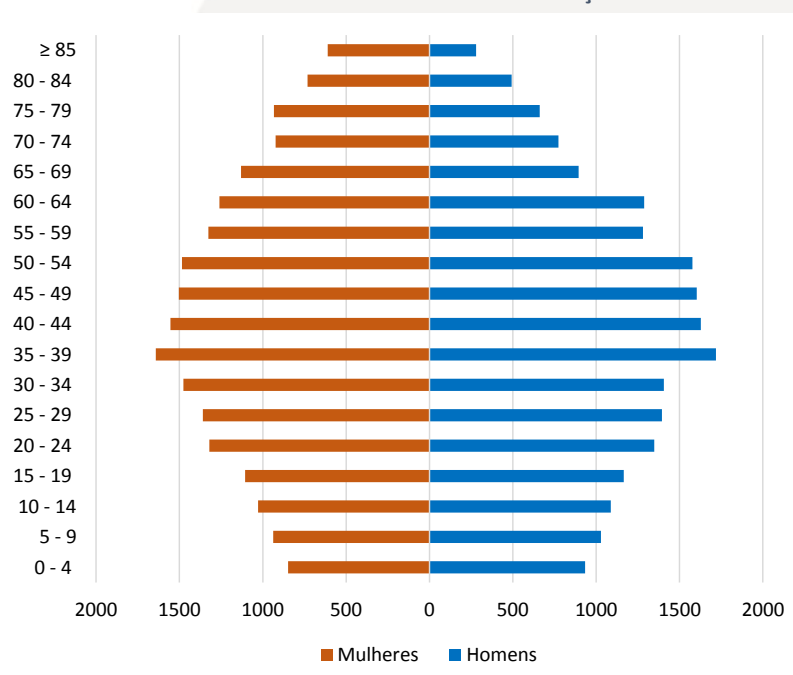
Quadro 2.9 – Índices relativos à população residente em 2014

Território	2014					
	Envelhecimento	Juventude	Dependência de Idosos	Dependência de Jovens	Longevidade	Renovação da População Activa
São Jorge	136,9%	73,0%	27,6%	20,2%	51,3%	103,0%
Pico	141,4%	70,7%	28,4%	20,1%	52,4%	104,0%
Faial	105,5%	94,8%	22,9%	21,7%	45,8%	109,6%
Flores	143,8%	69,5%	27,3%	19,0%	50,4%	100,2%
Corvo	116,7%	85,7%	27,7%	23,8%	56,0%	88,0%
Território ADELIAÇOR	126,7%	78,9%	26,1%	20,6%	49,9%	105,2%
R.A.Açores	78,6%	127,2%	18,9%	24,1%	45,8%	129,8%
Portugal	141,3%	70,8%	31,1%	22,0%	49,1%	83,5%

Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015.

Por último, apresenta-se a distribuição etária mais recente, para o ano de 2014, para o território abrangido pela ADELIAÇOR, em formato de pirâmide etária. Este gráfico mostra que 63% da população se encontra entre os 20 e os 65 anos (metade do número de classes considerado). Verifica-se ainda que em todas as classes até aos 65 anos (com excepção das classes 30-34 e 55-59) o número de homens é superior ao de mulheres, situação que se inverte em todas as classes superiores aos 65 anos.

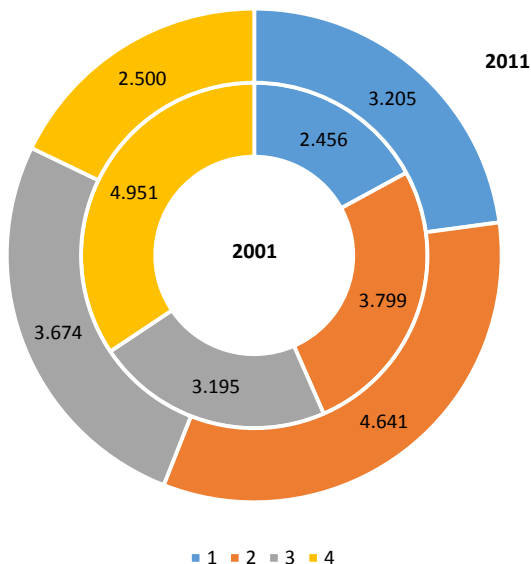
Gráfico 2.4 – Pirâmide etária da zona de intervenção em 2014



Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015.

Refira-se ainda que a esta evolução correspondeu uma ligeira redução do número total de famílias na zona de intervenção, entre 2001 e 2011, passando de 14.401 para 14.020 (-2,6%), embora com um aumento considerável das famílias de menor dimensão - +30% nas famílias com 1 elemento, 22% naquelas com 2 elementos e 15% com 3 elementos – e uma forte redução das famílias com 4 ou mais elementos (-50%).

Gráfico 2.5 – Repartição das famílias por dimensão da família em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos da população de 2001 e 2011.

No que respeita à densidade demográfica, a zona de intervenção da ADELIAÇOR apresenta uma média de 41 habitantes/Km², o que representa apenas 39% da média da RAA e 36% da média nacional. As ilhas das Flores e do Corvo são as menos povoadas com menos de 27 habitantes/Km², destacando-se inversamente o Faial, de longe a zona mais densamente povoada, com cerca de 86 habitantes/Km², muito próximo das médias regional e mesmo nacional. De facto, com apenas 17% da superfície da zona de intervenção, a ilha do Faial tem 36% da sua população. O restante território, sem esta ilha, tem uma densidade populacional média de apenas 32 habitantes/Km².

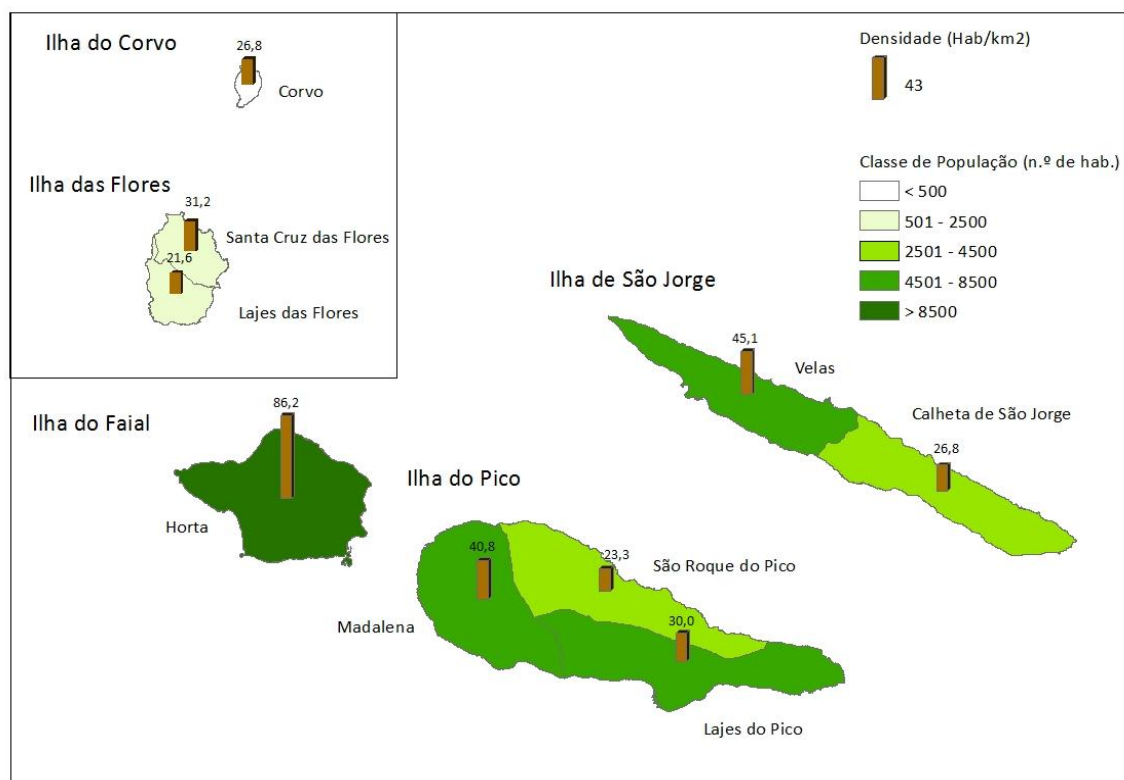
Quadro 2.10 – Densidade demográfica na zona de intervenção em 2014

Território	Densidade Demográfica (habitantes/km ²)		
	2014	RAA=100	PT=100
São Jorge	35,58	33,5%	31,6%
Pico	31,41	29,6%	27,9%
Faial	86,16	81,2%	76,6%
Flores	26,46	24,9%	23,5%
Corvo	26,83	25,3%	23,8%
Território ADELIAÇOR	40,94	38,6%	36,4%
R.A.Açores	106,10	100,0%	94,3%
Portugal	112,49	-	100,0%

Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015 e Anuário Estatístico dos Açores, 2013, SREA.

O mapa seguinte ilustra, para 2014, a distribuição da população e a densidade demográfica por concelho:

Mapa 2.3 – População e densidade populacional da zona de intervenção em 2014



Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, 2015 e Anuário Estatístico dos Açores, 2013, SREA.

2.3. Caracterização Económica

A caracterização da estrutura económica com base nas contas económicas regionais só é possível ao nível de NUTs II, isto é, para a Região Autónoma dos Açores, sendo apenas possível obter informação com um nível mais fino para um número reduzido de indicadores macroeconómicos.

Na Região Autónoma dos Açores, entre 2004 e 2013, ocorreu uma variação positiva do PIB e do PIB *per capita* (19,3% e 17,7%, respectivamente) que foi mais significativa que a variação dos mesmos indicadores em Portugal.

Em 2013, na RAA o PIB tinha um valor de 3.694 milhões de euros e o PIB *per capita* era de 17,7 mil euros.

Quadro 2.11 - PIB e PIB *per capita*, preços correntes (milhares de euros)

Ano	PIB		PIB per Capita	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA
2004	152.372	3.097	14,5	12,7
2005	158.653	3.264	15,1	13,3
2006	166.249	3.431	15,8	14,0
2007	175.468	3.603	16,6	14,6
2008	178.873	3.761	16,9	15,3
2009	175.448	3.729	16,6	15,1
2010	179.930	3.836	17,0	15,5
2011	176.167	3.760	16,7	15,2
2012	169.668	3.633	16,1	14,7
2013	171.211	3.694	16,4	14,9
Variação (%)				
2004 - 2013	12,4	19,3	12,6	17,7

Fonte: Contas económicas regionais 2000 - 2013 (Base 2011), INE;
Unidades: PIB em milhões de euros, PIB per capita em.

A análise dos indicadores, em termos reais, identifica um crescimento para a RAA de 2,7% e de 1,3% para PIB e PIB *per capita* e uma evolução em sentido contrário em Portugal (-2,7% e -2,5%, respectivamente).

Considerando a UE-15, verifica-se que o Arquipélago dos Açores apresenta um PIBpc em Paridade de Poder de Compra de 70% para o ano 2013, o que representa um acréscimo de 7,7% face a 2005, tendo-se vindo a aproximar da média. Situação semelhante é observada quando a média da UE considera 28 membros, verificando-se um acréscimo face ao ano base e registando o indicador o valor de 72%.

Quadro 2.12 - PIBpc PPC (UE 15 = 100) e PIBpc (% , UE 28 = 100)

Ano	PIBpc PPC (UE 15 =100)		PIBpc PPC (UE 28 =100)	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA
2005	74,0	65,0	80,0	70,0
2006	75,0	66,0	80,0	70,0
2007	75,0	66,0	79,0	70,0
2008	75,0	67,0	79,0	71,0
2009	78,0	71,0	81,0	74,0
2010	78,0	71,0	81,0	74,0
2011	75,0	69,0	78,0	71,0
2012	74,0	68,0	76,0	70,0
2013	77,0	70,0	79,0	72,0
Variação (%)				
2005 - 2013	4,1	7,7	-1,3	2,9

Fonte: Contas económicas regionais 2000 - 2013 (Base 2011), INE.

O VAB regional, a preços correntes, em 2013, cifrou-se em 3.246 milhões de euros, um valor 19,9% superior ao de 2004, o que indica um crescimento acentuado na Região, mesmo superior ao do país.

Quadro 2.13 – VAB na RAA, preços correntes (M€)

Ano	VAB	
	Portugal	RAA
2004	133.270	2.708
2005	137.599	2.830
2006	143.579	2.962
2007	152.183	3.125
2008	156.016	3.279
2009	155.506	3.305
2010	158.326	3.374
2011	154.243	3.292
2012	148.561	3.181
2013	150.465	3.246
Variação (%)		
2004 - 2013	12,9	19,9

Fonte: Contas económicas regionais 2000 - 2013 (Base 2011), INE.

A análise a preços reais evidencia também um acréscimo, mas apenas de 3,2%, no entanto, uma evolução mais favorável do que em Portugal, cuja evolução foi de -2,3%.

A repartição do VAB por sector de actividade permite identificar o sector terciário como o mais importante da Região, seguido do sector secundário e depois o sector primário, estando estes dois últimos muito mais próximos entre si em termos de representatividade no VAB total.

Ao longo do período em análise o VAB do sector terciário foi o que mais cresceu (+24,6%), o VAB do sector primário cresceu 14,8% e VAB do sector secundário quase que não alterou, tendo verificado apenas um acréscimo de 0,3%.

Em termos reais, a evolução foi apenas positiva para o sector terciário (7,2%), tendo-se registado uma variação do VAB negativa para o sector primário (-1,2%) e também para o sector secundário, mas neste último caso ainda mais acentuada (-13,7%).

Quadro 2.14 – VAB na RAA, por ramo de actividade, preços correntes (M€)

Ano	VAB		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
2004	265	417	2.027
2005	266	424	2.141
2006	261	445	2.256
2007	239	493	2.392
2008	264	510	2.505
2009	262	487	2.556
2010	273	485	2.616
2011	275	462	2.554
2012	294	427	2.460
2013	304	418	2.525
Variação (%)			
2004 - 2013	14,8	0,3	24,6

Fonte: Contas económicas regionais 2000 - 2013 (Base 2011), INE.

No que respeita à representatividade de cada sector, entre 2004 e 2013, não houve alterações da sua ordem de importância, no entanto, constata-se que o sector secundário regista uma variação negativa da sua importância de 16,4%. O sector primário também perde 4,3% face ao ano inicial da análise e apenas o sector terciário cresce (+3,9%).

Quadro 2.15 – VAB na RAA, por ramo de actividade (%)

Ano	VAB		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
2004	9,8	15,4	74,8
2005	9,4	15,0	75,6
2006	8,8	15,0	76,2
2007	7,7	15,8	76,6
2008	8,1	15,6	76,4
2009	7,9	14,7	77,3
2010	8,1	14,4	77,5
2011	8,4	14,0	77,6
2012	9,2	13,4	77,3
2013	9,4	12,9	77,8
Variações (%)			
2004 - 2013	-4,3	-16,4	3,9

Fonte: Contas económicas regionais 2000 - 2013 (Base 2011), INE.

Informação disponível no Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) permite a análise de alguns indicadores por ilha, o que se torna muito relevante no âmbito do presente relatório. Note-se, contudo, que estes valores são baseados nas Contas Económicas Regionais 1995-2012 (base 2006), uma base diferente da utilizada na análise anterior, que utiliza a informação mais recente disponível.

O quadro que se apresenta a seguir mostra a evolução do PIB, a preços correntes, entre 2006 e 2009 nas ilhas que compõem o território de intervenção da ADELIAÇOR, na RAA e em Portugal. Observa-se que em todas as unidades geográficas representadas ocorreu um acréscimo do PIB, à excepção das ilhas do Pico e do Corvo que decrescem (0,7% e 7,5% respectivamente).

Do ponto de vista económico a ilha do Faial é a mais importante tendo registado um PIB de 250.955 milhares de euros em 2009 e a ilha do Pico é a segunda mais importante com um PIB de 196.569 milhares de euros.

Quadro 2.16 - PIB por Ilha, preços correntes (milhares de euros)

Território	PIB			
	2006	2007	2008	2009
São Jorge	92.798	103.654	108.476	100.524
Pico	197.941	196.022	183.872	196.569
Faial	247.566	269.956	261.693	250.955
Flores	42.060	43.124	40.930	44.459
Corvo	5.433	4.379	3.814	5.027
Território ADELIAÇOR	585.798	617.135	598.785	597.534
R.A. Açores	3.390.280	3.548.813	3.688.899	3.650.408
Portugal	16.085.537	16.931.922	17.198.306	16.852.924

Fonte: Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA.

O território ADELIAÇOR representou, em média, no período entre 2006 e 2009, 16,8% do PIB regional.

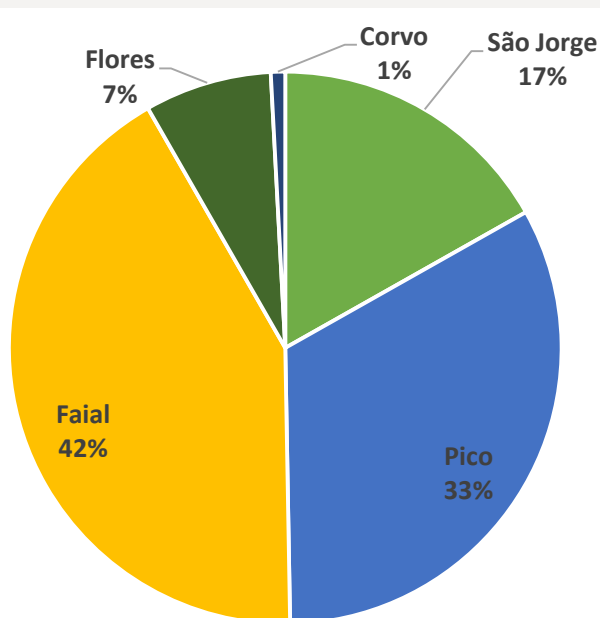
Quadro 2.17 - PIB por ilha no total da RAA (%)

Território	PIB			
	2006	2007	2008	2009
São Jorge	2,7	2,9	2,9	2,8
Pico	5,8	5,5	5,0	5,4
Faial	7,3	7,6	7,1	6,9
Flores	1,2	1,2	1,1	1,2
Corvo	0,2	0,1	0,1	0,1
Território ADELIAÇOR	17,3	17,4	16,2	16,4
R.A.Açores	100	100	100	100

Fonte: Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA.

Com base nos dados de 2009, construiu-se o gráfico que se apresenta de seguida e que mostra a importância económica (PIB) das diferentes ilhas no âmbito do GAL ADELIAÇOR. Assim, estabelece-se a seguinte ordem: ilha do Faial (42%), ilha do Pico (33%), ilha de São Jorge (17%), Flores (7%) e Corvo (1%).

Gráfico 2.6 – Importância por ilha no território ADELIAÇOR (%)



Fonte: Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA.

Entre 2006 e 2009, o PIB *per capita* aumentou em todas as ilhas, no território ADELIAÇOR, na RAA e também em Portugal. A única exceção é o Corvo em que PIB *per capita* diminuiu 8,1%. A

evolução mais favorável registou-se em São Jorge (+10,2%). No conjunto, o território da ADELIAÇOR registou uma variação positiva de 3,1%.

Quadro 2.18 - PIB *per capita* por Ilha, preços correntes (milhares de euros)

Território	PIB <i>per capita</i>			
	2006	2007	2008	2009
São Jorge	9,8	11,0	11,6	10,8
Pico	13,7	13,6	12,9	13,8
Faial	16,4	17,9	17,4	16,7
Flores	10,8	11,1	10,6	11,6
Corvo	13,1	10,5	9,2	12,0
Território ADELIAÇOR	13,5	14,3	13,9	14,0
R.A.Açores	14,0	14,6	15,3	15,1
Portugal	15,8	16,6	16,9	16,6

Fonte: Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA.

No que respeita ao VAB, observou-se uma evolução favorável entre 2006 e 2009, excepção feita à ilha do Corvo (registou uma diminuição de 5,1%). De facto, no território da esfera de acção deste GAL este indicador aumentou 4,7%, acréscimo menos significativo que a RAA (10,5%) e Portugal (7,5%).

O VAB do conjunto do território ADELIAÇOR representa 16,4%, sendo que para esta representatividade as ilhas que mais contribuem são Faial e Pico, que somadas representam cerca de 75% do VAB.

Quadro 2.19 - VAB por Ilha, preços correntes (milhares de euros)

Território	VAB			
	2006	2007	2008	2009
São Jorge	79.815	89.506	94.176	88.712
Pico	170.247	169.266	159.633	173.471
Faial	212.930	233.109	227.195	221.466
Flores	36.175	37.238	35.534	39.235
Corvo	4.673	3.782	3.311	4.436
Território ADELIAÇOR	503.840	532.901	519.849	527.320
R.A.Açores	2.915.950	3.064.434	3.202.604	3.221.457
Portugal	138.350.284	146.208.752	149.311.125	148.717.024

Fonte: Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA.

Ainda no âmbito da caracterização económica, analisou-se as Contas Económicas da Agricultura, mas também aqui a análise só é possível para o total de Região.

O primeiro quadro que se apresenta mostra a evolução da produção do ramo agrícola, dos consumos intermédios, do valor acrescentado bruto na agricultura e do rendimento empresarial líquido. Neste período de dez anos observa-se que na RAA todas as variáveis analisadas

registaram acréscimos acima dos 20%, resultados significativamente mais favoráveis do que os de Portugal que para o VAB e para REL revelaram variações negativas.

Em ambas as unidades geográficas os consumos intermédios aumentaram significativamente, mas na RAA a produção do ramo agrícola também aumentou significativamente enquanto que em Portugal este aumento foi mais ténue.

Quadro 2.20 - Produção do ramo agrícola, consumo intermédio, VAB e Rendimento Empresarial Líquido, preços correntes (milhões de euros)

Ano	Produção do Ramo Agrícola		Consumo Intermédio		VAB		Rendimento Empresarial Líquido	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA
2004	6.605	342	3.388	148	3.217	194	1.982	156
2005	6.139	345	3.303	160	2.836	185	1.636	148
2006	6.232	356	3.342	158	2.890	198	1.630	162
2007	6.250	368	3.680	171	2.570	197	1.442	141
2008	6.591	403	3.909	190	2.683	212	1.635	180
2009	6.186	373	3.654	161	2.533	212	1.324	171
2010	6.452	383	3.844	175	2.608	208	1.564	164
2011	6.425	392	4.214	179	2.211	213	1.086	170
2012	6.551	425	4.390	193	2.161	232	1.336	193
2013	6.880	430	4.398	191	2.482	239	1.544	199
Varição (%)								
2004 - 2013	4,2	25,9	29,8	28,9	-22,9	23,6	-22,1	27,7

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais 1995 - 2013 (Base 2011), INE.

A preços reais a variação foi também mais favorável à Região Autónoma dos Açores do que a Portugal tendo-se registado as seguintes variações, respectivamente:

- Produção do ramo agrícola: 8,3% e -9,8%;
- Consumos intermédios: 10,9% e 12,4%;
- VAB: 6,4% e -33,2%;
- REL: 9,9% e -32,6%.

No arquipélago dos Açores o aumento da produção agrícola está relacionado sobretudo com o aumento da produção animal (+37,0%) como se pode verificar no quadro seguinte. A evolução real dos serviços agrícolas na RAA é também significativa, tendo-se registado um aumento de 17,9%.

Quadro 2.21 - Produção do Ramo Agrícola, Produção Vegetal e Produção Animal a preços de base (preços correntes, milhares de euros)

Ano	Produção do Ramo Agrícola		Produção Vegetal		Produção Animal		Serviços Agrícolas		Actividades Secundárias Não Agrícolas (não separáveis)	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA
2004	6.605,0	341,5	3.811,9	72,1	2.487,3	253,3	118,1	6,2	187,7	9,9
2005	6.139,1	345,0	3.246,9	62,4	2.571,5	265,3	119,1	6,5	201,7	10,8
2006	6.232,3	355,9	3.484,9	65,9	2.428,9	273,3	128,5	6,7	190,0	9,9
2007	6.249,8	367,7	3.354,7	62,3	2.576,9	290,6	134,5	7,4	183,7	7,4
2008	6.591,5	402,5	3.447,8	58,0	2.780,2	324,8	158,5	9,0	205,1	10,8
2009	6.186,5	373,0	3.352,7	50,0	2.506,3	308,3	147,9	7,5	179,6	7,2
2010	6.451,7	383,3	3.582,0	65,0	2.557,2	304,7	153,0	7,8	159,6	5,7
2011	6.424,7	392,1	3.462,8	63,4	2.660,6	315,2	144,7	7,8	156,6	5,7
2012	6.551,0	424,8	3.464,6	69,8	2.784,1	341,0	136,7	7,7	165,5	6,4
2013	6.880,2	430,0	3.834,6	68,8	2.736,5	347,1	134,2	7,4	174,9	6,7
Variação (%)										
2000 - 2013	4,2	25,9	0,6	-4,6	10,0	37,0	13,6	17,9	-6,8	-32,3

Fonte: Contas económicas da agricultura regionais 1995 - 2013 (Base 2011), INE.

2.4. Caracterização do Emprego

Tendo como fonte o INE e o SREA foi possível reunir indicadores que permitiram caracterizar o mercado do trabalho na Região e estabelecer uma comparação com Portugal.

Os elementos recolhidos mostram uma evolução desfavorável do mercado do trabalho para a RAA, uma vez que, entre 2009 e 2013, a população empregada diminuiu 11,6%, a população desempregada aumentou 2,5 vezes e a população activa permaneceu quase inalterada (-0.7%).

Em 2013, a taxa de emprego total era de 42,7%, menos 4,3% do que em 2009, a taxa de desemprego era de 17%, um valor com uma variação superior a 100% face a 2009, e a taxa de actividade era de 48,2% (variação negativa menos acentuada -1,8%). Verifica-se ainda que os indicadores de emprego são ainda mais penalizadores para o género feminino.

A situação em Portugal é também desfavorável, mas apresenta uma evolução menos agravada no que respeita ao desemprego.

Quadro 2.22 - Indicadores do mercado do trabalho (2009 - 2013 - População em milhares e taxas em %)

Território	RAA		Portugal	
	2009	2013	2009	2013
População Empregada	112	99	5.054	4.429
População Desempregada	8	20	529	855
População Activa	120	120	5.583	5.285
Taxa de Emprego Total	56,2	48,5	56,0	49,7
Taxa de Emprego - M	44,6	42,7	50,3	45,3
Taxa de Desemprego Total	6,7	17,0	9,5	16,2
Taxa de Desemprego - M	8,0	13,7	10,2	16,4
Taxa de Actividade Total	49,1	48,2	52,5	50,6
Taxa de Actividade - M	39,7	41,3	48,0	46,7

Fonte: Publicação Açores em Números - SREA; Inquérito ao Emprego – INE.

Para os indicadores anteriores não foi possível obter informação para unidades geográficas mais desgregadas. No entanto, os próximos indicadores já permitem a análise por ilha pertencente ao território da ADELIAÇOR. Note-se, no entanto, que alguma da informação apresenta segredo estatístico e por essa razão não é apresentado valor.

Em 2012, o ganho médio mensal de um trabalhador na Região Autónoma dos Açores era de 976,1 €, o que representa um acréscimo de 3,1% em comparação com o ano de 2009. No território ADELIAÇOR a média do ganho mensal era de 907,5 €, um valor ligeiramente inferior ao regional.

À excepção da ilha do Corvo que revela ter um ganho médio mensal superior ao da RAA, todas as outras regiões apresentam valor inferior. Depois do Corvo, a ilha com maior ganho médio mensal é o Faial seguida das Flores, sendo a ilha com menor ganho médio mensal a ilha de São Jorge.

Quadro 2.23 – Ganho médio mensal (€)

Território	Ganho Médio Mensal	
	2009	2012
São Jorge	791,2	834,4
Pico	813,5	874,1
Faial	911,3	925,0
Flores	902,5	910,3
Corvo	897,3	993,5
Território ADELIAÇOR	863,1	907,5
R.A.Açores	946,6	976,1

Fonte: Quadros de Pessoal e Anuário Estatístico Regional, INE.

A ilha do Corvo é também a excepção à regra no que respeita ao número de trabalhadores por conta de outrem, uma vez que é a única onde, entre 2009 e 2013, este número aumentou (+4,8%).

Em 2013, a área de intervenção do GAL ADELIAÇOR tinha 5.622 trabalhadores por conta de outrem, o que representa cerca de 16% dos trabalhadores por conta de outrem da Região. Os trabalhadores por conta de outrem de São Jorge, Pico e Faial representam 91% do total deste território.

Quadro 2.24 – Trabalhadores por conta de outrem (nº)

Território	Trabalhadores por Conta de Outrem	
	2009	2013
São Jorge	1.549	1.238
Pico	1.959	1.709
Faial	2.843	2.178
Flores	497	453
Corvo	42	44
Território ADELIAÇOR	6.890	5.622
R.A.Açores	43.096	35.489

Fonte: SREA.

A distribuição de trabalhadores por conta de outrem por ramo de actividade em 2013 revela um padrão idêntico para as várias unidades geográficas analisadas. O sector primário representa, em média, 3,57% em número de trabalhadores, o sector secundário representa 26,8% e o sector terciário ocupa, em média, 70,2%.

A ilha de São Jorge é onde o sector secundário é mais importante (35,9% de trabalhadores por conta de outrem), o sector terciário tem um peso maior na ilha do Corvo (76,7%) e nas Flores é onde se verifica a maior percentagem de trabalhadores no sector primário (4,19%).

Quadro 2.25 – Trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade em 2013 (nº)

Território	Trabalhadores por Conta de Outrem por Sector de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
São Jorge	15	444	779
Pico	95	465	1.149
Faial	66	486	1.626
Flores	19	120	314
Corvo	...	10	33
Território ADELIAÇOR	195	1.525	3.901
R.A.Açores	1.412	8.870	25.207

Fonte: SREA.

A análise do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade em 2013 permite concluir que no sector primário existe uma grande disparidade de valores, variando este ganho entre os 510 € da ilha das Flores e os 1.600 € da ilha do Pico.

No sector secundário o ganho médio mensal varia entre os 800 € e os 900 €, verificando-se um valor mais elevado na ilha do Corvo cerca de 1,4 vezes superior ao valor regional.

Quadro 2.26 – Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por sector de actividade em 2013 (€)

Território	Ganho Médio Mensal Trabalhadores por Conta de Outrem por Sector de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
São Jorge	741	803	854
Pico	1.600	815	838
Faial	1.029	853	942
Flores	510	894	941
Corvo	...	1.263	917
Território ADELIAÇOR	970	926	898
R.A. Açores	812	922	1.004

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, 2013.

2.5. Serviços e Qualidade de Vida

No capítulo da qualidade de vida recolheram-se alguns indicadores que permitem espelhar as condições de vida da Região e do território onde o GAL ADELIAÇOR exerce actividade.

A proporção do poder de compra no total do poder de compra do País foi um dos indicadores escolhidos para análise. Para o ano mais recente para o qual foi possível obter informação (2011), constatou-se que a RAA representa 1,9% do poder de compra nacional. O território ADELIAÇOR representa 0,202%, sendo o Faial a ilha com maior contribuição (0,123%).

No quadro em baixo é também apresentado o Factor de Dinamismo Relativo (FDR)¹, um indicador que mede a tendência da dinâmica comercial depois de retirada a influência do nível do poder de compra concelhio, isto é, mede o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico (geralmente sazonais). Assim, os valores mais elevados reflectem territórios fortemente dominados pelo fenómeno turístico e valores mais baixos indicam territórios com menor poder de atracção turística.

¹ O Factor Dinamismo Relativo reflecte o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais de raiz turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial. Este indicador vem expresso em proporção dos residentes nos concelhos, pelo que tende a tomar valores mais baixos nos grandes aglomerados populacionais.

De acordo com os dados apresentados, apura-se que apesar do turismo ser uma actividade importante na Região em nenhum dos territórios analisados este indicador assume um valor indicativo de polo de atracção turística (por exemplo, no estudo que serviu de base ao quadro referido o concelho de Albufeira apresenta um indicador com um valor de 9,3).

Quadro 2.27 - Proporção do poder de compra (%) e Factor do dinamismo relativo de poder de compra em 2011

Território	Proporção do Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo de Poder de Compra
		2011
São Jorge	0,030	-0,276
Pico	0,033	-0,274
Faial	0,123	-0,230
Flores	0,013	-0,245
Corvo	0,003	-0,353
Território ADELIAÇOR	0,202	-0,276
R.A. Açores	1,9	-0,290
Portugal	100	-0,092

Fonte: Publicação "Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio" – INE.

Relativamente à educação, verifica-se que a RAA apresenta indicadores próximos dos de Portugal no que respeita a taxa bruta de pré-escolarização e taxa bruta de escolarização no ensino secundário. O primeiro indicador apresenta valores muito díspares entre as ilhas que compõem o território ADELIAÇOR, variando entre os 55% da ilha do Corvo e os 120% da ilha das Flores. Estes resultados poderão significar que no Corvo existem crianças com idade para frequentar o ensino pré-escolar que não o estão a fazer e que nas Flores crianças com idades superiores/inferiores à faixa etária do ensino pré-escolar que o frequentam.

No ensino básico a taxa bruta de escolarização é sempre superior a 100% qualquer que seja a unidade territorial analisada. No ensino secundário o mesmo já não acontece, tomando esta taxa um valor superior a 100% apenas em Portugal, em São Jorge, Pico e Faial. Merece especial referência a ilha do Corvo que apresenta uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário muito baixa (20%).

A taxa de retenção e desistência no ensino básico é mais elevada nos Açores (17%) do que em Portugal (10%) e até na área de intervenção da ADELIAÇOR (13%). Nesta última, a maior taxa de retenção e desistência regista-se no Corvo (18%) e a menor no Faial (10%).

Para os indicadores taxa de transição/conclusão no ensino secundário e relação de feminidade no ensino secundário não foi possível obter valores para a ilha do Corvo.

No território de intervenção da ADELIAÇOR verifica-se uma taxa de conclusão do ensino secundário superior à do Arquipélago dos Açores, sendo que para tal contribuem as taxas das ilhas de São Jorge e Pico (80%), as mais elevadas no conjunto das ilhas que pertencem a este GAL.

No que respeita à proporção de elementos do género feminino no ensino secundário apenas na RAA e no Faial é maioritária.

Quadro 2.28 - Indicadores de educação 2012/2013 (%)

Território	Taxa Bruta de Pré-Escolarização	Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico	Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Secundário	Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico	Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário	Relação de Feminidade no Ensino Secundário
São Jorge	111	105	118	12	80	46
Pico	113	108	121	14	80	48
Faial	93	107	101	10	71	54
Flores	120	108	72	11	74	49
Corvo	55	127	20	18	-	-
Território ADELIAÇOR	98	111	86	13	76	50
R.A.Açores	92	113	96	17	75	53
Portugal	91	113	121	10	81	50

Fonte: Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores - 2013 – INE.

A comparação do ano lectivo 2008/2009 e 2012/2013 permite concluir que no que respeita a ensino pré-escolar houve uma redução global no número de estabelecimentos. Em Portugal esta redução foi de 7,7%, na Região foi de 10,7% e no território da ADELIAÇOR foi de 20,0%. Para a redução registada nesta última unidade geográfica muito contribui a redução do número de estabelecimentos na ilha do Pico (-30,0%), que mesmo assim diminuiu apenas em 10,4% o número de alunos matriculados.

O número de alunos matriculados em estabelecimentos de educação pré-escolar só aumentou nas ilhas das Flores e do Corvo (25,7% e 22,2%).

Quadro 2.29 - Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados - Educação pré-escolar (nº)

Território	Estabelecimentos de Ensino		Alunos Matriculados	
	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013
São Jorge	12	10	299	263
Pico	20	14	405	363
Faial	13	11	462	395
Flores	4	4	97	122
Corvo	1	1	9	11
Território ADELIAÇOR	50	40	1.272	1.154
R.A.Açores	223	199	7.742	7.564
Portugal	6.981	6.440	274.628	266.666

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino básico verificou-se que, no primeiro ciclo, entre 2008/2009 e 2012/2013, ocorreu uma redução generalizada do número deste tipo de estabelecimento. No âmbito do território ADELIAÇOR merece referência a ilha de São Jorge que passou de 11 estabelecimentos para 7 (-36,6%), Pico e Faial também reduziram este número e apenas as ilhas das Flores e do Corvo mantiveram o número de estabelecimentos de ensino básico primeiro ciclo.

Para o mesmo período, o número de estabelecimentos no 2º ciclo do ensino básico manteve-se e no 3º ciclo apenas a ilha das Flores perdeu um estabelecimento, mantendo-se as restantes ilhas com o mesmo número de estabelecimentos.

Quadro 2.30 - Estabelecimentos de ensino - Ensino básico (nº)

Território	Estabelecimentos de Ensino					
	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013
São Jorge	11	7	3	3	4	4
Pico	18	13	3	3	4	4
Faial	12	11	1	1	1	1
Flores	3	3	2	2	2	1
Corvo	1	1	1	1	1	1
Território ADELIAÇOR	45	35	10	10	12	11
R.A.Açores	177	155	32	34	36	41
Portugal	5.865	4.753	1.163	1.189	1.526	1.487

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

De uma forma geral, o número de alunos matriculados no ensino básico diminuiu do ano lectivo 2008/2009 para 2012/2013. Esta diminuição foi particularmente significativa no terceiro ciclo em Portugal (-23,4%), na ilha de São Jorge (-21,2%) e no segundo ciclo no Faial (-17,2%).

Em sentido contrário evoluiu o número de alunos matriculados no terceiro ciclo nas Flores (+3,0%) e no Corvo (variação superior a 100%).

Quadro 2.31 – Número de alunos matriculados - Ensino básico (nº)

Território	N.º de Alunos Matriculados					
	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo	
	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013
São Jorge	417	374	221	204	397	313
Pico	565	546	345	300	502	489
Faial	722	682	419	347	582	551
Flores	156	134	94	90	134	138
Corvo	19	16	8	8	6	14
Território ADELIAÇOR	1.879	1.752	1.087	949	1.621	1.505
R.A. Açores	13.929	12.488	8.724	7.474	10.734	10.739
Portugal	488.114	440.378	271.924	252.667	523.155	400.478

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

O número de estabelecimentos de ensino secundário manteve-se nas ilhas que compõem o território da ADELIAÇOR e na RAA e cresceu em Portugal. No entanto, o número de alunos matriculados evoluiu em sentido inverso. Esta tendência foi relevante em Portugal (-20,0%), em São Jorge (- 15,0%), nas Flores (- 13,5%) e no Corvo (-86%).

Quadro 2.32 - Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados - Ensino secundário (nº)

Território	Estabelecimentos de Ensino		Alunos Matriculados	
	2008/2009	2012/2013	2008/2009	2012/2013
São Jorge	3	3	380	323
Pico	4	4	570	549
Faial	2	2	540	510
Flores	1	1	96	83
Corvo	-	1	7	1
Território ADELIAÇOR	10	11	1.593	1.466
R.A. Açores	40	40	9.758	9.606
Portugal	947	952	498.327	398.447

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

Dados para o ano lectivo de 2014/2015 mostram um total de mais de 6.000 alunos a frequentar os vários níveis e tipos de ensino disponível nas várias ilhas, 90% dos quais no Faial, Pico e São Jorge. Note-se que para todos os escalões de ensino o número de alunos matriculados é inferior ao apresentado nos quadros anteriores para o ano lectivo de 2012/2013, traduzindo uma redução no número de crianças e jovens neste território nos últimos anos.

Quadro 2.33 – Alunos matriculados em 2014/2015

Território	N.º de alunos matriculados - Ano letivo 2014/2015						
	Educação Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros	TOTAL
São Jorge	107	374	202	274	172	109	1.238
Pico	313	527	290	377	276	163	1.946
Faial	253	628	270	499	413	241	2.304
Flores	78	151	80	120	73	24	526
Corvo	0	14	8	19	5	0	46
Território ADELIAÇOR	751	1.694	850	1.289	939	537	6.060

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Como se pode verificar no quadro anterior, há 537 jovens a frequentar programa de ensino alternativos, dos quais 41% ao abrigo do Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), 22% no Projecto Curricular Adaptado, 17% no Ensino Profissional, 12% nos Programas Específicos do Regime Educativo Especial (PEREE) e 8% no Programa Oportunidade. Nenhum destes programas foi utilizado na ilha do Corvo.

O ensino superior no território de acção da ADELIAÇOR registou uma alteração muito significativa do ano lectivo de 2009/2010 para o ano lectivo de 2013/2014, uma vez que entrou em funcionamento um estabelecimento de ensino superior na ilha do Faial e matricularam-se 24 alunos, apenas 0,8% do total de alunos do ensino superior na Região. Note-se que em 2008/2010 não existia em nenhuma das ilhas deste território um estabelecimento de ensino superior.

No território existem ainda três escolas profissionais, nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, que leccionam diversos cursos técnico profissionais, incluindo nas áreas das ciências agrárias e turismo.

A caracterização da área da saúde foi elaborada com base num conjunto de indicadores do INE no âmbito do Inquérito aos Hospitais. Na Região Autónoma dos Açores existem oito hospitais, quatro deles em São Miguel, três na terceira e um no Faial.

O quadro seguinte resume alguns dos indicadores de saúde e mostra a sua evolução entre 2009 e 2013. Verifica-se que naquele período quase todos os indicadores melhoraram, excepção feita ao número de farmácias e postos de medicamentos por mil habitantes nas Flores que diminuiu

28,6%. Contudo, este indicador no conjunto do território da ADELIAÇOR cresceu significativamente.

Em 2013, no conjunto das ilhas que compõem este território existiam 5,3 enfermeiros por mil habitantes, 1,6 médicos por mil habitantes e 0,8 farmácias ou postos de medicamentos por mil habitantes. Note-se que os valores dos indicadores relacionados com o número de enfermeiros e de médicos por mil habitantes são muito desvirtuados pelos valores da ilha do Faial, sendo os indicadores das outras ilhas inferiores à média do conjunto do território do GAL ADELIAÇOR.

Quadro 2.34 – Indicadores de saúde (nº)

Território	Enfermeiros/1.000 habitantes		Médicos/1.000 habitantes		Farmácias e Postos de Medicamentos / 1.000 habitantes	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013
São Jorge	3,8	4,8	1,1	1,5	0,4	0,5
Pico	3,4	4,5	0,9	1,3	0,3	0,4
Faial	11,0	12,7	2,4	2,8	0,3	0,3
Flores	3,9	4,5	0,2	0,3	0,7	0,5
Corvo	-	0,0	2,0	2,2	-	2,2
Território ADELIAÇOR	5,5	5,3	1,3	1,6	0,4	0,8
R.A.Açores	7,0	7,8	2,1	2,6	0,3	0,3
Portugal	5,6	6,3	3,8	4,3	0,3	0,3

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

Em 2013, existiam 17 centros de saúde na RAA, 7 dos quais localizados no território da ADELIAÇOR. Entre 2008 e 2013 manteve-se o número de centros de saúde, tendo apenas crescido este número em Portugal, onde passou de 377 para 387.

Quadro 2.35 – Indicadores de saúde - Centros de saúde (nº)

Território	Centros de Saúde	
	2008	2013
São Jorge	2,0	2,0
Pico	3,0	3,0
Faial	1,0	1,0
Flores	1,0	1,0
Corvo	-	-
Território ADELIAÇOR	7,0	7,0
R.A.Açores	17,0	17,0
Portugal	377,0	387,0

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

Ainda no sector da saúde e apoio social, é de grande importância o trabalho desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs). Nos Açores, segundo dados da Direcção Regional da Solidariedade Social, existem 228 IPSSs que gerem no seu conjunto 751 unidades de apoio com diversas valências, com uma capacidade instalada para 30.258 pessoas e que

beneficiam 22.695 utentes. No território de intervenção da ADELIAÇOR encontra-se 19% destas unidades de apoio social e do número de utentes, com maior presença nas ilhas do Faial e Pico.

Quadro 2.36 - Instituições Particulares de Solidariedade Social

Território	IPSSs			
	Nº Entidades	Nº Unidades	Capacidade	Utilização
São Jorge	9	33	1.155	815
Pico	19	41	1.302	1.033
Faial	18	49	2.197	2.065
Flores	6	15	501	347
Corvo	1	5	75	55
Território ADELIAÇOR	53	143	5.230	4.315
R.A. Açores	228	751	30.258	22.695
% Território ADELIAÇOR	23,2%	19,0%	17,3%	19,0%

Fonte: Direcção Regional da Solidariedade Social.

Refira-se que a utilização média face à capacidade protocolada é de 82,5% no território da ADELIAÇOR, com particular destaque para o Faial com 94%, face a uma média regional de 75%. A relação entre a capacidade protocolada e a população residente é de 12%, idêntica à média regional, sendo particularmente elevada no Corvo (17%) e mais reduzida no Pico (9%).

Este território distingue-se particularmente no apoio à terceira idade, pessoas com deficiência e sem-abrigo, com cerca de 30% das unidades regionais, enquanto que possui apenas 15% das unidades de apoio à infância, juventude e família e 10% de outros tipos de unidades.

Quadro 2.37 – Tipologia das unidades de apoio social

Território	Número de Unidades		
	Apoio à Infância e Juventude	Apoio à 3ª Idade e outras Pessoas Fragilizadas	Outro Apoio
São Jorge	15	13	5
Pico	10	30	1
Faial	15	23	11
Flores	4	9	2
Corvo	2	3	0
Território ADELIAÇOR	46	78	19
R.A. Açores	303	272	176
% Território ADELIAÇOR	15,2%	28,7%	10,8%

Fonte: Direcção Regional da Solidariedade Social.

No sector monetário e financeiro, o território da ADELIAÇOR caracteriza-se por ter indicadores mais favoráveis do que o conjunto da Região e do que Portugal. De facto, existem 3,1 vezes mais estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola por dez mil

habitantes e o número de caixas automáticas por dez mil habitantes é duas vezes maior. No que respeita à taxa de crédito habitação, observa-se que esta é 12 pontos percentuais superior neste território.

Quadro 2.38 – Indicadores do sector monetário e financeiro (nº)

Território	Estabelecimentos de Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Agrícola/10.000		Taxa de Crédito à Habitação (%)		Caixas Automáticas / 10.000 Habitantes	
	2008	2013	2008	2013	2008	2013
São Jorge	9,5	10,2	34,5	34,9	19,1	21,6
Pico	11,5	11,3	51,3	45,1	17,5	20,6
Faial	7,7	7,3	55,0	50,7	15,9	19,3
Flores	9,7	15,9	37,2	65,8	9,7	13,3
Corvo	41,4	43,9	39,7	46,5	40,0	43,2
Território ADELIAÇOR	16,0	17,7	43,5	48,6	20,4	23,6
R.A.Açores	7,2	6,7	41,9	43,9	15,2	15,4
Portugal	6,1	5,7	35,3	36,6	13,1	12,4

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

No que respeita a questões de justiça optou-se por recolher como indicador a taxa de criminalidade que aumentou 10% no território de intervenção de ADELIAÇOR entre 2009 e 2013. No entanto, e tanto para 2009 como para 2013, esta taxa é a menor quando comparada com a da RAA e de Portugal. A ilha do Faial merece especial referência, uma vez que registou um decréscimo de 15,5% na taxa de criminalidade.

Quadro 2.39 – Indicador de justiça (%)

Território	Taxa de Criminalidade	
	2009	2013
São Jorge	31,0	37,5
Pico	25,9	32,2
Faial	34,9	29,5
Flores	27,8	28,2
Corvo	6,0	10,8
Território ADELIAÇOR	25,1	27,6
R.A.Açores	45,0	40,2
Portugal	40,2	36,1

Fonte: Publicação “Os Açores em Números 2009 – 2013” – SREA.

2.6. Ambiente

O Arquipélago dos Açores é abrangido pela denominada Região Biogeográfica da Macaronésia (conjunto de arquipélagos do Atlântico Norte localizados entre o Sudoeste da Europa (SW) e o Noroeste de África (NW)). Inclui os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde. Este conjunto de arquipélagos têm em comum a origem vulcânica.

A flora da RAA, bem como de outras regiões da Macaronésia com diversidade elevada e com elevado número de endemismos, remonta à Era Terciária, que no continente europeu não existe devido às glaciações.

O Clima associado ao isolamento geográfico, ao relevo e às características geológicas originou uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens, que proporcionam a existência de um elevado número de habitats que albergam uma grande variedade de espécies.

Como vegetação natural endémica da Macaronésia e com estatuto de protecção, existe a floresta Laurissilva cuja origem surge relacionada com as florestas húmidas do Terciário existente no sul da Europa e desaparecidas há milhões de anos aquando das últimas glaciações. A floresta primitiva (Laurissilva e Cedro) sofre os efeitos da introdução de áreas de pastagens, bem como a introdução de plantas exóticas e invasoras (incenso, roca, chorão, cana da Índia, hortênsia).

No entanto, o número de espécies endémicas ainda é muito elevado. Por exemplo, conta-se com um número de 66 plantas vasculares, sendo possível também encontrar um elevado número de endemismos noutros grupos. A diversidade de comunidades vegetais permite também a existência de diversas comunidades de aves terrestres endémicas.

Encontram-se também, no conjunto das ilhas dos Açores, cerca de 300 espécies endémicas de artrópodes.

No que respeita a mamíferos, vivem nos Açores naturalmente 25 espécies marinhas (24 das quais cetáceos – baleias e golfinhos) e uma espécie endémica terrestre (único mamífero autóctone) – Morcego-dos-Açores.

As rochas predominantes são o basalto, traquito, tufos e bagacinas.

No que respeita à paisagem, este é marcadamente agrícola quase sempre dividida em quadriculas separadas por muros de pedra solta “currais” ou divisórias de urze ou hortênsias “cerrados” ou “pastos” consoante a dimensão.

Até 300 metros de altitude predomina a policultura. A partir daí passa-se para pastagens que, actualmente, pelo desenvolvimento da pecuária descem até à costa em muitos pontos.

A terra não fértil permite que surjam matas e vinhedos, onde a exposição solar e o microclima são mais favoráveis.

O território de intervenção da ADELIAÇOR é marcado por um conjunto alargado de classificações, de diversa ordem, que atestam da sua riqueza e diversidade.

No âmbito da Rede Natura 2000 (rede ecológica cujo objectivo é a conservação da diversidade biológica e ecológica dos Estados Membros da União Europeia, através da implementação das directivas comunitárias “Aves” e “Habitats”) foram classificados no território de intervenção da ADELIAÇOR mais de 21.000 ha em Zonas de Especial Conservação (ZEC) e quase 10.000 ha em Zonas de Protecção Especial (ZPE), num total de quase 22.000 ha, como detalhado no quadro seguinte:

Quadro 2.40 – Zonas Rede Natura 2000

SIC/ZEC						ZPE					
Designação	Ilha	Área (ha)	% Total	Área por Ilha (ha)	% Área da Ilha	Designação	Ilha	Área (ha)	% Total	Área por Ilha (ha)	% Área da Ilha
Ponta dos Rosais	São Jorge	307,08	1,4%	4.272,23	17,5%	Ilhéu do Topo e Costa Adjacente	São Jorge	369,75	3,7%	369,75	1,5%
Costa NE e Ponta do Topo	São Jorge	3.965,15	18,7%			Lajes do Pico	Pico	64,53	0,7%		
Baixa do Sul (Canal do Faial)	Pico	50,06	0,2%	9.196,38	20,7%	Ponta da Ilha	Pico	293,80	3,0%	6.390,90	14,4%
Montanha do Pico, Praínha e Caveiro	Pico	8.462,65	39,8%			Furnas/ Santo António	Pico	13,37	0,1%		
Ponta da Ilha	Pico	398,29	1,9%			Zona Central do Pico	Pico	6.019,20	60,8%		
Lajes do Pico	Pico	142,17	0,7%			Caldeira e Capelinhos	Faial	2.047,14	20,7%	2.047,14	11,8%
Ilhéus da Madalena	Pico	143,21	0,7%	2.613,45	15,1%	Costa Sul e Sudoeste	Flores	254,02	2,6%	395,95	2,8%
Caldeira e Capelinhos	Faial	2.086,25	9,8%			Costa Nordeste	Flores	141,93	1,4%		
Monte da Guia	Faial	383,17	1,8%			Costa do Caldeirão	Corvo	699,85	7,1%	699,85	40,9%
Ponta do Varadouro	Faial	17,61	0,1%			Total ADELIAÇOR	-	9.903,59	100,0%	-	9,7%
Morro de Castelo Branco	Faial	126,42	0,6%								
Zona Central – Morro Alto	Flores	2.931,09	13,8%	4.181,85	29,7%						
Costa Nordeste	Flores	1.250,76	5,9%								
Costa do Caldeirão	Corvo	972,67	4,6%								
Total ADELIAÇOR	-	21.236,58	100,0%	-	20,8%						

Fonte: ICNF, <http://redenatura2000.azores.gov.pt/>.

Da Convenção sobre Zonas Húmidas realizada em 1971, vulgarmente designada por “Convenção de Ramsar”, resultou a definição de Zonas Húmidas como “zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros”. Estas zonas são reconhecidas pela importância dos ecossistemas e pela biodiversidade, pelo elevado valor económico, científico, cultural e recreativo para as comunidades envolvidas e pela acção mitigante relativamente às alterações climáticas. Em

1980 Portugal ratificou a “Convenção de Ramsar”, estando actualmente oficialmente reconhecidas 31 sítios Ramsar no País, dos quais 13 nos Açores e 6 na área de intervenção da ADELIAÇOR.

Quadro 2.41 – Sítios Ramsar

Sítios Ramsar					
Designação	Ilha	Área (ha)	% Total	Área por Ilha (ha)	% Área da Ilha
Fajãs das Lagoas dos Cubres e de Santo Cristo	São Jorge	87,00	0,9%	318,00	1,3%
Planalto Central (Pico da Esperança)	São Jorge	231,00	2,3%		
Planalto Central (Achada)	Pico	748,00	7,6%	748,00	1,7%
Caldeira do Faial	Faial	312,00	3,2%	312,00	1,8%
Planalto Central (Morro Alto)	Flores	2.572,00	26,0%	2.572,00	18,2%
Caldeirão do Corvo	Corvo	316,00	3,2%	316,00	18,5%
Total ADELIAÇOR	-	4.266,00	100,0%	-	4,2%

Fonte: Ramsar list, The Secretariat of the Convention on Wetlands, Junho 2015.

A região é ainda abrangida pela Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, sendo as ilhas do Corvo e das Flores parte integrante desta rede. No dia 25 de Março de 2015 foi apresentada em Malta a candidatura das Fajãs da Ilha de São Jorge a Reserva da Biosfera.

Em 1972, a UNESCO adoptou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural que tem por objectivo proteger os bens patrimoniais dotados de um valor universal excepcional. Na área intervencionada pelo GAL ADELIAÇOR existe classificada como Património Mundial da UNESCO a Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Na Região Autónoma dos Açores existem Parques Naturais em todas as ilhas. A criação destes parques teve como objectivo a agregação de todo o tipo de estatutos de protecção e de áreas protegidas, sendo um instrumento de gestão das mesmas e simplificando a orgânica da sua administração.

No âmbito da área de intervenção da ADELIAÇOR existem cinco Parques Naturais, um em cada ilha cuja caracterização genérica se apresenta a seguir:

Parque Natural da Ilha de São Jorge

A área do Parque Natural de São Jorge representa 24% da área total da ilha. No âmbito do parque merecem especial referência a Área Protegida – Monumento Natural da Ponta de Rosais, as Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies (Costa Noroeste, Costa

Sudoeste, Costa de Velas, Pico da Esperança e Planalto Central, Fajã das Almas, Costa do Topo e Ilhéu do Topo), a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte, as Áreas Protegidas de Gestão de Recursos (Costa Oeste, Entre Morros, Costa das Fajãs, Costa Nordeste), os trilhos pedestres (Serra do Topo – Caldeira de Santo Cristo – Fajã dos Cubres, Pico do Pedro – Pico da Esperança – Fajã do Ouvidor e Norte Pequeno), o Centro de Interpretação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, a Casa do Parque e o Ecomuseu da Ilha de São Jorge.

Parque Natural da Ilha do Pico

É o maior parque natural dos Açores, inclui 22 áreas protegidas, o que representa 35% da sua superfície terrestre, tendo também cerca de 79 km² de área de protecção marinha. Como locais de referência estão as Áreas Protegidas da Montanha do Pico, do Caveiro, do Mistério da Prainha e das Furnas de Santo António, a Gruta das Torres (monumento natural), as Áreas Protegidas para Gestão de Habitats ou Espécies (Mistério de São João, Silveira, Lajes do Pico, Ribeiras, Terra Alta, Zona do Morro, Lagoa do Caiado e Furnas de Santo António), as Áreas de Paisagem Protegida (cultura da vinha e Zona Central), as Áreas Protegidas para Gestão de Recursos (Canal Pico-Faial, Ponta da Ilha e Lajes do Pico), os trilhos pedestres (Caminhos de Santa Luzia, Caminho dos Burros, Porto Calhau – Manhenha, Ponta da Ilha, Vinhas da Criação Velha, Santana – Lajido e Lagoa do Capitão), a Casa da Montanha, o Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico e o Moinho do Frade.

Parque Natural da Ilha do Faial

Este Parque Natural é reconhecido pelo seu carácter inovador, na medida em que foi distinguido a nível europeu como melhor local para actividades turísticas sustentáveis. De facto, a Comissão Europeia escolheu este local como destino para representar Portugal no programa EDEN (European Destinations of Excellence). No Parque Natural do Faial, os locais de referência são as Áreas Protegidas (Reserva Natural das Caldeirinhas, da Caldeira do Faial e do Morro de Castelo Branco); Áreas Protegidas para Gestão de Habitats ou Espécies do Cabeço do Fogo, dos Capelinhos, da Costa Noroeste e Varadouro, do Varadouro–Castelo Branco e da Lomba Grande, da Ponta da Caveira e da Costa Sul e Sudoeste; Áreas de Paisagem Protegida do Monte da Guia e da Zona Central; Áreas Protegidas de Gestão de Recursos do Canal Faial-Pico, de Castelo Branco, dos Capelinhos e dos Cedros), os trilhos pedestres (Faial Costa a Costa, Capelo-Capelinhos, Rocha da Fajã, Levada, Perímetro da Caldeira, Rumo ao Morro de Castelo Branco, 10 Vulcões,

Caminhos Velhos e Descida da Caldeira), circuitos interpretativos do Monte da Guia e dos Baleeiros, circuito BTT no Parque Florestal do Capelo, o Jardim Botânico do Faial, a Casa do Cantoneiro, o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, a Casa dos Dabney e o Aquário do Porto Pim.

Parque Natural da Ilha das Flores

Nas Flores, o Parque Natural é constituído por ecossistemas terrestres e marinhos representativos de elevada biodiversidade e geodiversidade. Como locais de referência podem citar-se Áreas Protegidas (Reserva Natural da Caldeira Funda e Rasa, Ilhéu Maria Vaz, Rocha dos Bordões), Áreas Protegidas para Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Nordeste, Ponta da Caveira, Costa Sul e Sudoeste; Áreas de Paisagem Protegida da Zona Central e Falésias da Costa Oeste e Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte, alguns trilhos pedestres (Ponta Delgada – Fajã Grande, Lajedo – Fajã Grande, Miradouro das Lagoas – Poço do Bacalhau, Fajã de Lopo Vaz) e o Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão.

Parque Natural da Ilha do Corvo

O Parque Natural do Corvo caracteriza-se por uma enorme biodiversidade e variedade de habitats, contando-se cerca de 48 espécies de plantas endémicas dos Açores, o que representa a maior proporção de endemismos do Arquipélago. A ilha do Corvo é reconhecida internacionalmente pelo papel relevante como local de nidificação de importantes colónias de aves marinhas (como por exemplo o Cagarro). Das espécies de avifauna existentes na ilha merecem especial destaque, para além da espécie já referida, o Garajau-comum, o Painho-da-Madeira e o Pombo-torcaz-dos-açores. A ilha é assim reconhecida como local privilegiado para a observação de aves. Este Parque Natural conta diversos locais de interesse, como as Áreas Protegidas para Gestão de Habitats ou Espécies da Costa e Caldeirão do Corvo, a Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa do Corvo, trilhos pedestres (Cara do Índio e Volta do Caldeirão) e o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo (CIAC).

Nos Açores merece igualmente referência o seu Geoparque. Existem actualmente a Rede Global de Geoparques (RGG – Criada em 2004) e a Rede Europeia de Geoparques (REG – Criada em

2000). No arquipélago existe o Geoparque dos Açores, que assenta numa rede de geossítios dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente. Dos 57 geossítios da Região, 28 encontram-se na área de intervenção da ADELIAÇOR.

Tabela 2.1 – Lista de geossítios da zona de intervenção

Ilha	Geossítios	Ilha	Geossítios
São Jorge	Arriba das Fajãs dos Vimes e de São João	Faial	Caldeira
	Cordilheira vulcânica central		Grabén de Pedro Miguel
	Fajã do Ouvidor e da Ribeira da Areia		Monte da Guia
	Fajãs dos Cubres e da Caldeira do Santo Cristo		Morro do Castelo Branco
	Morro de Velas e Morro de Lemo		Península do Capelo
Pico	Arriba fóssil Sto António - São Roque	Flores	Vulcão dos Capelinhos e Costado da Nau
	Fajã lávica das Lajes do Pico		Caldeiras Funda e Rasa
	Grua das Torres		Caldeiras Negra, Comprida, Seca e Branca
	Ilhéus da Madalena		Fajã Grande e Fajãzinha
	Lajido de Santa Luzia		Pico da Sé
	Montanha		Ponta da Rocha Alta e Fajã de Lopo Vaz
	Planalto da Achada		Rocha dos Bordões
	Ponta da Ilha	Corvo	Caldeirão
			Fajã lávica de Vila do Corvo
			Ponta do Marco

Fonte: <http://www.azoresgeopark.com>.

Tendo em conta a relevância da actividade turística na Região, existem inúmeros empreendimentos turísticos com reconhecimento de qualidade ambiental. De forma a definir critérios de certificação adequados à realidade açoriana foi criado o Galardão Miosótis. Os objectivos deste galardão são a criação de um prémio ambiental credível e rigoroso a atribuir aos alojamentos de acordo com as características regionais em que estes se inserem, o reconhecimento dos alojamentos que implementam boas práticas ambientais de acordo com características específicas regionais e a implementação de boas práticas ambientais nos alojamentos turísticos acompanhada de campanhas de sensibilização de funcionários e clientes. Em 2014-2015, na área de intervenção da ADELIAÇOR, existiam 27 estabelecimentos com este galardão, distribuídos por todas as 5 ilhas – 13 no Faial, 8 no Pico, 3 em São Jorge, 2 nas Flores e 1 no Corvo.

Destaque-se, por último, a existência na Região de diversas campanhas ambientais, nomeadamente:

- A campanha da Bandeira Azul – em 2015, na zona de intervenção da ADELIAÇOR foi atribuída ao Varadouro na Horta (Ilha do Faial) e ao Cais do Pico, em São Roque do Pico (Ilha do Pico);
- A campanha “Açores Entre Mares”, cuja área de intervenção é a promoção do conhecimento e da utilização sustentável do Mar dos Açores;
- A campanha SOS Cagarro, cujo principal objectivo é alertar a população açoriana para a necessidade de preservação desta espécie protegida que nidifica nos Açores.

2.7. O Sector do Turismo

O sector do turismo é uma actividade muito relevante para a Região Autónoma dos Açores, tendo vindo a crescer nos últimos anos.

De facto, entre 2009 e 2013, houve um acréscimo significativo no número de estabelecimentos e na capacidade de alojamento. O número de estabelecimentos cresceu de 14 para 48 no território da ADELIAÇOR e a capacidade de alojamento registou um acréscimo de 21,4%. Neste território a evolução mais favorável registou-se na ilha do Pico com acréscimos superiores a 100% em número de estabelecimentos e capacidade de alojamento.

Quadro 2.42 – Evolução do número de estabelecimentos turísticos e da capacidade de alojamento (nº)

Território	Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento	
	2009	2013	2009	2013
São Jorge	2	6	162	263
Pico	4	20	273	604
Faial	6	17	798	799
Flores	2	4	139	-
Corvo	-	1	-	-
Território ADELIAÇOR	14	48	1.372	1.666
R.A.Açores	82	154	8.806	9.579
Portugal	1.988	3.345	273.804	326.187

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE.

Para o ano de 2014 é possível obter um conjunto de dados mais detalhados relativos ao comportamento da hotelaria tradicional e do turismo em espaço rural (TER).

No que respeita à hotelaria tradicional, o Faial é a ilha com maior oferta e com maior procura, com mais de metade do número de hóspedes e das dormidas no território da ADELIAÇOR, com menos de um terço dos estabelecimentos. A taxa de ocupação neste território é muito reduzida,

inferior à média regional. Refira-se ainda que a média de dormidas por hóspede é de 2,3 noites face a uma média regional de 3,1.

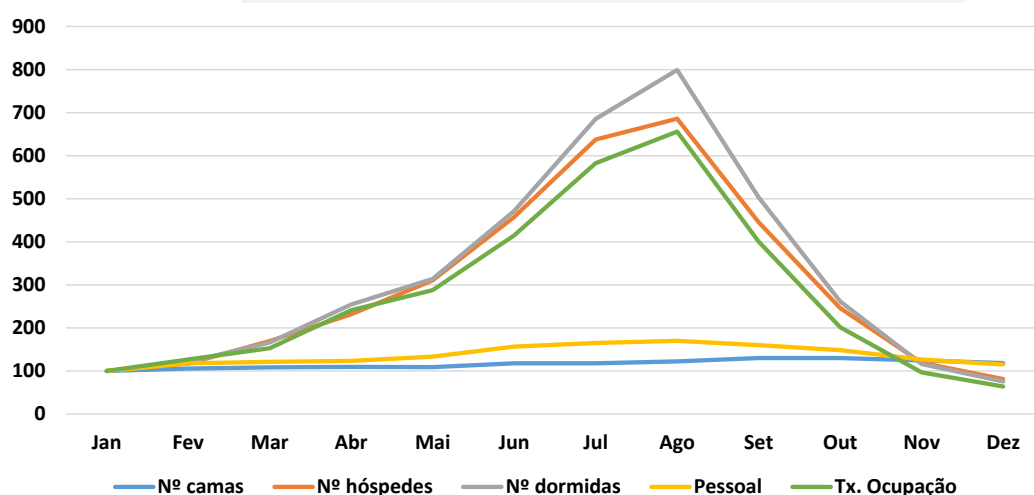
Quadro 2.43 – Hotelaria tradicional em 2014

Território	Hotelaria Tradicional					
	Nº Estabelecimentos*	Pessoal ao Serviço*	Nº Camas*	Nº Hóspedes**	Nº Dormidas**	Taxa de Ocupação
São Jorge	4	34	311	8.395	17.893	20,6%
Pico	5	64	458	16.101	39.591	24,2%
Faial	6	150	790	34.567	78.500	30,8%
Flores	3	37	173	5.418	13.408	23,1%
Corvo	1	1	18	580	1.566	23,8%
Território ADELIAÇOR	19	286	1.750	65.061	150.958	26,5%
R.A. Açores	82	1.631	8.906	345.594	1.063.775	34,5%
% Território ADELIAÇOR	23,2%	17,5%	19,6%	18,8%	14,2%	76,7%
* - varia ao longo do ano; considerou-se valor mensal mais elevado.						
** - total acumulado anual.						

Fonte: SREA.

É particularmente evidente a sazonalidade da procura, que se traduz, em certa medida, num ajustamento da oferta ao longo do ano. Como se pode verificar, a procura (reflectida pelo número de hóspedes e de dormidas e pela taxa de ocupação) aumenta enormemente nos meses de Verão, decrescendo fortemente no Outono e Inverno. O número de camas e o pessoal ao serviço variam em conformidade, embora naturalmente com oscilações muito menores.

Gráfico 2.7 – Evolução dos indicadores da hotelaria tradicional ao longo de 2014



Fonte: SREA; base 100 em Janeiro.

É ainda interessante observar a origem dos hóspedes neste tipo de turismo. Ligeiramente mais de metade são de portugueses, destacando-se entre os estrangeiros os provenientes da

Alemanha. Esta distribuição é relativamente uniforme em todas as ilhas do território, destacando-se apenas o Pico, única ilha em que mais de metade dos hóspedes são estrangeiros, e o Corvo em que, pelo contrário, mais de 75% são nacionais. Refira-se ainda a capacidade do território de captar turistas italianos, suíços, franceses, ingleses e austríacos, cuja proporção face ao total da Região é superior a 25%, face a uma média global de 19%.

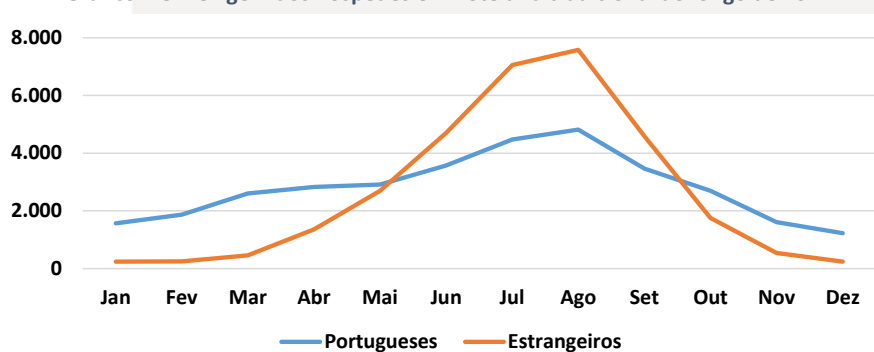
Quadro 2.44 - Origem dos hóspedes em hotelaria tradicional em 2014

Território	Origem dos Turistas em Hotelaria Tradicional (%)										
	Portugal	Alemanha	Holanda	França	Reino Unido	EUA	Bélgica	Itália	Suíça	Espanha	Outros
São Jorge	59,9%	13,3%	4,3%	4,8%	2,3%	2,1%	1,5%	3,3%	1,8%	1,6%	5,0%
Pico	48,5%	14,8%	6,2%	5,5%	3,7%	3,2%	3,7%	2,1%	3,1%	2,0%	7,3%
Faial	50,0%	12,9%	4,5%	4,8%	5,0%	3,8%	3,3%	3,0%	2,5%	2,8%	7,5%
Flores	56,4%	14,5%	6,4%	2,5%	1,2%	3,7%	3,5%	3,4%	1,1%	2,6%	4,8%
Corvo	76,6%	8,3%	0,3%	2,1%	2,4%	1,4%	1,7%	1,9%	0,7%	1,0%	3,6%
Território ADELIAÇOR	51,7%	13,5%	5,0%	4,8%	4,0%	3,4%	3,2%	2,8%	2,4%	2,4%	6,8%
R.A. Açores	49,5%	11,8%	4,2%	3,1%	2,9%	5,1%	2,4%	1,6%	1,6%	5,5%	12,1%
% Território ADELIAÇOR	19,6%	21,5%	22,3%	28,4%	26,2%	12,5%	24,6%	32,5%	28,2%	8,2%	7,3%

Fonte: SREA.

Refira-se que a sazonalidade da procura é muito mais elevada nos turistas estrangeiros, que superam os portugueses nos meses de Junho a Setembro.

Gráfico 2.8 – Origem dos hóspedes em hotelaria tradicional ao longo de 2014



Fonte: SREA.

Os dados relativos ao turismo em espaço rural (TER) são mais escassos. No entanto, foi possível caracterizar algumas ilhas no que respeita a número de estabelecimentos e capacidade de alojamento, tendo-se verificado que no conjunto do território da ADELIAÇOR existiam, em 2013, 31 estabelecimentos e uma capacidade para alojar 371 indivíduos, tendo o número de visitante superado os 5.500, com mais de 21.000 dormidas, com uma média de 3,8 noites por hóspede.

Refira-se que este tipo de turismo é muito relevante no território face à totalidade da Região, com mais de metade dos hóspedes e dormidas, destacando-se particularmente as ilhas do Faial

e Pico. Contudo, é na ilha das Flores que as estadias são mais longas, com uma média de 7,4 noites por hóspede.

Quadro 2.45 - Turismo em espaço rural em 2013 e 2014

Território	2013		2014	
	Estabelecimentos	Capacidade de Alojamento	Nº Hóspedes	Nº Dormidas
São Jorge	3	56	nd	nd
Pico	15	157	2.174	8.492
Faial	12	158	2.951	9.560
Flores	1	nd	423	3.117
Corvo	0	0	0	0
Território ADELIAÇOR	31	371	5.548	21.169
R.A. Açores	74	866	9.764	39.756
% Território ADELIAÇOR	41,9%	42,8%	56,8%	53,2%

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE, SREA.

Este território é também particularmente importante no que respeita ao alojamento local, realidade que tem crescido fortemente recentemente.

Quadro 2.46 – Alojamento local em 2015

Território	2015	
	Nº Estabelecimentos	Nº Camas
São Jorge	16	125
Pico	92	426
Faial	69	434
Flores	21	193
Corvo	3	11
Território ADELIAÇOR	201	1.189
R.A. Açores	411	2.238
% Território ADELIAÇOR	48,9%	53,1%

Fonte: Direcção Regional do Turismo.

No território existem ainda duas das seis pousadas da juventude existentes na Região, no Pico e São Jorge. Dos 21 parques de campismo dos Açores, o território dispõe de 10, situados em São Jorge, no Pico e no Faial (3 em cada) e no Corvo (1).

A actividade turística tem crescido e tem-se diversificado nos últimos anos, tendo o território da ADELIAÇOR uma grande diversidade de serviços e actividades disponibilizadas aos seus visitantes, como canoagem/kayaking, canyoning, geoturismo, iatismo, mergulho, observação de aves, observação de cetáceos, passeios pedestres, passeios a cavalo, passeios de bicicleta/btt, pesca desportiva ou surf.

Estão também disponíveis aos visitantes diversas actividades de carácter cultural e de lazer, como zonas balneares, praias com bandeira azul (6 neste território), centros culturais, jardins e parques, património arquitectónico (casa senhoriais, moinhos, maroiços) e religioso, centros de interpretação, museus e rotas temáticas, nomeadamente associados ao vinho e actividade baleeira, e monumentos e reservas naturais. No âmbito do património natural, destaca-se a montanha do Pico, ponto mais elevado de Portugal, as múltiplas fajãs, lagoas, caldeiras, grutas e mistérios, o vulcão dos Capelinhos.

A gastronomia local, com uma grande diversidade de produtos regionais (carne, peixe, queijo, mel, conservas) é igualmente um foco de atracção turística para os visitantes do território. Destaca-se particularmente, o Queijo de Jorge DOP, picante, com curas de 3 a 12 meses, o vinho do Pico, assente em castas regionais, com denominação DOP, associado à paisagem protegida da cultura da vinha da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO. Refira-se ainda o café de São Jorge, único em toda a Europa e a doçaria regional, assente em produtos como as espécies, queijadas e as rosquilhas.

O artesanato local é também bastante rico, destacando-se as rendas, bordados, trabalhos em escama de peixe, miolo de figueira e miolo de hortênsia e Scrimshaw (entalhe, gravação ou pintura em dentes e ossos da mandíbula de cetáceos).

A análise dos proveitos totais do turismo revela um acréscimo de valor entre 2009 e 2013, quer em Portugal (10,8%), quer no território da ADELIAÇOR (15,6%). Nos Açores a evolução foi de sinal contrário (- 9,1%). O acréscimo do território ADELIAÇOR deve-se ao aparecimento dos valores das ilhas do Pico e das Flores, o que poderá estar relacionado com o segredo estatístico e não directamente relacionado com o aumento dos proveitos totais do turismo.

Quadro 2.47 – Proveitos totais do turismo (€)

Território	Proveitos Totais	
	2009	2013
São Jorge	0	0
Pico	0	1.192
Faial	4.669	4.205
Flores	0	746
Corvo	0	0
Território ADELIAÇOR	4.669	6.143
R.A.Açores	49.163	44.672
Portugal	1.763.954,0	1.954.569

Fonte: Estatísticas do Turismo, INE.

3. O SECTOR AGRÍCOLA E AGRO-INDUSTRIAL

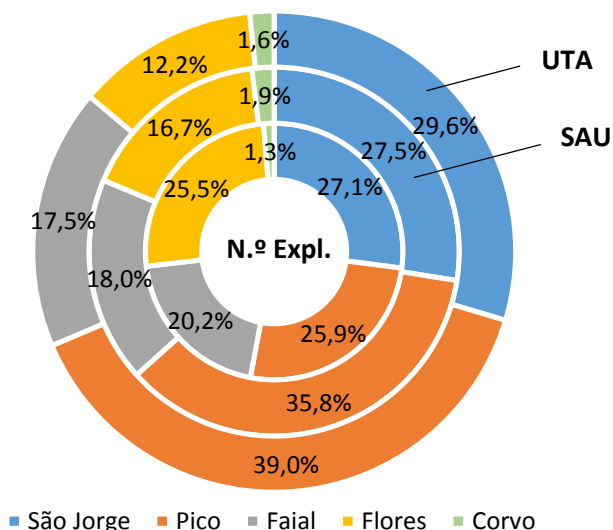
3.1. Caracterização Estrutural

Mais de metade da superfície da zona de intervenção da ADELIAÇOR (56%) é ocupada por explorações agrícolas, com um total de 57.388 ha. Em 2009, data dos dados mais recentes sobre as estruturas das explorações agrícolas a nível concelhio, 88% desta área era superfície agrícola útil (SAU), com apenas uma pequena proporção de outras utilizações.

Neste ano, existiam nas ilhas abrangidas pela ADELIAÇOR 4.238 explorações agrícolas com uma SAU de 50.559 ha e uma utilização de mão-de-obra de 3.208 unidades de trabalho-ano (UTAs), representando, respectivamente, 31% das explorações, 42% da SAU e 28% das UTAs do conjunto dos Açores.

Enquanto que o número de explorações se repartia de forma relativamente uniforme por quatro ilhas – São Jorge, Pico, Faial e Flores – a ilha do Pico destacava-se quanto à SAU e UTAs. A ilha do Corvo tem, em todos os indicadores, uma expressão muito reduzida.

Gráfico 3.1 - Indicadores estruturais da agricultura da zona de intervenção por ilha



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

Nas últimas duas décadas, as explorações agrícolas desta zona de intervenção beneficiaram de um grande ajustamento estrutural motivado por uma redução substancial do número de

explorações (-46%) e do trabalho agrícola (-45%) e por um crescimento da superfície agrícola (5%).

Em consequência, a superfície média por exploração duplicou, sendo agora idêntica à média nacional e maior que a média regional, enquanto que a área média por unidade de trabalho é mais elevada que as médias regional e nacional.

De facto, o número de explorações decresceu substancialmente em todas as ilhas (nalgumas cerca de 50%), enquanto que a SAU apenas diminui no Pico (-6%) e, de forma residual, no Corvo. Destaque-se o grande crescimento da SAU em São Jorge (22%), que foi por isso a ilha em que o trabalho agrícola menos decresceu (-22% face a média de -45%).

Quadro 3.1 – Evolução dos indicadores estruturais da agricultura da zona de intervenção

Território	N.º Explorações			SAU (ha)			UTA		
	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009
São Jorge	1.705	1.290	1.147	11.433	11.564	13.911	1.210	977	950
Pico	2.292	1.866	1.098	19.210	17.578	18.113	2.262	1.553	1.251
Faial	1.702	1.266	856	8.648	8.843	9.095	1.411	848	563
Flores	2.133	1.568	1.081	8.004	9.178	8.464	842	473	392
Corvo	69	65	56	982	1.155	976	111	99	52
Território ADELIAÇOR	7.901	6.055	4.238	48.277	48.318	50.559	5.836	3.950	3.208
R.A.Açores	24.706	19.280	13.541	121.308	118.983	120.412	20.344	15.452	11.532
Portugal	598.742	415.969	305.266	3.863.094	4.005.573	3.668.145	850.031	526.145	367.393

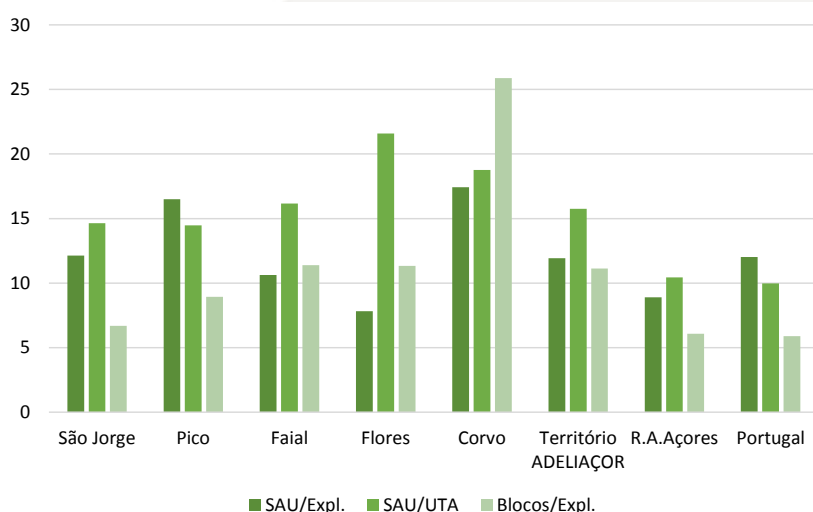
Território	SAU/Expl.			SAU/UTA			UTA/Expl.		
	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009
São Jorge	6,7	9,0	12,1	9,4	11,8	14,6	0,7	0,8	0,8
Pico	8,4	9,4	16,5	8,5	11,3	14,5	1,0	0,8	1,1
Faial	5,1	7,0	10,6	6,1	10,4	16,2	0,8	0,7	0,7
Flores	3,8	5,9	7,8	9,5	19,4	21,6	0,4	0,3	0,4
Corvo	14,2	17,8	17,4	8,8	11,7	18,8	1,6	1,5	0,9
Território ADELIAÇOR	6,1	8,0	11,9	8,3	12,2	15,8	0,7	0,7	0,8
R.A.Açores	4,9	6,2	8,9	6,0	7,7	10,4	0,8	0,8	0,9
Portugal	6,5	9,6	12,0	4,5	7,6	10,0	1,4	1,3	1,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989, 1999 e 2009.

Por ilha, verifica-se que apenas a ilha das Flores tem uma superfície média por exploração inferior à média dos Açores, destacando-se particularmente as ilhas do Corvo e do Pico, com áreas agrícolas médias de 17,4 ha/expl. e 16,5 ha/expl. respectivamente. No Pico esta foi uma evolução muito significativa entre 1999 e 2009, resultante de uma grande redução do número de explorações, associada a um pequeno aumento da SAU. A superfície média por trabalhador é muito elevada em todas as ilhas, destacando-se particularmente as Flores e o Corvo (21,6 e 18,8 ha/UTA, respectivamente).

Refira-se ainda que as explorações são muito fragmentadas em quase todas as ilhas (São Jorge é a única dentro da média regional e nacional), com especial destaque para o Corvo onde se repartem em média por 26 blocos. Desta forma, a área média dos blocos ronda 1 ha, variando entre 0,7 ha no Corvo e Flores e 1,8 ha no Pico e São Jorge.

Gráfico 3.2 – Índices estruturais na zona de intervenção em 2009

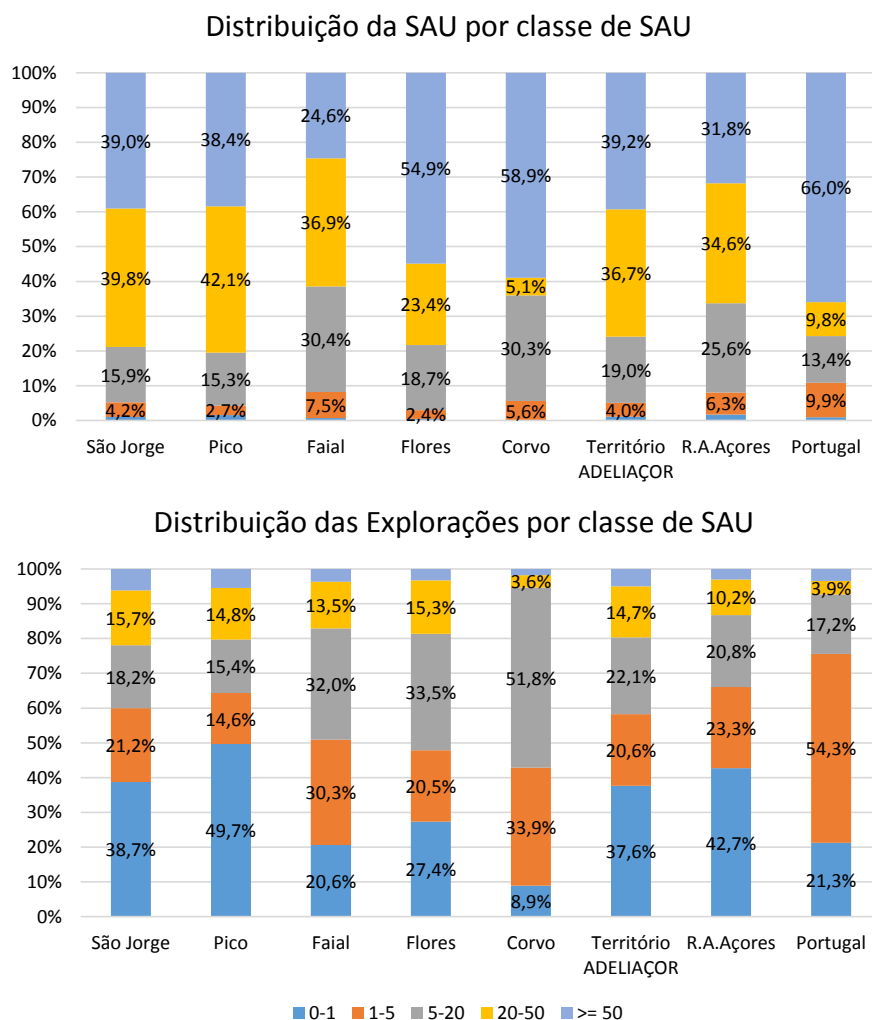


Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009; nota: n.º blocos é, para algumas ilhas, uma estimativa da AGRO.GES.

O gráfico seguinte mostra a estrutura das explorações por classe de área. Como se pode verificar, em termos totais na zona de intervenção 80% das explorações estão nas classes de área inferior a 20 ha, uma situação ainda assim mais favorável que a média regional (87%) e nacional (93%). Refira-se o peso mais acentuado das explorações de muito pequena dimensão (< 5 ha) nas ilhas do Pico e São Jorge (64% e 60%, respectivamente), enquanto nas restantes ilhas constituem cerca de 40% a 50%. Destaque-se também o facto de que 50% das explorações do Corvo ter 5 a 20 ha.

A distribuição da SAU por classes de SAU é muito diferente, com 76% da área em explorações de mais de 20 ha, valor idêntico ao de Portugal mas muito superior à média regional de 66%. É em São Jorge e no Pico que maior proporção da área se encontra em explorações de maior dimensão – cerca de 80% em explorações com mais de 20 ha – embora seja nas Flores e no Corvo que a classe de área superior a 50 ha assume maior importância – 55% e 59% respectivamente.

Gráfico 3.3 – Distribuição da SAU e explorações por classe de SAU em 2009



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

3.2. Caracterização das Actividades

A repartição da SAU por ocupação cultural mostra o quase total domínio das pastagens permanentes, com 95% da SAU da zona de intervenção, chegando mesmo a ser superior a 98% nas Flores e Corvo. Apenas nas ilhas de São Jorge, Faial e Pico ocorrem algumas áreas de culturas temporárias, nesta última também com alguma área de culturas permanentes (essencialmente vinhas). Apesar da RAA no seu conjunto revelar a mesma tendência, a proporção de cultura temporárias é bastante maior.

Tendo em conta a preponderância da actividade pecuária, nas terras aráveis predominam as culturas forrageiras, embora nas Flores e Corvo outras culturas (como os cereais para grão) assumam alguma relevância. Nas culturas permanentes destaca-se naturalmente a presença da vinha, particularmente na ilha do Pico, mas também, com menor expressão, em São Jorge e Faial, bem como os frutos frescos nas ilhas das Flores e Corvo.

Quadro 3.2 – Composição da SAU da zona de intervenção em 2009

Território	Composição da SAU (ha)				Composição da SAU (%)			
	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
São Jorge	461	75	124	13.251	3,3%	0,5%	0,9%	95,3%
Pico	661	111	614	16.727	3,6%	0,6%	3,4%	92,3%
Faial	406	41	40	8.608	4,5%	0,5%	0,4%	94,6%
Flores	61	12	18	8.372	0,7%	0,1%	0,2%	98,9%
Corvo	12	2	3	960	1,2%	0,2%	0,3%	98,3%
Território ADELIAÇOR	1.601	241	799	47.918	3,2%	0,5%	1,6%	94,8%
R.A. Açores	12.079	521	2.021	105.790	10,0%	0,4%	1,7%	87,9%
Portugal	1.173.127	19.695	690.725	1.784.598	32,0%	0,5%	18,8%	48,7%

Território	Composição das Terras Aráveis (ha)				Composição das Culturas Permanentes (ha)			
	Cereais para grão	Culturas forrageiras	Batata	Outras	Frutos frescos e citrinos	Frutos subtropicais	Vinha	Outras
São Jorge	9,5%	81,5%	5,4%	3,5%	38,7%	9,7%	50,0%	1,6%
Pico	6,5%	84,5%	3,2%	5,8%	16,1%	3,3%	80,0%	0,7%
Faial	2,9%	88,9%	0,8%	7,3%	40,0%	37,5%	20,0%	2,5%
Flores	22,5%	50,6%	14,6%	12,4%	77,8%	22,2%	0,0%	0,0%
Corvo	40,0%	26,7%	6,7%	26,7%	66,7%	0,0%	0,0%	33,3%
Território ADELIAÇOR	7,1%	83,2%	3,5%	6,1%	22,4%	6,4%	70,2%	1,0%
R.A. Açores	1,3%	91,9%	2,3%	4,5%	26,9%	21,5%	45,8%	5,7%
Portugal	36,5%	48,8%	2,0%	12,8%	8,3%	0,4%	25,7%	65,6%

Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

O efectivo animal da zona de intervenção é quase exclusivamente composto por bovinos, com uma proporção do encabeçamento de 90% a 95% em todas as ilhas, sendo em média superior à proporção regional e o dobro da proporção nacional.

Quadro 3.3 - Composição do efectivo pecuário da zona de intervenção em 2009

Território	Composição do Efectivo Animal (CN)				Composição do Efectivo Animal (%)			
	Bovinos	Suínos	Aves	Outros	Bovinos	Suínos	Aves	Outros
São Jorge	15.635	696	151	338	93,0%	4,1%	0,9%	2,0%
Pico	17.464	563	322	305	93,6%	3,0%	1,7%	1,6%
Faial	10.575	186	133	266	94,8%	1,7%	1,2%	2,4%
Flores	4.547	237	71	211	89,8%	4,7%	1,4%	4,2%
Corvo	726	50	8	21	90,2%	6,2%	1,0%	2,6%
Território ADELIAÇOR	48.947	1.732	685	1.141	93,2%	3,3%	1,3%	2,2%
R.A. Açores	186.185	10.721	5.311	3.467	90,5%	5,2%	2,6%	1,7%
Portugal	1.029.905	458.806	403.047	314.192	46,7%	20,8%	18,3%	14,2%

Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

Cerca de 80% do efectivo bovino, que na zona de intervenção da ADELIAÇOR é de cerca de 70.000 animais, está em explorações entre 20 e 200 animais, com pouca representatividade de explorações muito pequenas e muito grandes.

Neste efectivo assumem maior relevância os vitelos e as vacas de carne, sendo as vacas de leite mais significativas em São Jorge e no Faial. Apesar da importância do sector, esta zona tem uma vocação leiteira menos marcada que o conjunto do arquipélago dos Açores, destacando-se mais a vertente de produção de carne.

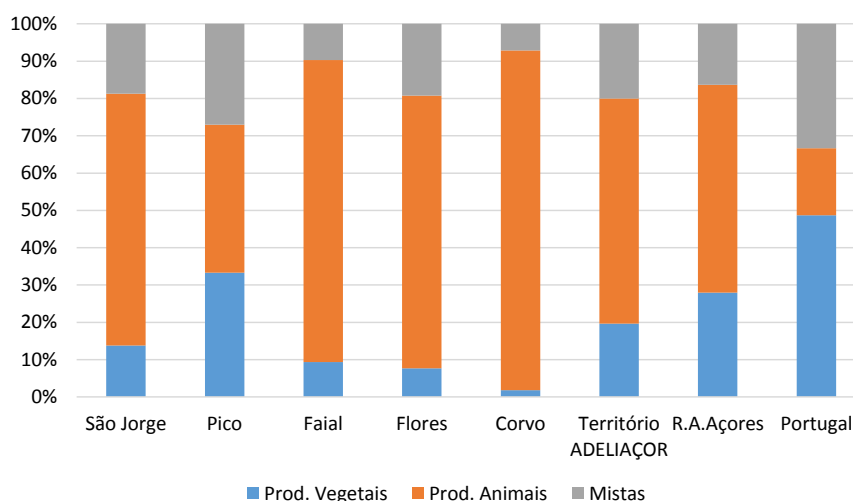
Quadro 3.4 – Categorias de bovinos na zona de intervenção em 2009

Território	Categorias de Bovinos (n.º)					Categorias de Bovinos (%)				
	Vitelos	Bovinos 1-2 anos	Vacas leiteiras	Outras vacas	Outros > 2 anos	Vitelos	Bovinos 1-2 anos	Vacas leiteiras	Outras vacas	Outros > 2 anos
São Jorge	5.809	3.122	6.716	3.864	1.553	27,6%	14,8%	31,9%	18,3%	7,4%
Pico	8.675	2.917	2.056	7.510	4.696	33,6%	11,3%	8,0%	29,0%	18,2%
Faial	5.171	2.980	2.869	3.929	479	33,5%	19,3%	18,6%	25,5%	3,1%
Flores	1.906	617	475	3.058	486	29,1%	9,4%	7,3%	46,7%	7,4%
Corvo	179	151	122	463	67	18,2%	15,4%	12,4%	47,1%	6,8%
Território ADELIAÇOR	21.740	9.787	12.238	18.824	7.281	31,1%	14,0%	17,5%	26,9%	10,4%
R.A.Açores	69.540	41.547	92.381	25.006	20.289	28,0%	16,7%	37,1%	10,1%	8,2%
Portugal	381.981	224.884	278.416	441.613	103.391	26,7%	15,7%	19,5%	30,9%	7,2%

Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

As produções pecuárias são assim as mais relevantes em termos de orientação técnico-económica (OTE) dominante das explorações agrícolas da zona de intervenção, com cerca de 60% das explorações. Apesar de uma grande variabilidade entre ilhas, este grupo de OTEs é o mais representativo em todas as ilhas. As produções vegetais assumem maior relevância na ilha do Pico, com um terço das explorações.

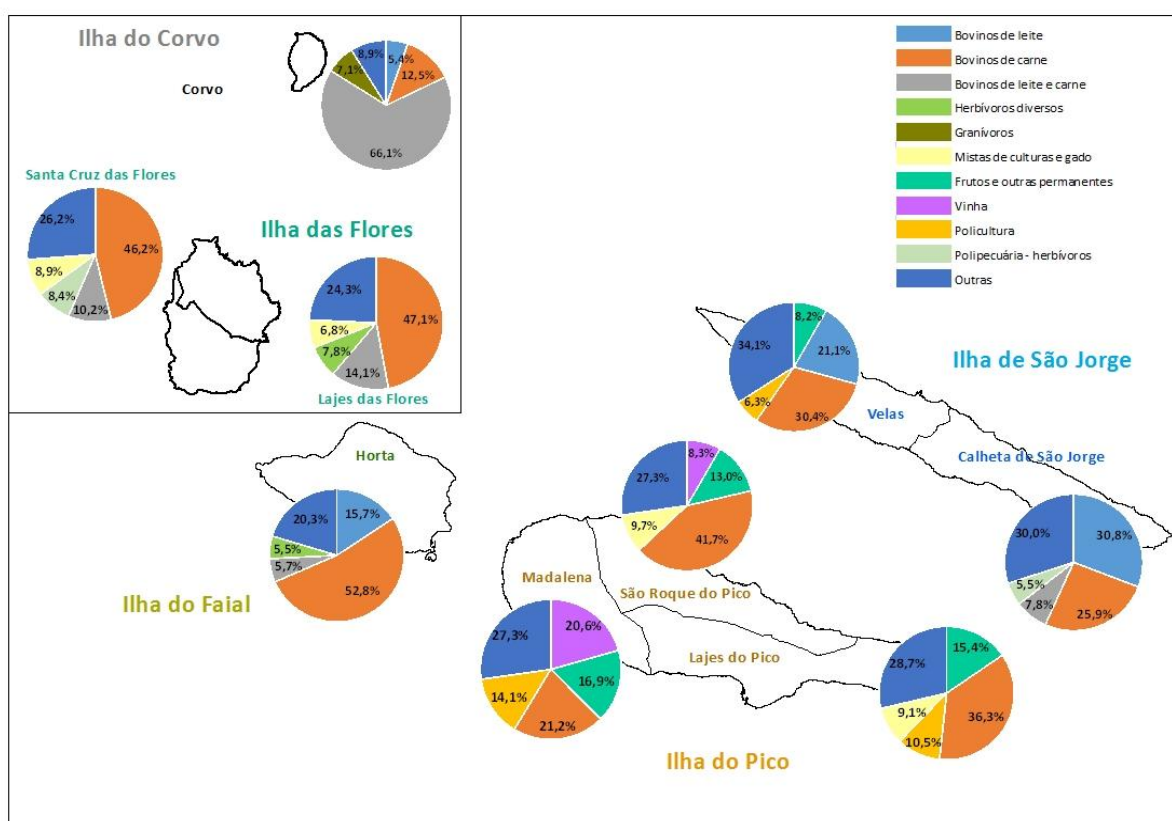
Gráfico 3.4 - Distribuição das explorações por Grupos de OTE em 2009



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

O mapa seguinte mostra as OTEs mais representativas em cada concelho da zona de intervenção:

Mapa 3.1 - OTE por concelho na zona de intervenção



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

Em 2012 as principais culturas agrícolas na zona de intervenção eram, como acima referido, o milho forrageiro (principalmente no Pico, São Jorge e Faial), a vinha (essencialmente Pico, mas também São Jorge), a batata e o milho grão. Refira-se que esta zona contabilizou neste ano 60% da área e 54% da produção de vinha regional e 44% da área e 33% da produção de milho grão dos Açores, o que indica, para estas culturas, produtividades inferiores à média regional.

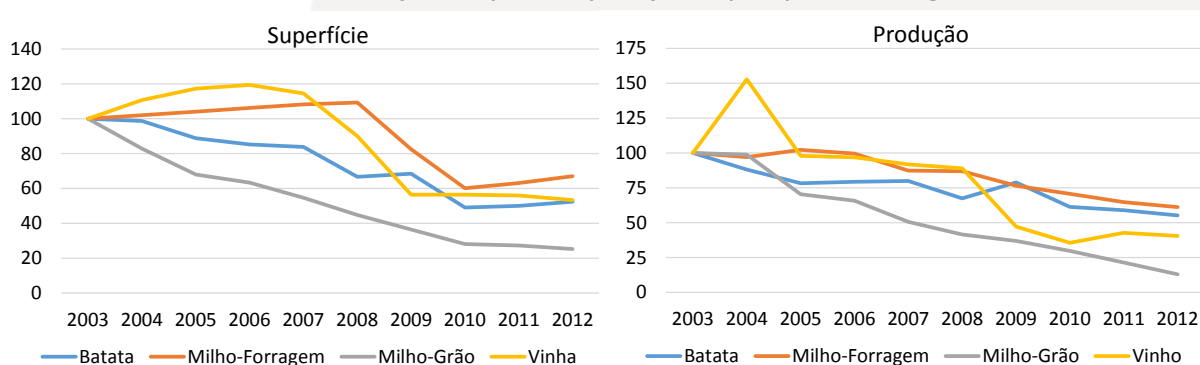
Quadro 3.5 – Superfície e produção das principais culturas agrícolas em 2012

Território	Superfície (ha)				Produções (ton, vinho em hl)			
	Batata	Milho-Forragem	Milho-Grão	Vinha	Batata	Milho-Forragem	Milho-Grão	Vinha
São Jorge	51,8	363,5	42,4	61,2	693,9	9.014,8	23,7	384,8
Pico	45,4	419,8	33,0	457,0	790,1	14.735,0	75,9	6.625,9
Faial	14,3	281,5	12,9	8,0	263,5	6.924,9	18,5	144,0
Flores	10,7	19,0	12,6	0,0	130,4	459,8	22,7	0,0
Corvo	2,4	3,2	3,3	0,0	24,4	71,0	6,0	0,0
Território ADELIAÇOR	124,6	1.087,0	104,2	526,2	1.902,3	31.205,5	146,8	7.154,7
R.A. Açores	584,2	7.823,9	238,6	882,4	8.685,0	267.373,0	451,0	13.200,8
% ADELIAÇOR	21,3%	13,9%	43,7%	59,6%	21,9%	11,7%	32,5%	54,2%

Fonte: SREA.

Na última década todas as culturas decaíram em área e produção, com especial ênfase para o milho grão cuja produção em 2012 foi apenas 13% da de 2003.

Gráfico 3.5 – Evolução da superfície e produção das principais culturas agrícolas



Fonte: SREA.

A produção global de vinho na zona de intervenção da ADELIAÇOR, exclusivamente localizada na ilha do Pico, tem oscilado muito nos últimos anos, o que aconteceu com todos os tipos de vinho. Em termos médios, cerca de 2/3 da produção não tem certificação, estando o vinho DOP repartido de forma relativamente uniforme entre licoroso e vinho de mesa, embora com maior preponderância do primeiro nos últimos dois anos.

Quadro 3.6 – Evolução da produção vinícola na zona de intervenção

Tipo de Vinho	Produção Vinícola em Mosto (hl)					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Vinho licoroso DOP	2.123	412	1.432	577	1.217	1.229
Vinho IGP	2.588	423	1.329	449	787	892
Vinho s/ certificação	7.103	1.488	5.320	2.299	3.222	7.002
Território ADELIAÇOR	11.814	2.323	8.081	3.325	5.226	9.123
R.A. Açores	13.469	4.733	11.194	4.989	6.593	12.913
% ADELIAÇOR	87,7%	49,1%	72,2%	66,6%	79,3%	70,6%

Fonte: INE.

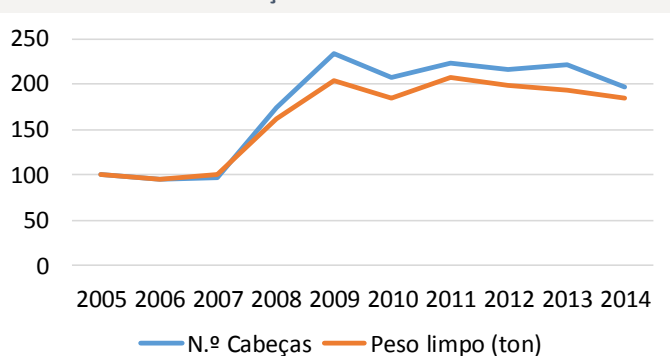
O abate de bovinos na zona de intervenção cresceu substancialmente entre 2005 e 2009, tendo-se mantido relativamente constante desde então. Em 2014 foram abatidas 11.600 cabeças correspondendo a 2.600 ton, das quais mais de metade provenientes da ilha do Pico. O Faial e São Jorge tiveram cerca de 25% e 20% respectivamente, tendo as ilhas das Flores e Corvo muito pequena representatividade. O conjunto das ilhas representou cerca de 21% da produção total de carne de bovino da RAA.

Quadro 3.7 – Abate de bovinos em 2014

Território	Abate de Bovinos	
	N.º de Cabeças	Peso limpo (ton)
São Jorge	2.341	506,7
Pico	6.201	1.322,3
Faial	2.398	643,8
Flores	615	120,6
Corvo	46	8,4
Território ADELIAÇOR	11.601	2.601,9
R.A.Açores	55.146	12.281,2
% ADELIAÇOR	21,0%	21,2%

Fonte: SREA.

Gráfico 3.6 – Evolução do abate de bovinos



Fonte: SREA.

Ainda no sector da carne, destaca-se a importância da zona de intervenção da ADELIAÇOR na raça Ramo Grande, originária da RAA. Esta raça, cujo efectivo atingia em 2014 1.315 animais, dos quais 1.255 fêmeas, e 244 criadores, está essencialmente concentrada neste território (73% dos criadores e 78% do efectivo), em particular na ilha de São Jorge (45% do efectivo).

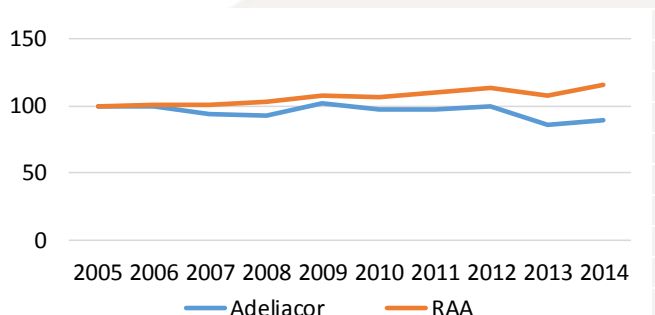
No que respeita à produção leiteira, em 2014 a zona de intervenção da ADELIAÇOR produziu perto de 47 milhões de litros, cerca de 8% da produção total do Arquipélago. Esta proporção tem-se vindo a reduzir, quer porque tem aumentado a produção nas ilhas de maior relevância - São Miguel, com cerca de dois terços, e Terceira, com um quarto, totalizam 90% da produção regional - mas também porque a produção própria se tem reduzido, embora ligeiramente, particularmente desde 2013.

Na produção da zona de intervenção destaca-se a ilha de São Jorge, com 58% da produção, Faial (26%) e Pico (14%).

Quadro 3.8 – Leite de vaca em 2014

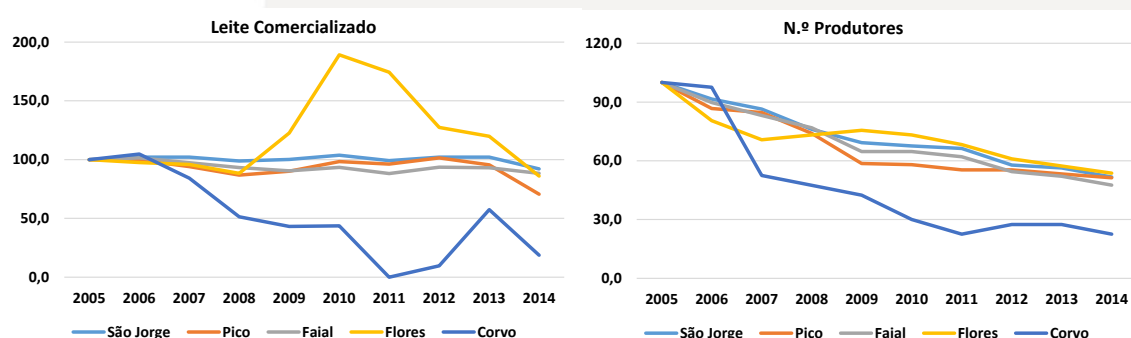
Território	Leite de Vaca Recolhido (litros)
São Jorge	27.459.556
Pico	6.544.407
Faial	12.356.050
Flores	612.225
Corvo	21.850
Território ADELIAÇOR	46.994.088
R.A. Açores	579.156.856
% ADELIAÇOR	8,1%

Fonte: SREA.

Gráfico 3.7 – Evolução do leite de vaca recolhido


Fonte: SREA.

Este ligeiro decréscimo de produção resulta essencialmente de uma evolução semelhante da produção nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, com maior irregularidade nas ilhas das Flores e Corvo. Já o número de produtores decaiu de forma semelhante em todas as ilhas, para perto de metade, com um decréscimo mais acentuado (para apenas 23% do valor de 2005) na ilha do Corvo.

Gráfico 3.8 – Evolução do leite comercializado e do número de produtores por ilha


Fonte: IAMA.

3.3. Agro-Indústrias e Produções de Qualidade

A produção de lacticínios na zona de intervenção centra-se primordialmente na produção de queijo que, em 2014, representava cerca de 15% da produção regional e se concentrava essencialmente nas ilhas de São Jorge e Pico, mas também no Faial. Este foi, aliás, o único lacticínio cuja produção se manteve aproximadamente constante ao longo da última década. A produção de manteiga, principalmente no Faial, e de iogurtes, centrada nas Flores, decresceu substancialmente e tem um peso quase residual na produção da RAA. O leite para consumo tem uma expressão quase nula nestas ilhas (apenas 0,013% da produção regional), particularmente

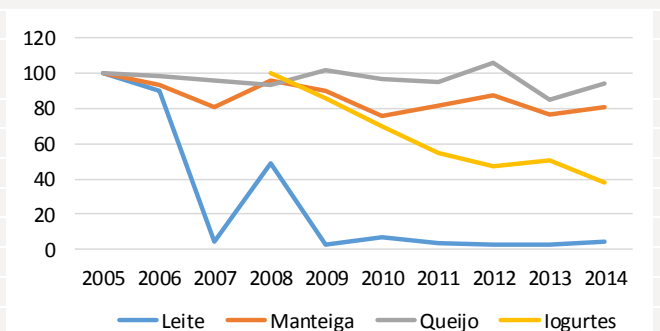
após o fim da produção na ilha do Faial em 2007, sendo mesmo inexistente em São Jorge, Pico e Corvo. Nenhuma das ilhas produz nata para consumo ou leite em pó, produtos com alguma relevância ao nível da RAA.

Quadro 3.9 – Produção de lacticínios em 2014

Território	Produção de Lacticínios			
	Leite de vaca (lts)	Manteiga (ton)	Queijo (ton)	logurtes (ton)
São Jorge			2.499,1	
Pico		25,2	594,7	
Faial	9.196	128,6	1.396,7	0,6
Flores	7.157	0,8	53,3	6,1
Corvo		1,6		
Território ADELIAÇOR	16.353	156,1	4.543,8	6,7
R.A. Açores	128.595.750	10.022,6	29.621,4	374,9
% ADELIAÇOR	0,0%	1,6%	15,3%	1,8%

Fonte: SREA.

Gráfico 3.9 – Evolução da produção de lacticínios



Fonte: SREA.

A qualidade dos produtos locais é certificada através do seu reconhecimento nacional e comunitário como DOP, IGP e ETG. Na zona de intervenção da ADELIAÇOR estão reconhecidos os seguintes produtos:

Tabela 3.1 – Produções de qualidade

Denominação	Reconhecimento	Abrangência Geográfica	Agrupamento Gestor	N.º Produtores (2012)	Quantidade Produzida (2012)	Valor de Produção (2012)
Queijo do Pico	DOP	Ilha do Pico	Associação de Produtores de Queijo do Pico	-	0	0
Queijo de São Jorge	DOP	Ilha de São Jorge	Uniqueijo	309 explorações e 3 queijarias	768.487 kg	4,5 M€
Mel dos Açores	DOP	Arquipélago dos Açores	FRUTER	15 apicultores e 812 colmeias	812 kg	4.000 €
Carne dos Açores	IGP	Arquipélago dos Açores	Federação Agrícola dos Açores	679 explorações e 3 matadouros	577.400 kg (carcaça)	1,9 M€
Açores – vinho de qualidade	IGP	Arquipélago dos Açores	CVR Açores		1.658,6 hl	
Pico – vinhos licorosos	DOP	Algumas freguesias da ilha do Pico	CVR Açores	102 ha	1.483,5 hl	

Fonte: DGADR, www.azores.gov.pt, FAA, FRUTER, CVR Açores, IAMA.

Deste conjunto de produtos, apenas os queijos de São Jorge e do Pico são exclusivos da zona de intervenção, sendo que os restantes abrangem a totalidade do Arquipélago. O queijo do Pico DOP não tem produção certificada há mais de uma década, enquanto que o queijo de São Jorge DOP tem uma grande relevância, abrangendo cerca de 30% da produção de queijo desta ilha. No que respeita à carne dos Açores IGP, a zona de intervenção da ADELIAÇOR é preponderante, com mais de 300 explorações aderentes; em 2013 as ilhas do Pico e Faial foram responsáveis

por 82% da produção com certificação, com particular destaque para o Pico que, por si só, totalizou cerca de 75% desta produção. Também no Mel dos Açores DOP, em que 11 dos 17 produtores que actualmente utilizam a denominação se localizam nesta zona, nomeadamente na ilha do Pico, a zona da ADELIAÇOR é preponderante.

No sector da transformação e comercialização de produtos agrícolas na área abrangida pela ADELIAÇOR destacam-se naturalmente três sectores – as carnes, os lacticínios e o vinho.

No sector do leite existe um grande número de entidades, algumas das quais agrupadas. Assim, na ilha de São Jorge a UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, agrupa actualmente 4 entidades locais (3 cooperativas e um posto de recolha), laborando assim todo o leite produzido nesta ilha. Esta cooperativa faz parte da Lactaçoeres, entidade que agrega quatro grandes cooperativas em todo o Arquipélago. As entidades pertencentes à UNIQUEIJO são as seguintes:

- Cooperativa de Leitaria da Beira;
- Finisterra - Cooperativa de Lacticínios do Topo;
- Cooperativa dos Lourais;
- Cooperativa Agrícola de Lacticínios de Norte Pequeno (actualmente posto leite).

Na ilha do Pico existe a Lactopico e no Faial a CALF (Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial), ambas também pertencentes à Lactaçoeres. Nas ilhas das Flores e Corvo existe uma única cooperativa em cada – a Cooperativa Ocidental e a LACTICORVO, respectivamente.

No sector da carne, todas as ilhas dispõem de um matadouro público, gerido pelo IAMA.

No sector do vinho, existem na ilha do Pico cinco empresas – a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, a Azores Wine Company, a Curral de Atlantis – Sociedade Vitivinícola, Fortunato Garcia e Adega “A Buraca”.

A Ilha do Pico caracteriza-se também pela produção de aguardentes (de figo, bagaço, mel, caroço de nêspira) e pelos licores (amora, anís).

3.4. Caracterização dos Produtores e da Mão-de-Obra

As explorações agrícolas da zona de intervenção da ADELIAÇOR são, quase exclusivamente (99,4%), detidas por produtores singulares, sendo as sociedades e outras formas de exploração praticamente inexistentes (apenas 25 em 2009).

Quadro 3.10 – Natureza jurídica das explorações agrícolas em 2009 (n.º)

Território	Natureza Jurídica		
	Produtor singular	Sociedades	Outros
São Jorge	1.138	8	1
Pico	1.589	3	4
Faial	852	2	2
Flores	428	0	3
Corvo	54	0	2
Território ADELIAÇOR	4.061	13	12
R.A. Açores	13.360	133	48
% ADELIAÇOR	30,4%	9,8%	25,0%

Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

Estes produtores singulares são maioritariamente homens, embora em menor proporção que no conjunto do Arquipélago, sendo a ilha das Flores aquela com maior presença feminina. Estão distribuídos de forma relativamente uniforme por todos os escalões etários acima de 35, sendo em média mais jovens que o conjunto do Arquipélago e, de forma muito significativa, que o conjunto do País.

Quadro 3.11 – Distribuição dos produtores singulares por género e classe etária em 2009 (n.º)

Território	Género				Distribuição Etária					
	Total	H	M	%H	15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 64	65 e mais
São Jorge	1.138	883	255	77,6%	3,3%	10,9%	17,7%	24,2%	19,9%	24,1%
Pico	1.589	1.281	308	80,6%	0,6%	5,7%	15,9%	26,4%	28,5%	22,9%
Faial	852	623	229	73,1%	0,6%	9,0%	18,4%	26,8%	27,5%	17,7%
Flores	428	283	145	66,1%	2,3%	10,3%	18,9%	29,0%	19,6%	19,9%
Corvo	54	38	16	70,4%	0,0%	5,6%	27,8%	24,1%	24,1%	18,5%
Território ADELIAÇOR	4.061	3.108	953	76,5%	1,5%	8,3%	17,4%	26,1%	24,9%	21,8%
R.A. Açores	13.360	11.199	2.161	83,8%	0,8%	7,3%	17,0%	26,4%	24,5%	24,0%
Portugal	297.381	204.511	92.870	68,8%	0,2%	2,1%	7,7%	17,4%	24,9%	47,7%

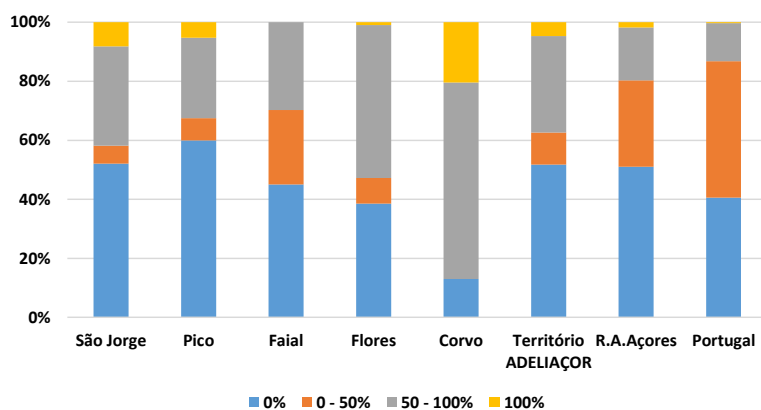
Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

A distribuição por classes etárias é relativamente semelhante para todas as ilhas, destacando-se a quase ausência de produtores com menos de 25 anos no Pico, Faial e Corvo, a maior proporção de produtores com menos de 35 anos em São Jorge e Flores e a maior proporção de idosos em São Jorge e Pico.

Na sua maioria (87%) tem apenas o ensino básico, com apenas 4% com ensino secundário e 1,4% superior. O Corvo é a ilha na qual a escolaridade é menor (11% sem qualquer escolaridade), sendo as Flores aquela onde há maior proporção de licenciados (2,6%). Quanto à formação agrícola, em 89% dos casos é exclusivamente prática e 11% resultante de cursos de formação profissional. Apenas 0,4% tem formação secundária ou superior agrícola. A ilha das Flores é, mais uma vez, aquela onde a formação agrícola é mais avançada, com 23% com formação profissional.

A dependência destes produtores, que representam a quase totalidade das explorações agrícolas regionais, de subsídios e apoios à actividade é muito variável de ilha para ilha. Em termos globais para a zona de intervenção 52% das explorações não depende destes apoios, mas 37% depende em mais de 50% do seu rendimento. As Flores e, principalmente, o Corvo são as ilhas com maior grau de dependência, enquanto que o Pico e São Jorge são aquelas com maior proporção de explorações sem qualquer apoio.

Gráfico 3.10 – Importância dos subsídios e ajudas no rendimento dos produtores singulares em 2009



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

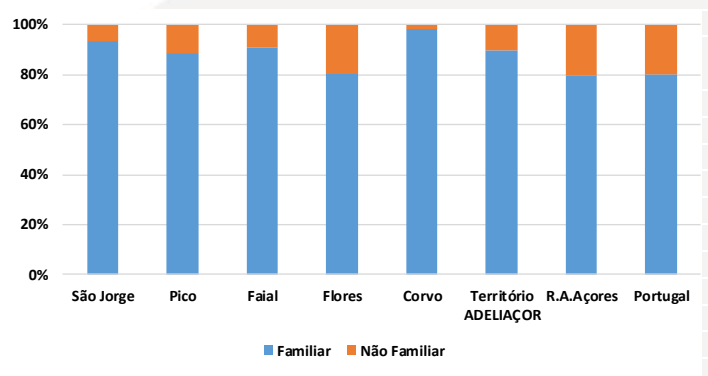
A utilização de mão-de-obra agrícola na zona de intervenção decresceu 45% nos últimos 20 anos, em linha com a evolução regional, mas em menor grau que o decréscimo a nível nacional.

Esta mão-de-obra é essencialmente de carácter familiar (89%), proporção bastante maior que o Arquipélago e que o País (cerca de 80% em ambos os casos). A ilha do Corvo é a que mais se destaca, com 98% de trabalho agrícola familiar, enquanto que a ilha das Flores é a que mais se aproxima do padrão da RAA.

Quadro 3.12 – Evolução da mão-de-obra-agrícola

Território	Mão-de-Obra (UTA)			
	1989	1999	2009	1989/2009
Território ADELIAÇOR	5.836	3.950	3.208	-45,0%
R.A.Açores	20.344	15.452	11.532	-43,3%
Portugal	850.031	526.145	367.393	-56,8%

Gráfico 3.11 – Proporção de mão-de-obra agrícola familiar e não familiar em 2009



Fonte: INE, Recenseamentos da Agricultura de 1989, 1999 e 2009.

Nestas 3.208 UTAs utilizadas em 2009 apenas se encontravam 218 trabalhadores agrícolas não-familiares permanentes, 86% dos quais homens e 60% a tempo completo. Refira-se que na ilha da Flores 85% destes trabalhadores o são a tempo completo, enquanto que no Corvo são totalmente a tempo parcial.

A mão-de-obra familiar era, em 2009 e para a zona de intervenção, constituída por cerca de 11.500 membros do agregado familiar, incluindo os 4.061 produtores singulares anteriormente analisados. Os restantes são cônjuges (3.165) ou outros membros do agregado do produtor (4.276).

Os cônjuges são essencialmente do sexo feminino (77%), entre os 45 e os 65 anos (54%), com ensino básico (84%) e com formação agrícola exclusivamente prática (68%).

Os restantes membros dos agregados familiares são de ambos os sexos (54% homens), com menos de 25 anos (59%), sem escolaridade (26%) ou com o ensino básico (59%) e com formação agrícola exclusivamente prática (39%).

3.5. Mecanização Agrícola

O nível de mecanização das explorações agrícolas da zona de intervenção da ADELIAÇOR aumentou na última década, como se pode verificar pelo aumento do número de máquinas e do índice de mecanização. No período 1999-2009 o número de tractores cresceu acima das médias regional e nacional, tendo-se mantido o número de outras máquinas. Ainda assim, o índice de

mecanização, apesar de um crescimento assinalável, mantém-se muito inferior ao do Arquipélago e ao de Portugal.

Quadro 3.13 – Evolução da mecanização agrícola da zona de intervenção (n.º)

Território	Tractores			Outras Máquinas (excepto ceifeiras)			Índice de Mecanização		
	1999	2009	1999/2009	1999	2009	1999/2009	1999	2009	1999/2009
Território ADELIACOR	627	955	52,3%	815	815	0,0%	1,3	1,9	45,6%
R.A.Açores	2.630	3.750	42,6%	2.997	2.967	-1,0%	2,2	3,1	40,9%
Portugal	168.495	184.471	9,5%	103.309	66.144	-36,0%	4,2	5,0	19,6%

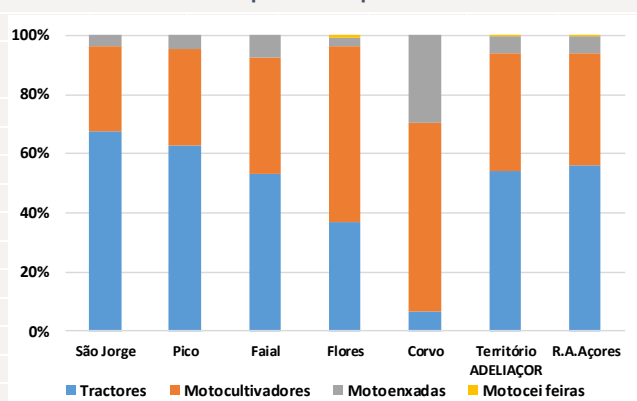
Fonte: INE, Recenseamentos da Agricultura de 1999 e 2009.

Em 2009 existiam na zona de intervenção 1.770 máquinas agrícolas, distribuídas de forma relativamente uniforme pelas ilhas do Grupo Central (cerca de 25% cada), com 19% nas Flores e apenas 4% no Corvo. Nas ilhas do Grupo Central predominam os tractores, enquanto nas Flores a tipologia mais utilizada é a dos motocultivadores. No Corvo há muito poucos tractores, predominando os motocultivadores e motoenxadas.

Quadro 3.14 – Evolução da mecanização-agrícola

Território	Tipo de Máquinas Agrícolas (n.º)			
	Tractores	Motocultivadores	Motoenxadas	Motoceifeiras
São Jorge	304	129	17	0
Pico	269	139	21	0
Faial	252	189	35	0
Flores	125	204	9	3
Corvo	5	47	22	0
Território ADELIACOR	955	708	104	3
R.A.Açores	3.750	2.571	368	28
% ADELIACOR	25,5%	27,5%	28,3%	10,7%

Gráfico 3.12 – Tipos de máquinas em 2009



Fonte: INE, Recenseamento da Agricultura de 2009.

3.6. Apoios à Agricultura

O sector agrícola nos Açores é beneficiário de um conjunto de apoios, essencialmente através de fundos comunitários, que se materializa em dois principais programas de apoio – o POSEI e o PRORURAL.

O POSEI é o programa financiado pelo FEAGA (1º Pilar da PAC) que, desde 1992, permite a adaptação da política agrícola comum à realidade açoriana. A sua componente de apoio às produções locais tem, actualmente, uma dotação anual de cerca de 70 M€ repartida por 4

medidas - 1. Prémios às produções animais, 2. Ajudas às produções vegetais, 3. Ajudas à transformação e 4. Ajudas à comercialização.

No ano de 2013, o POSEI teve um custo global na Região de 69,5 M€, dos quais 16,3 M€ (24%) na zona de intervenção da ADELIAÇOR. A repartição por Medida na Região e na zona de intervenção foi a seguinte:

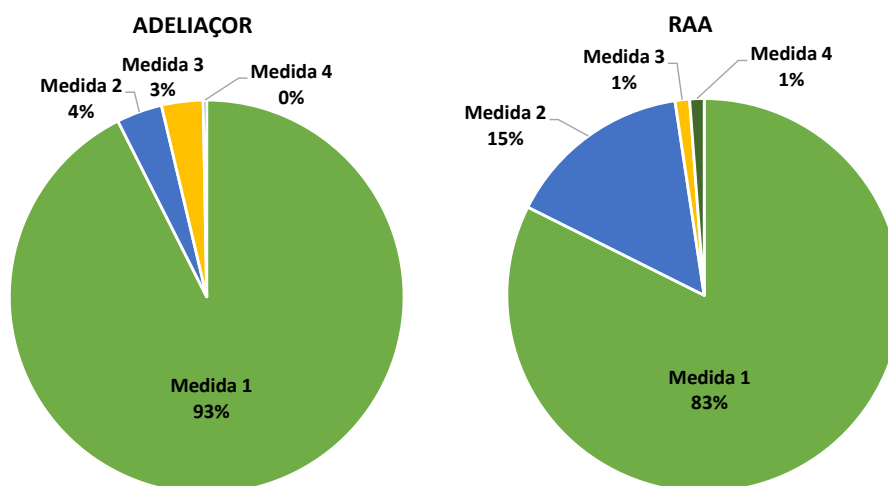
Quadro 3.15 – Ajudas do POSEI por Ilha e Medida em 2013 (€)

Território	POSEI Açores - 2013					
	Medida 1	Medida 2	Medida 3	Medida 4	TOTAL	% TOTAL
São Jorge	4.630.033	100.638	552.854	8.577	5.292.102	32,5%
Pico	5.953.040	363.408	803	20.436	6.337.687	39,0%
Faial	2.995.139	137.245	0	16.809	3.149.193	19,4%
Flores	1.200.345	7.471	0	0	1.207.816	7,4%
Corvo	273.858	151	0	0	274.009	1,7%
TOTAL ADELIAÇOR	15.052.415	608.913	553.657	45.822	16.260.807	23,4%
TOTAL RAA	57.262.547	10.587.829	826.493	821.989	69.498.858	-

Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

Como se pode verificar, na zona de intervenção os apoios concentraram-se nas ilhas do Pico e São Jorge, tendo o Faial igualmente alguma relevância. Quanto à repartição por medidas, a Medida 1, relativa às produções animais, é de longe a mais relevante, com cerca de 83% do montante global de apoios na RAA e 93% na zona de intervenção.

Gráfico 3.13 – Repartição das ajudas do POSEI por Medida na zona de intervenção em 2013



Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

De facto, os prémios às produções animais são, tendo em conta as características produtivas desta zona, aqueles com maior aplicação nas ilhas abrangidas pela ADELIAÇOR. Destes, e ao contrário da média regional, destacam-se largamente os prémios à produção de carne (prémio

aos bovinos machos, prémio à vaca aleitante, suplemento de extensificação , prémio ao abate de bovinos, e ajuda à importação de animais reprodutores), que representam 73% dos prémios animais e 68% do total do POSEI nesta zona. Representam ainda 45% do total dos prémios POSEI à produção de carne. Nos ovinos e caprinos esta zona representa 32% do total da Região, enquanto que no leite tem um peso de apenas 12%.

Quadro 3.16 – Prémios às produções animais do POSEI por Ilha em 2013 (€)

Território	POSEI Açores - 2013 - Prémios às Produções Animais				
	Prémios à Produção de Carne	Prémios à Produção de Leite	Prémios aos Ovinos e Caprinos	TOTAL	% TOTAL
São Jorge	2.377.411	2.242.690	9.932	4.630.033	30,8%
Pico	5.260.186	685.970	6.884	5.953.040	39,5%
Faial	2.040.132	949.215	5.792	2.995.139	19,9%
Flores	1.116.520	75.821	8.004	1.200.345	8,0%
Corvo	264.817	9.041	0	273.858	1,8%
TOTAL ADELIAÇOR	11.059.066	3.962.737	30.612	15.052.415	26,3%
TOTAL RAA	24.385.077	32.781.225	96.245	57.262.547	-

Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

No que respeita às ajudas às produções vegetais, em que a zona da ADELIAÇOR representa apenas 6% dos apoios concedidos em 2013, destacam-se as culturas arvenses, apoiadas em todas as ilhas. O apoio à vinha para vinho de qualidade centra-se na ilha do Pico, mas está também presente no Faial, totalizando 81% do total da Região. O apoio à banana, localizado também no Pico e Faial, apesar de não ser significativo, pesa cerca de 10% do total da RAA. Nos outros sectores vegetais apoiados pelo POSEI (tabaco, culturas tradicionais e ananás) estas ilhas não beneficiaram de qualquer apoio, com excepção de um valor residual no ananás.

Quadro 3.17 – Ajudas às produções vegetais do POSEI por Ilha em 2013 (€)

Território	POSEI Açores - 2013 - Ajudas às Produções Vegetais					
	Produtores de Culturas Arvenses	Manutenção da vinha (DOP e IGP)	Ajuda à Produção de ananás	Ajuda à Banana	Outras	TOTAL
São Jorge	100.567	0	71	0	0	100.638
Pico	164.373	156.953	0	42.082	0	363.408
Faial	94.776	2.300	0	40.169	0	137.245
Flores	7.471	0	0	0	0	7.471
Corvo	151	0	0	0	0	151
TOTAL ADELIAÇOR	367.338	159.253	71	82.251	0	608.913
TOTAL RAA	4.220.764	197.264	3.396.014	860.644	1.913.143	10.587.829

Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

Nos apoios à transformação, a zona de intervenção da ADELIAÇOR é a principal beneficiária, com 67% dos apoios totais, essencialmente centrados no armazenamento privado de queijos da

Ilha e de São Jorge, na ilha de São Jorge. A ilha do Pico é ainda a única beneficiária, embora num montante reduzido, do apoio ao envelhecimento de vinho licoroso.

Quadro 3.18 – Ajudas à transformação do POSEI por Ilha em 2013 (€)

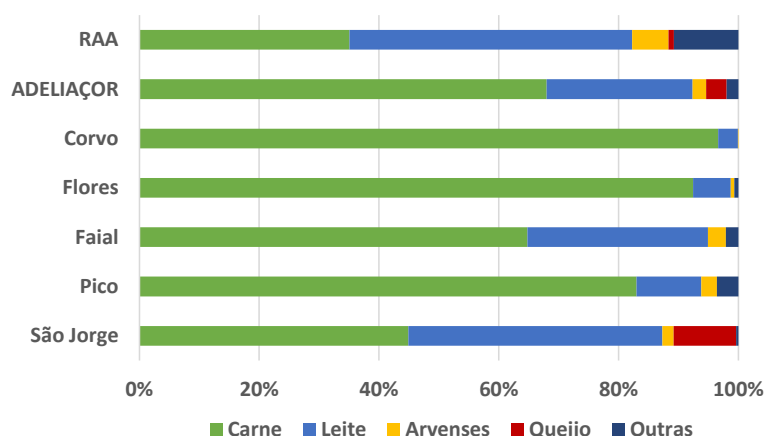
Território	POSEI Açores - 2013 - Ajudas à Transformação				
	Armazenagem privada de queijos "ilha" e "S.Jorge"	Transformação da beterraba em açúcar branco	Envelhecimento de vinhos licorosos dos Açores	TOTAL	% TOTAL
São Jorge	552.854	0	0	552.854	99,9%
Pico	0	0	803	803	0,1%
Faial	0	0	0	0	0,0%
Flores	0	0	0	0	0,0%
Corvo	0	0	0	0	0,0%
TOTAL ADELIAÇOR	552.854	0	803	553.657	67,0%
TOTAL RAA	650.068	175.622	803	826.493	-

Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

As ajudas à comercialização têm um peso residual (apenas 45.000 € em 2013), centrando-se na melhoria do acesso aos mercados, principalmente para produtos que não o leite e a carne. Este apoio representa apenas 6% do total da Região.

Em termos globais, destaca-se mais uma vez a concentração dos apoios nos sectores da carne e do leite, que representam 92% dos apoios concedidos na zona de intervenção. Este valor é superior aos 82% do total da Região, mas diferencia-se pelo maior peso do sector da carne (68% vs 35%). O sector da carne é particularmente relevante, em termos de apoios POSEI, nas ilhas do Corvo (97%), Flores (92%) e Pico (83%). A ilha de São Jorge é aquela em que os apoios à produção de leite têm maior importância (42%), associados a um peso também relevante do apoio à armazenagem de queijo (10%).

Gráfico 3.14 – Repartição global das ajudas POSEI por ilha e por sector em 2013



Fonte: Relatório de Execução do POSEI Açores de 2013.

O PRORURAL foi o Programa de Desenvolvimento Rural implementado na RAA para o período 2007-2013, financiado pelo FEADER. Desenvolve-se em torno de quatro Eixos de medidas (a que acresce a medida de Assistência Técnica):

- Eixo 1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Eixo 2. Melhoria do ambiente e da paisagem rural;
- Eixo 3. Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural;
- Eixo 4. Abordagem LEADER.

A análise seguinte terá em conta apenas as medidas dos Eixo 1 e 2, bem como uma parte da medida 3.2, gerida directamente pela SRAA. As restantes medidas são relativas à abordagem LEADER e à actividade dos GAL, sendo por isso analisadas no capítulo 4.2 deste documento.

As medidas do PRORURAL são essencialmente de dois tipos, exigindo análises distintas:

- As medidas de apoio ao investimento – todas as dos Eixos 1 e 3 e parte da medida 2.4 (Gestão do espaço florestal);
- As medidas de apoio anual, com candidatura através do Pedido Único (PU) – todas as acções das medidas 2.1 (Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas) e 2.2 (Pagamentos agro-ambientais e Natura 2000), bem como os prémios e ajudas anuais da medida 2.4.

No que respeita às medidas de apoio ao investimento acima referenciadas, o PRORURAL aprovou, entre 2007 e 2014, projectos num valor global de 172 M€, dos quais cerca de 24% no território abrangido pela ADELIAÇOR.

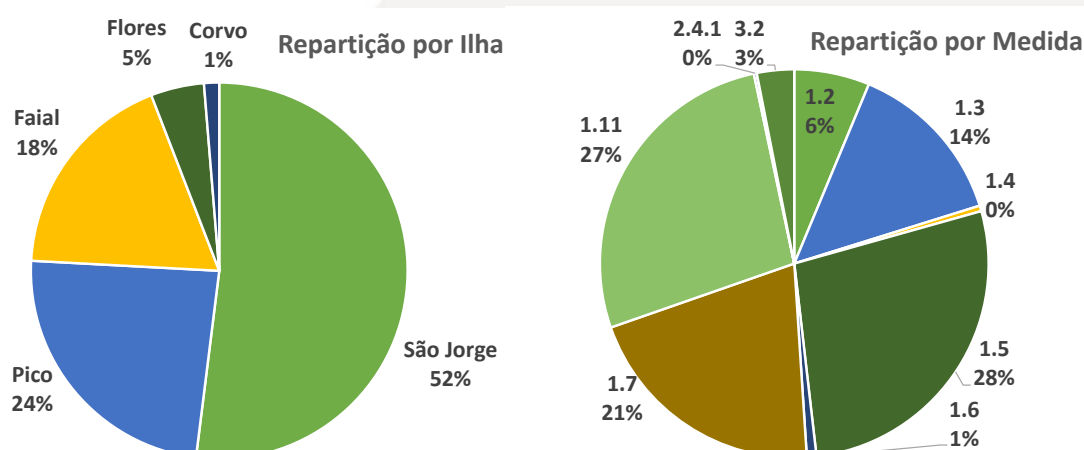
Quadro 3.19 – Despesa pública aprovada em 2007-2014 nas medidas de apoio ao investimento do PRORURAL (€)

Território	PRORURAL - Medidas de apoio ao investimento - Despesa Pública Aprovada 2007-2014										TOTAL
	1.2. Jovens Agricultores	1.3. Reforma Antecipada	1.4. Serviços de gestão e acompanhamento	1.5. Modernização das Explorações Agrícolas	1.6. Melhoria do Valor Económico das Florestas	1.7. Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1.11. Melhoria e Desenvolvimento de Infraestruturas	2.4.1. Investimentos para Utilização Sustentável das Terras Florestais	2.4.2. Apoio a Investimentos Não Produtivos na Floresta	3.2. Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais - Projetos SRAA	
São Jorge	870.000	2.818.900	0	4.364.658	0	5.753.306	7.199.105	0	0	172.511	21.178.480
Pico	940.000	1.734.107	187.951	4.365.943	311.877	1.032.157	619.531	99.653	0	437.628	9.728.846
Faial	537.500	343.970	0	2.063.968	13.422	1.487.427	2.947.452	0	0	51.176	7.444.915
Flores	210.000	713.763	0	106.202	0	0	234.181	0	0	600.402	1.864.549
Corvo	0	56.112	0	313.808	0	159.722	0	0	0	0	529.643
TOTAL ADELIAÇOR	2.557.500	5.666.853	187.951	11.214.579	325.299	8.432.613	11.000.269	99.653	0	1.261.717	40.746.432
TOTAL RAA	7.385.000	13.599.750	824.516	56.035.165	5.457.002	57.241.693	28.546.317	339.429	713.695	2.162.424	172.304.991

Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014; nota – não se inclui prémios anuais nem montantes transitados.

Em termos globais para este território, o apoio concentrou-se na ilha de São Jorge, com valores também significativos no Pico e Faial. As medidas mais utilizadas foram as relativas ao apoio às explorações agrícolas (1.5), infraestruturas (1.11) e transformação e comercialização de produtos agrícolas (1.7), que no seu conjunto totalizaram 75% dos apoios a este território.

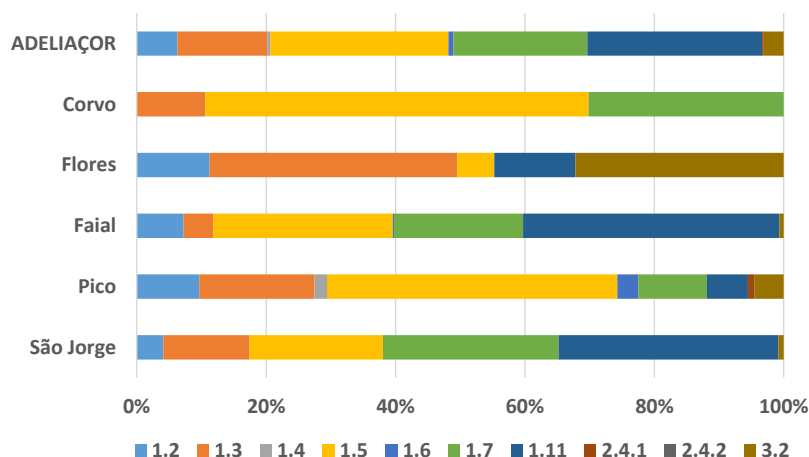
Gráfico 3.15 – Repartição da despesa pública aprovada em medidas de investimento 2007-2014 por Ilha e Medida



Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014.

O padrão de relevância de cada medida varia consideravelmente conforme as ilhas. Em São Jorge e no Faial os apoios distribuíram-se por várias medidas (1.5, 1.7 e 1.11), enquanto que no Pico e no Corvo houve um maior enfoque apenas em duas medidas (1.5 e 1.3 no Pico e 1.5 e 1.7 no Corvo). A ilha das Flores teve uma distribuição das medidas diferente das restantes ilhas, com um grande peso das medidas 1.3 e 3.2. Refira-se que para o conjunto da RAA foram as medidas 1.5 e 1.7 as mais relevantes (33% cada), seguidas pela medida 1.11 (17%).

Gráfico 3.16 – Importância da despesa pública aprovada em medidas de investimento em 2007-2014 por Ilha



Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014.

No caso das medidas de apoio anual, a análise recairá apenas no ano de 2014. Estas medidas significaram, em 2014, um apoio global de 10,2 M€, 36% dos quais na zona de intervenção da ADELIAÇOR.

Quadro 3.20 – Despesa pública aprovada em 2014 nas medidas de apoio anuais do PRORURAL (€)

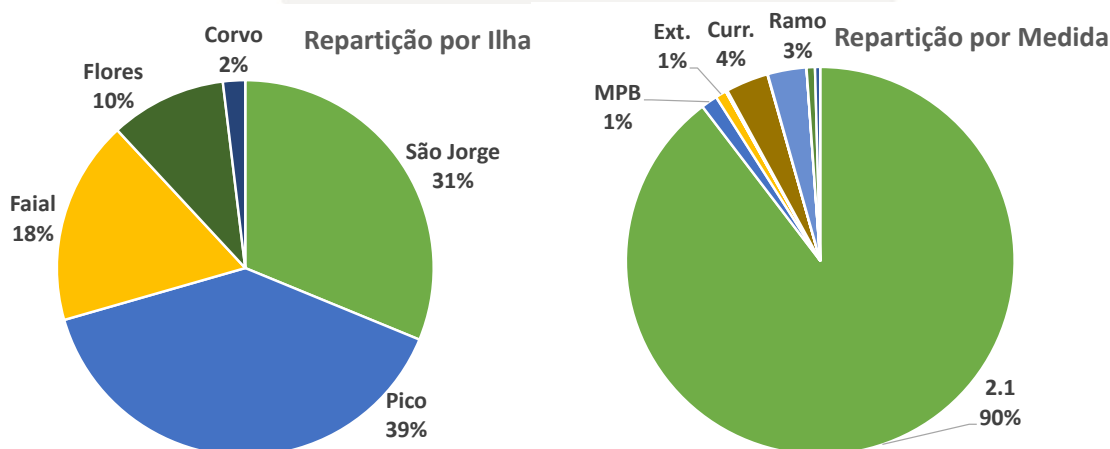
Território	PRORURAL - Medidas de apoio anual - Despesa Pública Aprovada 2014											
	2.1. Manutenção da Actividade agrícola em Zonas Desfavorecidas	2.2.1. Promoção de modos de produção sustentáveis			2.2.2. Proteção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos				2.4.1 - Prémios	2.4.2 - Prémios		TOTAL
	Agricultura Biológica	Manutenção ou Extensificação	Proteção de Lagoas	Conservação o de Sebes Vivas	Conservação o de Curraletas e Lagidos	Conservação o de Pomares Tradicionais	Proteção da Raça Autóctone Ramo Grande	Pagamentos Natura 2000 em terras florestais		Pagamentos silvoambientais		
São Jorge	1.010.314	44.611	11.344	0	1.148	5.070	0	62.022	0	0	0	1.134.507
Pico	1.247.353	0	15.143	0	1.031	119.631	606	24.843	0	20.514	0	1.429.121
Faial	592.487	4.946	2.941	0	3.177	3.978	648	30.297	0	0	0	638.474
Flores	338.711	0	3.342	0	0	0	0	0	0	4.819	15.709	362.581
Corvo	68.520	0	741	0	0	0	0	0	0	0	0	69.261
TOTAL ADELAÇOR	3.257.386	49.556	33.510	0	5.355	128.679	1.254	117.162	0	25.333	15.709	3.633.944
TOTAL RAA	7.086.487	56.832	895.697	74	57.602	1.530.801	121.749	141.374	22.117	124.183	194.113	10.231.028

Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014; nota: alguns dados estimados por AGRO.GES.

No âmbito destas medidas destaca-se claramente a medida 2.1 (apoio à actividade agrícola em zonas desfavorecidas) que contabiliza 90% dos apoios deste tipo na zona de intervenção e 69% em toda a RAA, com um total de 3,3 M€ e abrangendo um total de 1.481 explorações e de 36.075 ha, o que significa uma abrangência de 35% das explorações e de 71% da SAU, face aos dados totais da zona de intervenção em 2011.

Por ilha, verifica-se mais uma vez um maior peso do Pico e São Jorge, seguidos pelo Faial, enquanto que as Flores e Corvo representam pouco mais de 10% do valor destas ajudas anuais.

Gráfico 3.17 – Repartição da despesa pública aprovada em medidas anuais em 2014 por Ilha e Medida

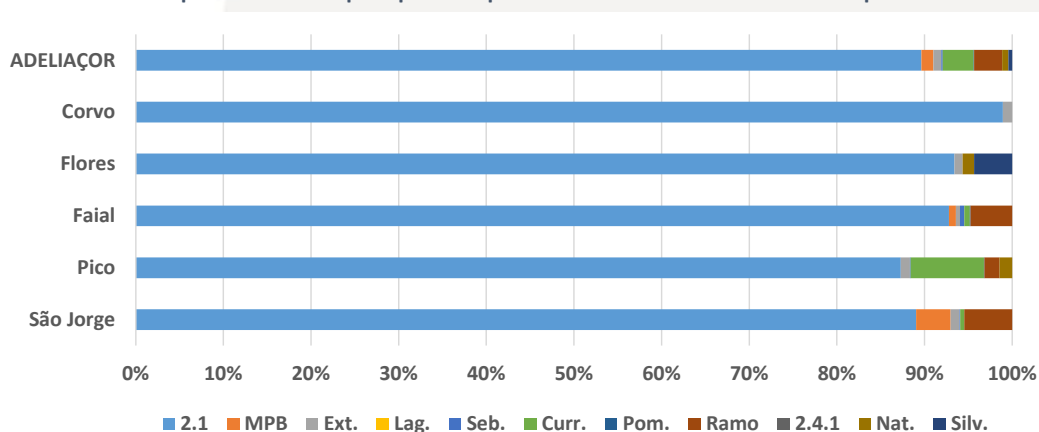


Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014; nota: alguns dados estimados por AGRO.GES.

Para além da medida 2.1, merecem ainda destaque algumas outras medidas:

- Na ilha do Pico, o apoio à conservação de curraletas e lagidos da vinha é muito importante, representando 93% desta medida em toda a zona de intervenção. São Jorge e Faial beneficiam também desta medida agro-ambiental;
- O apoio à protecção da raça autóctone Ramo Grande é igualmente significativo, representando a zona de intervenção 83% de todos os apoios a nível regional, destacando-se a ilha de São Jorge, mas também Faial e Pico;
- Todas as outras medidas tiveram em 2014 um peso mais residual (sempre inferior a 50.000 € em todo o território da ADELIAÇOR), merecendo referência o apoio à agricultura biológica em que este território contabilizou 87% dos apoios a nível regional, quase exclusivamente centrados na ilha de São Jorge (90% deste território e 78% de toda a RAA).

Gráfico 3.18 – Importância da despesa pública aprovada em medidas anuais em 2014 por Ilha e Medida



Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL de 2014; nota: alguns dados estimados por AGRO.GES.

4. A ADELIAÇOR

4.1. Caracterização da Parceria

A ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, é um Grupo de Acção Local (GAL) constituído em 1994 que foi responsável pela implementação da iniciativa LEADER ao longo de muitos anos, abrangendo os períodos 1994-1999 (LEADER II), 2000-2006 (LEADER+) e 2007-2013 (abordagem LEADER no PRORURAL).

O seu território compreende as ilhas de São Jorge, Pico e Faial, no Grupo Central do Arquipélago dos Açores, e as ilhas das Flores e Corvo, no Grupo Ocidental.

Para além dos órgãos formais – Direcção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal, a ADELIAÇOR dispõe de uma Equipa Técnica Local (ETL) composta por uma Coordenadora, 3 Técnicos e 2 Técnicos Administrativos.

A sua parceria é muito abrangente, totalizando 127 entidades, entre membros individuais, empresariais, colectivos e públicos, distribuídos por todas as ilhas do seu território de intervenção, com especial incidência no Pico e Faial, bem como duas entidades sedeadas noutras ilhas da RAA.

Quadro 4.1 – N.º e tipo de membros da parceria ADELIAÇOR

Território	N.º de Entidades				
	Individuais	Colectivos	Públicos	Empresas	TOTAL
São Jorge	3	6	7	0	16
Pico	8	14	16	14	52
Faial	12	9	14	10	45
Flores	2	2	6	0	10
Corvo	0	1	1	0	2
Outros	0	2	0	0	2
TOTAL ADELIAÇOR	25	34	44	24	127

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

As entidades de carácter colectivo são essencialmente Associações e Cooperativas, cuja abrangência indirecta é muito elevada, bem como Casas do Povo, Santas Casas da Misericórdia, Sociedades culturais, entre outras. A parceria indirecta, através destas entidades colectivas, é de mais de 5.000 membros.

Quadro 4.2 – N.º de associados dos membros colectivos da parceria ADELIAÇOR

Território	Entidades Colectivas											
	Casas do Povo		Cooperativas		Associações		Sociedades		Santa Casa		Outros	
	N.º	Associados	N.º	Associados	N.º	Associados	N.º	Associados	N.º	Associados	N.º	Associados
São Jorge	1	n.d.	1	n.d.	1	10	0	0	1	n.d.	2	406
Pico	1	124	3	776	4	597	3	310	2	710	1	5
Faial	2	123	1	143	3	1.178	0	0	0	0	3	530
Flores	0	0	2	549	0	0	0	0	0	0	0	0
Corvo	0	0	1	41	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	30
TOTAL ADELIAÇOR	4	247	8	1.509	9	1.788	3	310	3	710	7	971

Fonte: Dados ADELIAÇOR; nota: não estão disponíveis elementos quanto ao número de associados para todas as entidades.

Quanto às entidades públicas, estão representados 89% dos Municípios e 69% das Juntas de Freguesia da zona de intervenção, notando-se principalmente a ausência do Município da Calheta na ilha de São Jorge e de mais de metade das Juntas de Freguesia das Flores. A abrangência é apenas integral nas ilhas do Faial e Corvo.

Quadro 4.3 – Representatividade da parceria ADELIAÇOR nas entidades públicas

Território	Entidades Públicas			
	Municípios		Juntas de Freguesia	
	N.º	% Total	N.º	% Total
São Jorge	1	50,0%	6	54,5%
Pico	3	100,0%	13	76,5%
Faial	1	100,0%	13	100,0%
Flores	2	100,0%	4	36,4%
Corvo	1	100,0%	-	-
TOTAL ADELIAÇOR	8	88,9%	36	69,2%

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

Das 24 empresas privadas que integram a parceria, quase exclusivamente localizadas no Faial e Pico, 58% pertence ao sector da restauração, estando as restantes repartidas pelos sectores do turismo em espaço rural (TER), transformação agro-alimentar (dos quais quatro empresas no sector do vinho e uma no sector dos queijos) e outros sectores.

Quadro 4.4 – Sectores de actividade das empresas da parceria ADELIAÇOR (nº)

Território	Empresas			
	TER	Restauração	Agro-alimentar	Outros
São Jorge	0	0	0	0
Pico	2	8	4	0
Faial	1	6	1	2
Flores	0	0	0	0
Corvo	0	0	0	0
TOTAL ADELIAÇOR	3	14	5	2

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

4.2. O Período de Programação 2007-2013

No período de programação 2007-2013 a abordagem LEADER foi implementada através das medidas dos Eixos 3 e 4 do PRORURAL.

O Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural – incluiu 3 medidas e sub-medidas:

- Medida 3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural:
 - 3.1.1 Diversificação de actividades não agrícolas na exploração;
 - 3.1.2 Criação e desenvolvimento de micro-empresas;
 - 3.1.3 Incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural;
- Medida 3.2 - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais:
 - 3.2.1 Serviços básicos para a economia e população rurais;
 - 3.2.2 Conservação e valorização do património rural;
- Medida 3.3 – Formação e informação.

O Eixo 4 - Abordagem LEADER – incluiu 3 medidas e sub-medidas:

- Medida 4.1 - Execução de estratégias locais de desenvolvimento
- Medida 4.2 – Cooperação LEADER:
 - 4.2.1 Cooperação interterritorial;
 - 4.2.2 Cooperação transnacional;
- Medida 4.3 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios.

No quadro seguinte apresenta-se a repartição financeira indicativa final de despesa pública do PRORURAL para cada uma destas medidas:

Quadro 4.5 – Repartição da despesa pública programada por medida e acção (€)

Medida / Acção	ADELIAÇOR		PRORURAL		% ADELIAÇOR
	DP	%DP	DP	%DP	
Medida 3.1	2.141.298,30	31,9%	8.565.193,20	31,9%	25,0%
Acção 3.1.1	136.470,59	2,0%	545.882,36	2,0%	25,0%
Acção 3.1.2	1.475.850,78	22,0%	5.903.403,12	22,0%	25,0%
Acção 3.1.3	528.976,93	7,9%	2.115.907,72	7,9%	25,0%
Medida 3.2	3.167.192,74	47,1%	17.933.238,96	66,7%	17,7%
Acção 3.2.1	938.952,62	14,0%	6.857.696,48	25,5%	13,7%
Acção 3.2.2	2.228.240,12	33,1%	11.075.542,48	41,2%	20,1%
Medida 3.3	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Medida 4.1	5.308.491,04	79,0%	21.233.964,16	79,0%	25,0%
Medida 4.2	235.294,00	3,5%	941.176,00	3,5%	25,0%
Medida 4.3	1.179.264,75	17,5%	4.717.059,00	17,5%	25,0%
TOTAL EDL	6.723.049,79	100,0%	26.892.199,16	100,0%	25,0%

Fonte: Documento de Programação PRORURAL; dados ADELIAÇOR.

No que respeita à implementação da sua EDL – medida 4.1, traduzida em projectos aprovados nas medidas 3.1, 3.2 e 3.3 – a ADELIAÇOR atingiu, no final de Junho de 2015 uma taxa de compromisso de 98% e uma taxa de execução de 73%. Ainda assim, esta execução está longe da execução global do PRORURAL (89%).

Quadro 4.6 – Nível de compromisso e execução da EDL

Indicadores Globais	Tx. Compromisso	Tx. Execução
ADELIAÇOR 4.1	98,0%	72,6%
PRORURAL 4.1	98,3%	48,1%
TOTAL PRORURAL	100,2%	88,9%

Fonte: Documento de Programação PRORURAL; dados ADELIAÇOR.

A implementação da EDL levou à apresentação de 190 projectos, dos quais 121 aprovados. Estes incidiram em todas as acções do Eixo 3 com excepção da Medida 3 – formação e informação. O quadro seguinte detalha o nível de compromisso e execução da EDL por acção:

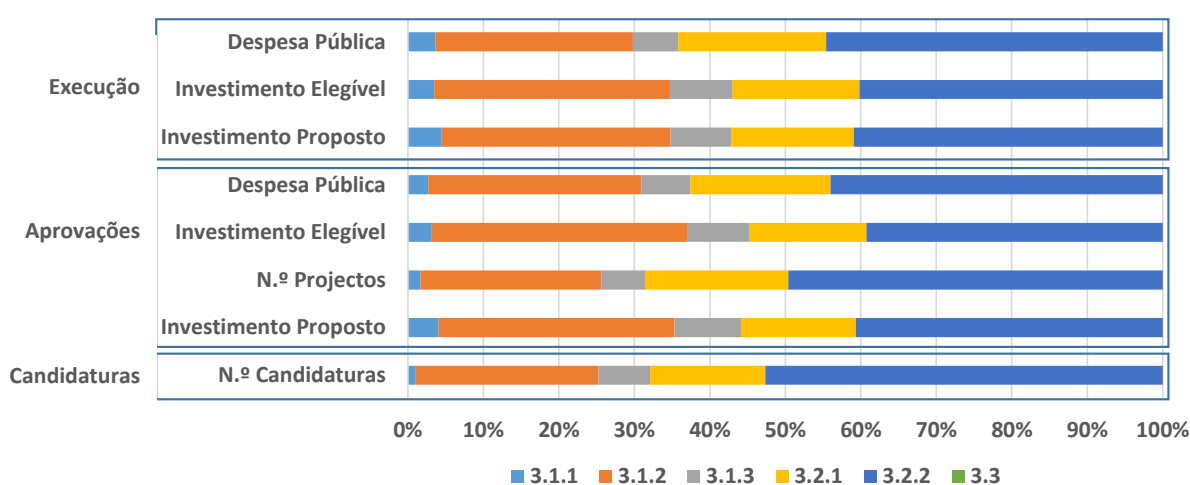
Quadro 4.7 – Implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 30/06/2015 (€)

Medida / Acção	N.º Candidaturas	APROVAÇÕES				EXECUÇÃO		
		Investimento Proposto	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	Investimento Proposto	Investimento Elegível	Despesa Pública
3.1.1	2	316.274,56	2	227.080,64	136.248,38	304.302,68	225.819,81	135.491,88
3.1.2	46	2.437.338,84	29	2.454.091,71	1.430.028,84	2.062.918,80	2.030.793,05	1.036.376,75
3.1.3	13	687.302,73	7	591.930,66	328.913,51	550.840,02	540.540,55	222.855,52
3.2.1	29	1.186.303,89	23	1.119.737,45	938.046,61	1.102.948,70	1.090.628,05	746.280,08
3.2.2	100	3.170.605,92	60	2.837.529,83	2.227.464,07	2.785.613,90	2.611.633,33	1.712.795,53
3.3	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EDL	190	7.797.825,94	121	7.230.370,29	5.060.701,41	6.806.624,10	6.499.414,79	3.853.799,76

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

Como se pode verificar, e o gráfico seguinte ilustra, a acção 3.2.2, relativa à conservação e valorização do património rural, foi a mais relevante no território da ADELIAÇOR, seguida das acções 3.1.2 e 3.2.1, enquanto que as acções 3.1.1 e 3.1.3 tiveram uma reduzida execução e a medida 3.3 não teve qualquer adesão. De facto, as três acções mais relevantes contabilizaram 92% dos projectos candidatados e aprovados, 88% do investimento e mais de 90% da despesa pública.

Gráfico 4.1 - Implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 30/06/2015



Fonte: Dados ADELIAÇOR.

Uma análise mais detalhada por medida mostra uma taxa de compromisso muito elevada em todas as acções, embora sempre inferior a 100%.

O nível de reprovação de candidaturas é relativamente relevante (cerca de 36%), particularmente nas acções 3.1.2, 3.1.3 e 3.2.2. O investimento elegível médio por projecto é de cerca de 60.000 €, sendo mais elevado nas acções da Medida 3.1, e a despesa pública aprovada foi, em média, de 42.000 € por projecto, com valores mais elevados na acção 3.1.1. A taxa de realização (pago/aprovado) atingiu os 100% na acção 3.1.1, ficando ainda entre os 68% e os 78% nas restantes acções.

Quadro 4.8 – Indicadores de implementação da EDL da ADELIAÇOR por acção até 27/05/2015

Medida / Acção	INDICADORES		APROVAÇÕES			EXECUÇÃO		
	Tx. Compromisso	Tx. Execução	Tx. Aprovação (n.º candid.)	Inv. Eleg. / Projecto	DP aprovada / Projecto	Inv. Eleg. / Inv. Prop.	DP paga / DP aprovada	DP paga / Projecto
3.1.1	99,84%	99,28%	100,00%	113.540,32	68.124,19	74,21%	99,44%	67.745,94
3.1.2	96,90%	70,22%	63,04%	84.623,85	49.311,34	98,44%	72,47%	35.737,13
3.1.3	62,18%	42,13%	53,85%	84.561,52	46.987,64	98,13%	67,76%	31.836,50
3.2.1	99,90%	79,48%	79,31%	48.684,24	40.784,64	98,88%	79,56%	32.446,96
3.2.2	99,97%	76,87%	60,00%	47.292,16	37.124,40	93,75%	76,89%	28.546,59
3.3	0,00%	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
TOTAL EDL	#DIV/0!	#DIV/0!	63,7%	59.755,13	41.823,98	95,5%	76,2%	31.849,58

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

Comparando com a implementação total destas medidas na RAA (dados a final de 2014), verifica-se que é particularmente preponderante na acção 3.1.3 (turismo rural), com quase metade da sua implementação a nível regional, sendo também bastante relevante na acção 3.2.2 (património rural). Nestas duas acções os projectos aprovados através da ADELIAÇOR têm uma dimensão média superior à do conjunto da Região. As acções 3.1.1 (diversificação) e 3.2.1 (serviços básicos) são aquelas em que a ADELIAÇOR têm um peso inferior na respectiva implementação total.

Quadro 4.9 – Comparação das aprovações no Eixo 3 (ADELIAÇOR e PRORURAL) até final de 2014 (n.º, €)

Medida / Acção	ADELIAÇOR			PRORURAL			% ADELIAÇOR		
	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Proj.	Inv. Elegível	DP
3.1.1	2	227.080,64	136.248,38	13	1.461.903,01	934.308,44	15,4%	15,5%	14,6%
3.1.2	30	2.473.974,43	1.443.946,75	114	9.329.125,54	5.572.479,76	26,3%	26,5%	25,9%
3.1.3	8	883.114,30	528.913,50	19	1.892.086,00	1.075.086,64	42,1%	46,7%	49,2%
3.2.1	23	1.119.737,45	938.046,61	157	9.032.083,70	8.163.782,78	14,6%	12,4%	11,5%
3.2.2	60	2.837.529,83	2.227.464,07	178	6.754.607,56	5.120.589,70	33,7%	42,0%	43,5%
3.3	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL EDL	123	7.541.436,65	5.274.619,31	481	28.469.805,81	20.866.247,32	26%	26%	25%

Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL 2014, SRAA.

Uma análise da implementação da EDL (até final de Junho de 2015) por ilha mostra, em termos globais, um claro predomínio da ilha do Pico, com 41% dos projectos aprovados e 43% da despesa pública, seguida pelo Faial, com 36% e 33%, respectivamente. Estas duas ilhas contabilizam, assim, mais de três quartos da implementação da EDL.

Quadro 4.10 – Aprovações por Ilha (n.º, €)

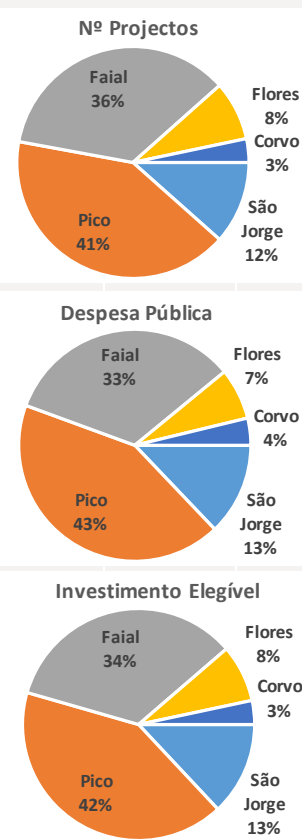
Território	N.º de Projectos Aprovados					
	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.2.1	3.2.2	TOTAL
São Jorge	1	3	0	3	7	14
Pico	1	11	2	9	27	50
Faial	0	14	4	9	16	43
Flores	0	1	1	1	7	10
Corvo	0	0	0	1	3	4
TOTAL EDL	2	29	7	23	60	121

Território	Despesa Pública Aprovada					
	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.2.1	3.2.2	TOTAL
São Jorge	82.078	124.242	0	222.864	223.420	652.603
Pico	54.171	578.444	158.290	336.267	1.033.640	2.160.811
Faial	0	659.968	139.857	341.976	551.830	1.693.632
Flores	0	67.375	30.766	8.110	256.160	362.412
Corvo	0	0	0	28.829	162.414	191.243
TOTAL EDL	136.248	1.430.029	328.914	938.047	2.227.464	5.060.701

Território	Investimento Elegível					
	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.2.1	3.2.2	TOTAL
São Jorge	136.796	261.950	0	258.342	284.881	941.969
Pico	90.284	933.369	263.817	440.924	1.267.056	2.995.450
Faial	0	1.124.023	266.582	383.532	700.318	2.474.454
Flores	0	134.750	61.532	8.110	372.682	577.075
Corvo	0	0	0	28.829	212.592	241.422
TOTAL EDL	227.081	2.454.092	591.931	1.119.737	2.837.530	7.230.370

Fonte: Dados ADELIAÇOR.

Gráfico 4.2 – Aprovações por Ilha



Olhando para estes dados por ilha para cada acção, constata-se que:

- A acção 3.1.1 teve apenas 2 projectos, em São Jorge e no Pico, destacando-se o primeiro em termos financeiros (60% do investimento e despesa pública);
- Os 29 projectos da acção 3.1.2 localizaram-se essencialmente no Faial e Pico, sendo a primeira ilha mais relevante em termos financeiros (46% do investimento e despesa pública);
- Na acção 3.1.3 o predomínio do Faial ocorreu quanto ao número de projectos (57%), enquanto que em termos financeiros o desempenho desta ilha (45% do investimento e 43% da despesa pública) foi semelhante ao do Pico (45% do investimento e 48% da despesa pública);
- Embora o Faial e o Pico sejam, também na acção 3.2.1, as ilhas com maior destaque e um peso semelhante, esta acção teve também uma aplicação relevante em São Jorge (24% do investimento e 23% da despesa pública);

- Por último, na acção 3.2.2 foi o Pico a ilha com maior importância, com 45% dos projectos e do investimento e 46% da despesa pública.

A mesma análise numa perspectiva de ilha permite concluir que:

- Em São Jorge a acção 3.2.2 foi a mais relevante em termos do número de projectos (50%), embora em termos financeiros, nomeadamente quanto ao investimento, tenha um peso semelhante (30% do investimento e 34% da despesa pública) ao das acções 3.2.1 (27% e 34%) e 3.1.2 (28% e 19%);
- Na ilha do Pico teve também maior implementação a acção 3.2.2 (54% dos projectos, 42% do investimento e 48% da despesa pública), seguida da acção 3.1.2 (22%, 31% e 27%, respectivamente);
- Foram as mesmas acções a predominar no Faial - 3.2.2 com 37% dos projectos, 28% do investimento e 33% da despesa pública, e 3.1.2, com 33%, 45% e 39%, respectivamente – embora a acção 3.2.1 tenha tido também alguma relevância (18%, 15% e 20%);
- Na ilha das Flores a acção 3.2.2 foi de longe a mais relevante, com 70% dos projectos, 65% do investimento e 71% da despesa pública. As restantes acções repartiram o número de projectos, embora tenha sido a 3.1.2 a assumir maior destaque em termos financeiros (23% do investimento e 19% da despesa pública);
- No Corvo houve apenas 4 projectos aprovados, 3 dos quais na acção 3.2.2 e o restante na acção 3.2.1. A acção 3.2.2 predominou, com 88% do investimento e 85% da despesa pública.

O mapa seguinte ilustra a repartição global dos projectos e despesa pública por concelho, ilustrando os dados acima analisados:

Ilha do Corvo

4

Corvo

Ilha das Flores

4

Santa Cruz das Flores

6

Lajes das Flores

Ilha do Faial

43

Horta

Ilha do Pico

25

Madalena

18

São Roque do Pico

7

Lajes do Pico

Ilha de São Jorge

10

Velas

4

Calheta de São Jorge

N.º de projectos

22

Classe de Despesa Pública

< 250.000,00 €

250.000,01 € - 500.000,00 €

500.000,01 € - 1.000.000,00 €

1.000.000,01 € - 1.500.000,00 €

1.500.000,01 € - 2.000.000,00 €

Além de implementar a sua EDL, através da medida 4.1, a ADELIAÇOR é, ela própria, beneficiária do PRORURAL, ao abrigo das medidas 4.2 e 4.3.

Quadro 4.11 – Implementação da Medida 4.2 até final de 2014 (n.º €)

Medida 4.2	ADELIAÇOR			PRORURAL			% ADELIAÇOR		
	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Proj.	Inv. Elegível	DP
Coop. interterritorial (C1)	0	0,00	0,00	3	7.013,68	6.312,31	0,0%	0,0%	0,0%
Coop. interterritorial (C2)	3	176.704,99	159.034,50	6	368.046,13	331.241,53	50,0%	48,0%	48,0%
Coop. transnacional (C1)	1	5.114,03	5.114,03	2	9.565,29	9.565,29	50,0%	53,5%	53,5%
Coop. transnacional (C2)	1	53.709,47	53.709,47	2	108.080,70	108.080,70	50,0%	49,7%	49,7%
TOTAL 4.2	5	235.528,49	217.858,00	13	492.705,80	455.199,83	38.5%	47.8%	47.9%

ADELIAÇOR - Rua do Pasteleiro, Angústias, 9900-069 Horta – Faial, Tel. 292 200 360, Email: adeliacor@sapo.pt;
www.adeliacor.org
 AGRO.GES - Av. República, 412, 2750-475 Cascais * Tel. 214 847 440 * Fax 214 847 441 * Email: mail@agroges.pt
 * www.agroges.pt

A implementação da medida 4.3 é uniforme entre todos os GAL, com cada um a representar 25% do número de projectos e da respectiva componente financeira, pelo que a ADELIAÇOR está, neste aspecto, equiparada aos restantes GAL da Região.

Quadro 4.12 – Implementação da Medida 4.3 até final de 2014 (nº, €)

Medida 4.3	ADELIAÇOR			PRORURAL			% ADELIAÇOR		
	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Projectos	Investimento Elegível	Despesa Pública	N.º Proj.	Inv. Elegível	DP
Funcionamento dos GAL	1	727.941,19	727.941,19	4	2.911.764,35	2.911.764,35	25,0%	25,0%	25,0%
Competências e animação nas zonas rurais	5	241.010,09	241.010,09	20	965.976,78	965.976,78	25,0%	24,9%	24,9%
TOTAL 4.3	6	968.951,28	968.951,28	24	3.877.741,13	3.877.741,13	25,0%	25,0%	25,0%

Fonte: Relatório de Execução do PRORURAL 2014, SRAA.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA NO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

O território de intervenção da ADELIAÇOR estará, ao longo do período de programação 2014-2020, abrangido por um conjunto de instrumentos de política territorial, com os quais a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) a propor pela ADELIAÇOR se deverá articular.

Para além do POSEI, instrumento de apoio ao sector agrícola e ao abastecimento local integrado no 1º Pilar da Política Agrícola Comum (que não será objecto de desenvolvimento por ter objectivos distintos da abordagem LEADER), importará analisar os seguintes instrumentos:

- O PRORURAL+ na sua globalidade, focando a forma como os seus objectivos e medidas de âmbito regional poderão influenciar a EDL;
- O PO Açores, que apoiará igualmente o desenvolvimento regional, tendo necessariamente uma articulação com a EDL;
- Outros instrumentos com influência na zona de intervenção, como o Mar 2020 e as iniciativas INTERREG.

5.1. O PRORURAL+

O PRORURAL+ é o Programa de Desenvolvimento Rural para os Açores no período 2014-2020, que vem na sequência do PRORURAL, implementado no período de programação anterior (2007-2013).

Rege-se pelas 6 prioridades temáticas, e respectivos domínios, identificados no Reg. (EU) n.º 1305/2013 de 17 de Dezembro:

Tabela 5.1 – Prioridades e domínios do Desenvolvimento Rural 2014-2020

1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais;
- b) reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspectiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais;
- c) incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal.

2) Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola;
- b) facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional;

3) Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acrescimento de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais;
- b) apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas.

4) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, e nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, e nos sistemas agrários de elevado valor natural, bem como do estado das paisagens europeias;
- b) melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e dos pesticidas;
- c) prevenção da erosão e melhoria da gestão dos solos.

5) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola;
- b) melhoria da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e na indústria alimentar;
- c) facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, de subprodutos, resíduos e desperdícios e de outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia;
- d) redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura;
- e) promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura;

6) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:

- a) facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas, bem como da criação de empregos;
- b) fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais;
- c) melhoria da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em zonas rurais.

Fonte: Reg. (EU) n.º 1305/2013 de 17 de Dezembro.

Através da prossecução destas prioridades, o PRORURAL+ deverá permitir dar resposta às principais necessidades identificadas na RAA:

Tabela 5.2 – Necessidades do PRORURAL+

Necessidades PRORURAL+
1. Acautelar impactes sociais e ambientais negativos
2. Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território
3. Assegurar a sustentabilidade das explorações agrícolas do ponto de vista económico, social e ambiental
4. Assegurar o desenvolvimento de atribuições, competências e de padrão de serviços dos técnicos
5. Atenuar as agressões da actividade agrícola e florestal sobre os recursos nas zonas rurais
6. Aumentar o valor acrescentado do sector agro-transformador
7. Conservar e valorizar o património natural e paisagístico, cultural e arquitectónico
8. Continuar a estratégia de melhoria de infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal
9. Criar agrupamentos de produtores com capacidade de armazenamento e escoamento
10. Criar o Incentivo ao Seguro Agrícola
11. Desenvolver tecnologia e prestar serviços de qualidade de apoio à produção e à indústria regional
12. Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes
13. Dinamizar o uso da floresta e apoiar a utilização das terras florestais através de pagamentos silvo-ambientais e Natura 2000
14. Diversificar a economia e criação de emprego nas comunidades rurais
15. Estimular a I&D agro-pecuária, florestal e agro-alimentar na Região
16. Garantir o fornecimento de bens públicos
17. Incentivar práticas agrícolas e florestais e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade
18. Manter a agricultura e a população agrícola em determinados territórios mais frágeis do ponto de vista social e económico
19. Melhorar a capacidade de comercialização dos produtos florestais
20. Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais
21. Melhorar as competências da esfera da gestão técnica das explorações e empresas agro-transformadoras e florestais
22. Organizar a fileira florestal
23. Organizar a gestão da água
24. Preservar recursos genéticos e paisagísticos
25. Promover a aplicação de novas técnicas e métodos silvícolas com o objectivo de aumentar o desempenho das explorações florestais
26. Promover a protecção dos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas
27. Promover melhoria da eficiência energética
28. Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural
29. Qualificar os produtores agrícolas e florestais
30. Reforçar as relações entre a produção primária e a agro-indústria
31. Reforçar o papel protector da floresta
32. Utilizar as TIC na diminuição dos custos de insularidade

Fonte: Documento de Programação do PRORURAL+.

Neste contexto, a lógica de intervenção do PRORURAL+ articular-se-á em três Eixos prioritários:

- Competitividade (vertente económica);
- Sustentabilidade (vertente ambiental);
- Dinâmica dos territórios rurais (vertente territorial e social).

Dará ainda resposta a três temas transversais – inovação, ambiente e alterações climáticas.

Tendo em conta as suas características, a abordagem LEADER contribuirá essencialmente para a Prioridade n.º 6 do desenvolvimento rural, para as necessidades n.º 1, 2, 7, 14 e 28 e para o terceiro eixo prioritário do PRORURAL, podendo contudo contribuir para outras Prioridades, necessidades e eixos/temas de forma mais indirecta.

No conjunto de medidas e acções previstas no âmbito do PRORURAL+, a abordagem LEADER terá a responsabilidade de gestão das seguintes Intervenções, enquadradas na medida 19.2:

- 6.4 Investimento na criação e no desenvolvimento de actividades não agrícolas;

- 7.2 Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia;
- 7.4 Investimentos em serviços básicos locais;
- 7.5 Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas;
- 7.6 Investimentos associados ao património cultural e natural e acções de sensibilização ambiental.

Estão ainda previstos apoios à actividade dos GAL, nomeadamente o apoio preparatório (medida 19.1), o apoio à cooperação (19.3) e o apoio aos custos operacionais e de animação (19.4).

As restantes medidas do PRORURAL+, que na sua maioria surgem na sequência de medidas semelhantes existentes no PRORURAL, aplicar-se-ão em todo o território da RAA, podendo delas beneficiar os agentes económicos da zona de intervenção da ADELIAÇOR. Existem contudo algumas medidas de carácter inovador que poderão ter particular relevância e complementaridade com a implementação da EDL, das quais se destaca:

- A medida 16 – Cooperação, que apoiará os Grupos Operacionais da PEI, a implementação de projectos-piloto de inovação, a cooperação entre diversos agentes locais e as cadeias curtas e mercados locais;
- A medida 9 – Criação de agrupamentos e organizações de produtores, que poderá fomentar o aparecimento de entidades de carácter colectivo na Região, que poderão dinamizar a sua actividade económica e contribuir para o desenvolvimento da zona de intervenção.

5.2. O PO AÇORES 2020

O PO Açores 2020 é o Programa Operacional que, na RAA, determinará a execução das verbas do FEDER e do FSE no período 2014-2020.

A visão que orientará a sua estratégia de desenvolvimento regional “assenta na ambição de afirmar a Região Autónoma dos Açores como uma região europeia relevante, que pelo seu posicionamento geográfico e pelo seu contributo para a Estratégia da União Europeia para a

Área do Atlântico, terá um papel central no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo Atlântico Norte”.

Para tal, foram definidas quatro grandes linhas de orientação estratégica que orientarão a sua implementação:

Tabela 5.3 – Linhas de orientação estratégica do PO Açores 2014-2020

1.	Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada
1.1	Criação de condições para a inovação e a transferência de conhecimentos e assegurando a transformação de ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criem riqueza e emprego
1.2	Ligação entre o sistema científico e tecnológico e os tecidos sociais e empresariais da Região
1.3	Eficiência e capacitação empresarial que proporcione uma acrescida dinamização da iniciativa privada na vida económica regional, fortalecendo a respetiva estrutura empresarial e reforçando a base produtiva local
1.4	Fomento de uma base da exportação dos produtos regionais
2.	Fortalecimento da conectividade, mobilidade e logística para a competitividade
2.1	Dinamização da utilização das TIC no âmbito da redução de custos de contexto
2.2	Melhorar os níveis de eficiência do transporte marítimo no arquipélago
2.3	Eficiência da mobilidade aérea, no contexto da coesão territorial
2.4	Qualificar as acessibilidades viárias regionais estruturantes
3.	Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização
3.1	Reforço da pré-escolarização e da qualidade do ensino pré-escolar
3.2	Aceleração da trajetória de redução da taxa de abandono precoce e aumento do sucesso educativo
3.3	Garantia do acesso à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada no mercado de emprego
3.4	Aumento do nível de empregabilidade, em particular dos jovens
3.5	Modernização da rede de equipamentos e serviços sociais
3.6	Promoção das empresas sociais e das organizações da economia solidária
3.7	Combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
3.8	Resposta a situações de exclusão e pobreza
4.	Promoção de um território, de uma paisagem e de uma vivência distintivas
4.1	Proteção, conservação e valorização da biodiversidade e do património natural e paisagístico distintivo da Região
4.2	Consolidação dos ciclos de cobertura e fiabilidade dos serviços ambientais
4.3	Aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e incrementando e completando os sistemas de alerta e de gestão de riscos
4.4	Melhoria da autonomia energética e a utilização racional de energia
4.5	Qualificação dos espaços urbanos
4.6	Semestre Europeu

Fonte: Documento de Programação do PO Açores 2014-2020.

Tendo em conta estas prioridades e a sua implementação em todo o território da RAA, é indiscutível a sua complementaridade com os instrumentos a utilizar pela ADELIAÇOR na sua actividade no âmbito do PRORURAL+. Em particular, destaca-se o contributo das seguintes acções da medida 19.2 para estas linhas de orientação:

Tabela 5.4 – Contributo da medida 19.2 para as prioridades do PO Açores

Ações da Medida 19.2	Linhas Estratégicas PO Açores
6.4 Investimento na criação e no desenvolvimento de actividades não agrícolas	1.1, 1.4
7.2 Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	2.1, 3.5, 3.8
7.4 Investimentos em serviços básicos locais	3.5, 3.8
7.5 Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4.1
7.6 Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4.1

Fonte: Elaboração AGRO.GES

O efectivo contributo da abordagem LEADER para os objectivos e prioridades do PO Açores 2014-2020 dependerá não só da implementação das respectivas medidas no território, mas também da efectiva capacidade de articulação entre os Programas e as suas diversas estruturas e da clara definição e demarcação de elegibilidades, aspectos que deverão ficar definidos em protocolo a estabelecer entre as respectivas Autoridades de Gestão, à semelhança do que já se verificou no período de programação anterior.

Um dos principais instrumentos de operacionalização do PO Açores 2014-2020 será o COMPETIR+. Este Programa é o sistema de incentivos para a competitividade empresarial na Região Autónoma dos Açores, funcionando como o principal instrumento da nova política de incentivos ao investimento privado para o período de 2014-2020, vinda no seguimento do PROCONVERGENCIA, vigente no período anterior de 2007-2013.

De acordo com a informação pública, “a nova política de incentivos ao investimento privado pretende promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, reforçar a competitividade das empresas açorianas, promover o alargamento da base económica de exportação, estimular a produção de bens e serviços transaccionáveis e de carácter inovador, aproveitar o conhecimento para valorizar e diferenciar recursos, estimular a cooperação entre empresas, associações empresariais, municípios e entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional e incentivar o planeamento integrado, o aproveitamento de sinergias, o desenvolvimento de economias de escala e a defesa de interesses económicos comuns”. Desta forma o COMPETIR+, rege-se por três eixos orientadores:

1. Diversificação da produção açoriana e aumento do seu valor acrescentado mediante o recurso de forma sistemática e estratégica da inovação, potenciando a capacidade exportadora das empresas;
2. Cooperação entre empresas, as entidades do governo regional e local e as entidades do sistema científico e tecnológico;
3. Modernização das empresas existentes e desenvolvimento local de maneira a introduzir ganhos de eficiência e de produtividade.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º12/2014/A, o programa COMPETIR+ encontra-se estruturado em subsistemas de incentivos que traduzem linhas de apoio específicas e adequadas ao estágio de desenvolvimento regional, tendo como objectivo, responder a necessidades das empresas. Estes subsistemas são os seguintes:

- a) Subsistema de incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação;
- b) Subsistema de incentivos para a Internacionalização;
- c) Subsistema de incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado;
- d) Subsistema de incentivos para a Qualificação e Inovação;
- e) Subsistema de incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo;
- f) Subsistema de incentivos para o Desenvolvimento Local;
- g) Subsistema de incentivos para a Eficiência Empresarial.

Este sistema de apoios apoiará essencialmente empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, cooperativas e agrupamentos complementares de empresas. O quadro seguinte detalha as principais características de cada um destes sub-sistemas:

Tabela 5.5 – Sub-sistemas do COMPETIR+

Subsistemas	Objecto de Apoio	Apoio	Beneficiário
Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação;	- Agroalimentar; - Economia do Mar; - Indústria Transformadora; - Indústria de base florestal; - Turismo; - Economia digital; - Indústrias criativas; - Logística; - Outras actividades com potencial de criação de bens e serviços transaccionáveis.	1) Bens e serviços transaccionáveis - Indústria; - Logística, Consultoria, programação informática e atividades de processamento de dados, domicilição de informação e atividades relacionadas; - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; - Recolha, tratamento, eliminação de resíduos e valorização de materiais; - Recolha, tratamento e drenagem de águas residuais; - Atividades dos centros de chamadas; - Atividades dos operadores turísticos; - Atividades termais. 2) Turismo - Instalação de TER; - Instalação e ampliação de ET que possuam instalações termais e outros ET; - Instalação, ampliação ou beneficiação de estabelecimentos de restauração e familiares; - Campos de golfe; - Parques temáticos; - Atividades de animação turística; - Remodelação e beneficiação das unidades dos ET existentes.	- Empresários em nome individual - Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; - Sociedades comerciais; - Cooperativas - Agrupamentos complementares de empresas.
Subsistema de Incentivos para a Internacionalização	-	-	-
Subsistema de Incentivos para o Urbanismo sustentável Integrado	- Eficiência energética - Qualidade Ambiental - Redes de comunicação - Mobilidade - Transportes - Atratividade turística	- Produção de novos ou melhorados bens e serviços - Novos processos de produção - Novos modelos organizacionais ou estratégias de marketing, que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço de orientação para os mercados externos à região.	a) Empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, cooperativas e agrupamentos complementares de empresas que cumpram o critério de PME; b) Câmaras municipais (Projectos de melhoria de qualificação dos espaços públicos dos centros urbanos); c) Associações empresariais (Projectos de dinamização e animação dos centros urbanos e de melhoria da envolvente empresarial).
Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação;	- Investimentos de inovação produtiva; - Investimentos em sistemas de qualidade.	- Produção de novos ou melhorados bens e serviços - Novos processos de produção - Novos modelos organizacionais ou estratégias de marketing, que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço de orientação para os mercados externos à região.	- Empresários em nome individual - Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; - Sociedades comerciais; - Cooperativas; - Agrupamentos complementares de empresas.
Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo	- Empreende Jovem; - Acções colectivas de empreendedorismo. CAES: - Indústria - 10 a 33, excepto divisões 12, 18, 19 e grupos 206 e 241; - Restauração e similares - 56; - Serviços - 37, 38, 39, 62, 72, 73, 74, 75, 86, 88, grupos 521, 592, 813 e 851, classes 5911 e 5912 e subclasse 90030, ou que visem: - Instalação de TER, instalação de outros empreendimentos turísticos, ou atividades de animação turística.	Empreende Jovem: - Criação de empresas, detidas maioritariamente por jovens empreendedores; Acções colectivas de empreendedorismo: - Estudos de mercados tecnológicos, divulgação de oportunidades de inovação e exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos; - Criação de espaços de desenvolvimento empresarial e reforço das suas valências para os empreendedores; - Participação em redes internacionais de apoio ao empreendedorismo ou em projectos internacionais de âmbito empresarial; - Desenvolvimento de formas de financiamento associadas à atividade empreendedora.	a) Empreende Jovem - Empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais e cooperativas, detidas maioritariamente por jovens empreendedores. b) Acções colectivas de empreendedorismo - Associações sem fins lucrativos e associações empresariais
Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local;	1) a) Indústria: CAES (10 a 33, excepto 12, 18 e 19, e dos grupos 206 a 241); b) Serviços: CAES (37, 38, 39, 62, 72, 73, 74, 75, 78, 79, com exceção da subclasse 79120, 88 e, grupos 521, 582, 592, 631, 813 e 851, classes 5911, 5912 e 9604, com investimento até 500.000 €) 2) a) Comércio: CAES (45 a 47 com investimento até 300.000 €) b) Restauração e similares: CAES (56 com investimento até 200.000 €) c) Serviços (71, 74, 82 e 95, grupo 812 e subclasse 85530, 86905 e 96040 com investimento até 100.000 €); 3) Micro e pequena empresas a) Indústria: CAES (10 a 33, com exceção das divisões 12, 18, 19 e dos grupos 206 e 241); b) Serviços: CAES (37, 38, 39, 62, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 82, 88 e 95, grupos 521, 582, 592, 631, 812, 813 e 851, classes 5911, 5912, 9601, 9602 e 9604 e nas subclases 85530, 86905 e 93210; c) Comércio: 45 a 47 d) Restauração e similares: 56 4) Produção primária produtos locais	Projectos de: 1) Satisfação do mercado local e dinamização do mercado interno. - Instalação; - Modernização; - Remodelação; - Beneficiação; - Ampliação.	- Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; - Sociedades comerciais; - Cooperativas; - Agrupamentos complementares de empresas.
Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial	Empresas regionais - Melhoria da competitividade: - Acções coletivas de eficiência empresarial - Constituição de clusters	a) Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas; b) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas; c) Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial; d) Estudos de mercados, tecnologias e oportunidades de inovação; e) Atividades de coordenação e gestão de parcerias, no âmbito de acções coletivas de eficiência empresarial; f) Promoção, facilitação e incentivo ao acesso a todos os programas de cofinanciamento comunitário.	a) Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas no domínio empresarial; b) Associações empresariais, associações de desenvolvimento local e entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, que tenham como âmbito de atuação o setor empresarial privado; c) Os clusters que venham a ser constituídos ao abrigo do presente diploma, sob a forma jurídica de associação sem fins lucrativos, em resultado de uma associação de empresários em nome individual, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, cooperativas e agrupamentos complementares de empresas e dos promotores referidos nas alíneas a) e b).

Fonte: Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A e legislação complementar.

Para além do apoio a iniciativas de entidades privadas no âmbito do COMPETIR+, o PO Açores contempla ainda o apoio a um vasto leque de investimentos de diversas entidades dos sectores público, associativo, educativo e entidades sem fins lucrativos, num grande conjunto de áreas temáticas, como a investigação e inovação, as tecnologias da informação e comunicação, o ambiente e alterações climáticas, as infraestruturas e redes de transporte, a inclusão social e combate à pobreza e o ensino e aprendizagem ao longo da vida.

5.3. Outros

Em função da sua implementação e do enquadramento de outros sistemas de apoio ao desenvolvimento regional e/ou local, a EDL da ADELIAÇOR poderá ainda contribuir para os objectivos e articular-se com outros Programas com incidência no mesmo território.

O Programa MAR 2020, financiado pelo FEAMP, mas ainda em fase de operacionalização, aplicar-se-á em todo o País. O Programa incluirá uma prioridade relativa ao “aumento do emprego e da coesão territorial, através da promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e prestação de apoio à empregabilidade e mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura”, claramente coerente com os objectivos da abordagem LEADER. O MAR 2020 terá também uma componente de apoio territorializado (DLBC), operacionalizada através dos GAL-Pesca, que poderá ser complementar à abordagem LEADER, sendo necessário para tal definir critérios de demarcação.

O Programa INTERREG Madeira-Açores-Canárias 2014-2020, financiado pelo FEDER, desenvolver-se-á em torno de 5 Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- Eixo Prioritário 2: Melhorar a competitividade das PME;
- Eixo Prioritário 3: Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos;
- Eixo Prioritário 4: Conservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;

- Eixo Prioritário 5: Reforçar a capacidade institucional e a eficiência na Administração Pública.

Este Programa apoiará entidades regionais e locais, de âmbito público, associativo, profissional, académico, entre outras, na prossecução destes objectivos, alguns dos quais (nomeadamente o Eixo Prioritário 2) com grande articulação com a abordagem LEADER.

O Programa INTERREG Espaço Atlântico, implementado nas regiões da costa atlântica do Reino Unido, França e Espanha e na totalidade dos territórios de Irlanda e Portugal,

inclui igualmente as ilhas atlânticas dos Açores, Madeira e Canárias. Terá como eixos prioritários:

- Eixo prioritário 1: Promover a inovação e a competitividade;
- Eixo prioritário 2: Promover a eficiência dos recursos;
- Eixo prioritário 3: Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana;
- Eixo prioritário 4: Reforçar a biodiversidade e o património natural e cultural.

Mapa 5.1 - INTERREG Espaço



Fonte: <http://atlanticarea.ccd-r-n.pt/>

6. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

6.1. Introdução

A formulação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) da ADELIAÇOR partirá da caracterização da situação actual e tendências evolutivas do território em que se insere, nas vertentes económica e social, particularmente quanto aos sectores que são, mais marcadamente, objecto da intervenção LEADER – economia local, sector agro-pecuário e agro-alimentar, turismo rural e ambiental, apoio social, património local.

Esta caracterização dará origem a uma análise SWOT, isto é, à identificação dos pontos fortes e fracos do território nestas vertentes e das oportunidades e ameaças com que se depara no contexto actual e dos próximos anos.

Com base nesta análise SWOT serão identificadas as principais necessidades do território, com base nas quais será estabelecida uma Visão para o território para o período 2014-2020. Esta Visão será depois detalhada em Objectivos Estratégicos e Objectivos Operacionais, que se traduzirão em medidas e acções do PRORURAL+, para as quais serão estabelecidos indicadores de realização e de resultado. O esquema seguinte detalha este fluxo de programação:

Figura 6.1 – Desenho da lógica de intervenção da EDL da ADELIAÇOR



6.2. Análise SWOT e necessidades

A caracterização do território acima apresentada, bem como um extenso número de reuniões promovidas com as forças vivas do território – entidades públicas, de carácter social, associações – em todas as cinco ilhas que o compõem, permitiram obter um conhecimento aprofundado das suas dinâmicas, diversidades, problemas, oportunidades e necessidades.

Deste exercício foram estabelecidas quatro áreas temáticas prioritárias de análise:

- Território, demografia e qualidade de vida;
- Economia e emprego;
- Turismo, ambiente e património;
- Agricultura e agro-indústria.

Para cada uma destas áreas, e com base nos referidos elementos, foi conduzida uma análise SWOT, que permitiu a identificação das principais necessidades do território, às quais a EDL deverá dar resposta.

Nas páginas seguintes são apresentadas estas análises SWOT temáticas:

Tabela 6.1 – Análise SWOT

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
Território, Demografia e Qualidade de Vida	Território de Intervenção	Equilíbrio de género, exeto no Corvo	Índice de envelhecimento agravado	Incentivos financeiros: COMPETIR+	Perda e envelhecimento constan-tes da população	Maior ligação direta com o Continente
		Taxa de renovação da população activa superior a 100% exeto Corvo	Baixa densidade populacional			
		Taxa bruta de escolarização do ensino básico superior a 100%	Taxa de mortalidade elevada	Acrescimo de ligações aereas com o Continente e internacio-nais	Taxas de juro elevadas condicio-nam o rendimento disponivel das familias	Reforço da teleassistência
		Taxa bruta de escolarização do ensino básico superior a 100%	População mais envelhecida que a média da RAA			
		Rede de escolas públicas modernas	Evolução negativa da população residente inferior à média da RAA com exceção do Corvo	Uniformização da capacidade de recolha seletiva de lixos domésticos		
		3 escolas profissionais	Fragmentação, insularidade e dupla insularidade		Melhoria das valências das IPSS: creches/berçário, ATL, residências para idosos, CAO	
		Estabelecimentos de ensino com condições otimizadas	Custos acrescidos resultantes da ultra periferia	Viaturas de apoio adaptadas para transporte de pessoas e alimentos		
		7 Centros Saúde em 9 concelhos	Ausência de especialidades médicas permanentes com exceção do Faial			
		Centros urbanos recuperados	Acessibilidades muito condicionadas pelas condições meteorológicas			
		Aeroportos e aerodromo no Corvo	Reduzida utilização de energias alternativas			
Localização geoestratégica do triângulo	Multiplicação de edificios sedes nas freguesias					
	Inexistência de infra estruturas cobertas para natação exceto na Faial e Pico					
	Boa rede viária					

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		Utilização de energias renováveis pela EDA Existência de serviços de proximidade através das Casas do Povo e/ou RIAC Existência de apoio domiciliário prestado pelas IPS locais, sobretudo destinado aos idosos Comissões de Proteção de Crianças e Jovens Hospitalidade da população local Baixa taxa de criminalidade				Equipamentos de apoio às valências das IPSS
	São Jorge	Elevada taxa de conclusão do ensino secundário superior à média da RAA Existência de 9 IPSS/33 valências	Transportes terrestres irregulares Encerramento repartições públicas Desertificação das freguesias			Dinamização de atividades nas freguesias Refuncionalização de edifícios públicos nas freguesias: escolas Centro de apoio temporário Viaturas adaptadas Melhorias das condições das valências sociais
	Pico	Elevada taxa de conclusão do ensino secundário superior à média da RAA Existência de 19 IPSS/41 valências Aeroporto com ligações ao continente e brevemente ao estrangeiro Existência de especialidades médicas				Criação de residência para portadores de deficiência

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
	Faial	<p>Maior densidade populacional do território próximo da média regional e nacional</p> <p>Hospital da Horta com especialidades médicas</p> <p>Enfermeiros por 1000 habitantes superior à média regional e nacional</p> <p>Médicos por 1000 habitantes superior à média regional</p> <p>Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores (ensino superior)</p> <p>Escola do Mar</p> <p>Existência de 18 IPSS/49 valências</p> <p>Existência de empresas privadas prestadoras de serviços sociais</p> <p>Teleassistência</p> <p>Aeroporto com ligações ao continente</p>	Perda das ligações operadas pela TAP			Criação de residência para portadores de deficiência
	Flores	<p>Variação positiva dos alunos matriculados no 3º ciclo</p> <p>Existência de 6 IPSS/15 valências</p> <p>Farmácias por 1000 habitantes superior à média regional</p>	Dependência acentuada das condições meteorológicas para garantir o fornecimento de produtos essenciais			<p>Criação de CAO e Centro Acolhimento Temporário</p> <p>Criação de loja solidária e banco alimentar</p>

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
	Corvo	<p>Crescimento da população em 6,5% entre Censos</p> <p>Variação positiva dos alunos matriculados no 3º ciclo</p> <p>Existência de 1 IPSS</p> <p>Aérodromo e porto de pescas</p>	<p>Taxa de mortalidade elevada no Corvo, o dobro da média do território e o triplo da RAA</p> <p>Desquilíbrio de género com maioria de homens</p> <p>Baixa taxa bruta de escolarização do ensino secundário</p> <p>Falta de infra estruturas de lazer</p> <p>Serviço marítimo irregular</p> <p>Dependência acentuada das condições meteorológicas para garantir o fornecimento de produtos essenciais</p> <p>Serviços de saúde escassos</p>			Depósito de combustíveis e gás
Economia e Emprego	Território de Intervenção	<p>Variação positiva do PIB e PIB <i>per capita</i> sobretudo Pico e Faial</p> <p>Variação positiva do setor terciário</p> <p>Crescimento económico até 2009</p> <p>Forte implantação dos serviços públicos</p>	<p>Pouca sensibilização para implementação de regimes de qualidade</p> <p>Variação negativa do setor secundário</p> <p>Pouca iniciativa privada</p> <p>Rendimento per capita reduzido</p> <p>Ausência de economia de escala</p> <p>Rendas de espaços comerciais elevadas</p> <p>Salários médios reduzidos</p> <p>Inexistência de pólo urbano com dimensão crítica</p>	<p>Incentivos financeiros: COMPETIR+</p> <p>Programas de emprego</p>	<p>Crise económica</p> <p>Aumento do desemprego</p> <p>Expansão do comércio "made in china"</p> <p>Custo dos transportes encarece preço final dos produtos</p> <p>Taxas de juro elevadas</p> <p>condicionam a capacidade de investimento dos potenciais investidores</p>	<p>Criação de emprego</p> <p>Dinamização da economia local através de pequenas empresas de comércio e serviços</p> <p>Iniciativas do comércio local para atrair os consumidores</p> <p>Campanhas para incentivar a comprar o que é nosso e consumir localmente</p>

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
			agregadora			
	São Jorge	Indústria conserveira Santa Catarina empregadora de mão de obra feminina	Menor ganho médio mensal do TI	Perda de população ativa Refuncionalização de antigas cooperativas de lacticínios	Escassez de recursos de pesca	Refuncionalização das antigas cooperativas de lacticínios
	Pico	Revitalização das vinhas abandonadas cria postos de trabalho				
	Faial	Maior ganho médio mensal Loja do Triângulo da CAIF Centro de Empresas da Horta				
	Flores					
	Corvo					
Turismo, Ambiente, Património e Cultura	Território de Intervenção	Clima atlântico ameno Origem vulânica com potencial turístico Inseridos na Macaronésia com elevado numero de endemismos da Era Terciária Floresta Laurissilva Rede Natura 2000: ZPE e ZEC 6 dos 13 Sítios Ramsar da RAA 5 Parques Naturais Geoparque Açores 31% estabelecimentos turísticos e 17% capacidade de alojamento, da RAA	Pouca valorização da gastronomia enquanto produto turístico Ecossistemas frágeis Sazonalidade da procura turística Falta de oferta cultural regular: teatro, cinema Serviços de apoio ao turismo com pouca qualidade Pouco investimento em marketing e comunicação adequada às exigências de mercado	Incentivos financeiros: COMPETIR+; INTERREG Europe Aumento da procura de destinos genuínos - "live like a local" Criação de produto turístico as-sociado aos temas chave de cada ilha Espaços museológicos com elevado potencial de dinamização/animação Aumento da procura turística	Pressão no território com aumento da procura turística Concorrência de outros destinos Dificuldade de resposta por falta de dinâmica empresarial Dificuldade em assegurar que crescimento turístico se reflita em todo o território Diferentes estágios de oferta turística entre as ilhas Imagem negativa associada às profissões do setor	Operacionalização dos serviços de recolha seletiva de resíduos Disponibilização de serviços diferenciadores nos empreendimentos turísticos Criação de produto turístico associado à cultura local Dinamização dos museus e centros interpretação Aposta em serviços turísticos de elevada qualidade - destino de

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		<p>41% unidades TER da RAA</p> <p>10 Parques de Campismo</p> <p>Zonas balneares de qualidade</p> <p>Rede de zonas de lazer e parques infantis de qualidade</p> <p>Artesanato certificado e único</p> <p>Património cultural, etnográfico e religioso relevante</p> <p>Diversidade de atividades turísticas: náuticas e terrestres</p> <p>Campeonato de Regatsa de Botes Baleeiros nas Ilhas do Triângulo</p> <p>Atividades hípcas no Pico e Faial</p>	<p>Pouca qualificação profissional dos recursos humanos dos serviços de apoio ao turismo</p> <p>Inadequação dos horários de funcionamento às exigências do visitante</p> <p>Alguma impreparação em termos logísticos e técnicos para lidar com maiores fluxos turísticos</p> <p>Falta condições conforto em terra para praticantes atividades náuticas</p> <p>Pouca diversidade de alojamentos</p> <p>Carência de infra estruturas dedicadas ao turismo de bem estar</p> <p>Falta de articulação dos saberes fazeres tradicionais com o turismo cultural</p> <p>Baixa taxa de ocupação agravada pela sazonalidade</p>	<p>Novo modelo de transporte aereo na RAA e encaminhamentos</p> <p>Aumento de turismo científico: vulcanologia</p> <p>Múltiplas referências elogiosas na imprensa nacional e internacional - Açores destino de eleição</p> <p>Aumento da procura por atividades de mergulho únicas: tubarões, jamantas, golfinhos</p> <p>Turismo Senior, Turismo Ativo e Desportivo, Turismo Religioso</p> <p>Apoios do CRAA destinados aos artesãos e unidades produtivas artesanais</p> <p>Eventos e festas locais enquanto atrativo para minimizar a sazonalidade</p> <p>Valorização crescente do património natural e cultural pelo seu contributo para sustentabilidade e por proporcionar estilos de vida saudáveis</p>	<p>turístico gera dificuldade na captação e retenção de trabalhadores com qualificação</p>	<p>excelência</p> <p>Aumento da oferta cultural</p> <p>Criação de rotas temáticas com os produtos chave das ilhas</p> <p>Reforço da capacidade e qualidade do alojamento hoteleiro tradicional e TER</p> <p>Reforço da promoção e divulgação da qualidade do turismo natureza</p> <p>Reforço da comunicação com os visitantes</p> <p>Aumento da diversidade do tipo de alojamento - hostels, hotel de charme e outras categorias</p> <p>Modernização dos equipamentos nas salas de espetáculos</p> <p>Modernização das cozinhas comunitárias das coletividades</p> <p>Oferta de serviços de bem estar</p>

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
						Reforçar a filosofia de trabalho assente na qualidade e excelência Recuperação de moinhos, fontanários, chafarizes
	São Jorge	<p>Cerca de 80 Fajãs, candidatas a Reserva da Biosfera 41% do total de endemismos da RAA</p> <p>Fajã da Caldeira de Santo Cristo com produção única de ameijoas na RAA 12 Áreas Protegidas e 3 trilhos pedestres Centro de Interpretação da Fajã da Cal-deira de Santo Cristo Ecomuseu da Ilha de São Jorge Casa do Parque Pousada da Juventude na Calheta Museu de São Jorge Dinamização da Confraria do Queijo de São Jorge Artesanato único: colchas ponto alto e ponto de repasso, balaies</p>	Tradições muito enraizadas, sobretudo relacionadas com Pentecostes			
	Pico	São Roque capital do Turismo em Espaço Rural da RAA	Tradições muito enraizadas, sobretudo relacionadas com Pentecostes			

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		Paisagem da Cultura da Vinha do Pico - Património da Humanidade - UNESCO Maior Parque Natural dos Açores com 22 Áreas Protegidas e 7 trilhos Casa da Montanha Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha Pousada da Juventude em São Roque Madalena capital da Vinha e do Vinho Gruta das Torres - Monumento Natural Dinamização da Confraria do Vinho Artesanato único: rendas, scrimshaw, escama de peixe, folha de dragoeiro, vimes, palha, casca de milho, cedro Museus do Vinho, dos Baleeiros e da Indústria Baleeira				
	Faial	Parque Natural de carácter inovador rece-beu o prémio EDEN - European Destinations of Excellence 14 Áreas Protegidas e 9 trilhos pedestres 2 circuitos interpretativos e 1 circuito BTT Jardim Botânico do Faial Centro de Interpretação do				Inclusão do Mercado Municipal da Horta no roteiro turístico da Cidade

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		Vulcão dos Capelinhos Casa dos Dabney Aquário de Porto Pim Casa Manuel de Arriaga Fábrica da Baleia Mercado Municipal da Horta enquanto ativo turístico Museu do Faial Marina da Horta: ponto pde passagemd e veleiros internacionais Artesanato único: rendas, scrimshaw, miolo de figueira, bordado a palha sobre tule				
	Flores	8 Áreas Protegidas e 4 trilhos Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão Paisagens únicas - potencial para turismo natureza Museu das Flores Existência de espaços museológicos com interesse para o turismo cultural Artesanato único: miolo de hortênsia, colchas de lã, cedro	Falta de informação turística Falta de serviços turístico-culturais			
	Corvo	48 especies de planats endémicas da RAA Local privilegiado de				

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		<p>Observação de Aves</p> <p>2 Áreas Protegidas e 2 trilhos pedestres</p> <p>Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo</p> <p>Ecomuseu do Corvo</p> <p>Casa do Bote - posto turismo e museu</p> <p>Artesanato único: gorros de lã, fechaduras de cedro</p>				
Agricultura e Agro-Indústria	Território de Intervenção	<p>Fruta com potencial de transformação :figo,uva,laranja,araçá,nêsp era,castanha, amora</p> <p>Carne IGP</p> <p>Associação da produção</p> <p>Progressivo ajustamento estrutural</p> <p>Explorações com dimensão média razoável e menor utilização de mão de obra que média nacional</p>	<p>Fraca aposta na marca de imagem dos produtos</p> <p>Explorações muito fragmentadas</p> <p>Monocultura da vaca</p> <p>Estagnação da produção e carne</p> <p>Decréscimo na produção de leite e laticínios (exceto queijo)</p> <p>População com baixa formação</p> <p>Grande dependência de subsídios</p>	<p>Incentivos financeiros: POSEI, PRORURAL+</p> <p>População agrícola relativamente jovem</p> <p>Reconhecimento dos produtos de origem Açoriana</p> <p>Produtos agropecuários de excelência</p> <p>Potencial aumento de procura de produtos locais devido ao turismo</p>	<p>Fim das quotas leiteiras</p> <p>Aposta em produtos de baixa diferenciação</p>	<p>Marketing e consultoria para alcançar nichos de mercado</p> <p>Dinamização de agro-indústria com ligação aos produtos locais</p> <p>Aposta na diversificação: hortofrutícolas, flores, MPB, estufas, vinha</p> <p>Aposta na comercialização local: mercados locais, CAC, quiosques</p> <p>Criação e maior valor acrescentado nos produtos tradicionais</p> <p>Desenvolvimento de produtos transformados de qualidade</p> <p>Aposta na transformação e comercialização de produtos de qualidade, com organização e concentração</p>

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		<p>87,7% da produção de vinho da RAA</p> <p>21% da produção de carne bovino da RAA</p> <p>Matadouro publico em todas as ilhas</p>	<p>Dificuldade de acesso aos mercados externos</p> <p>Estruturas associativas muito dependentes de apoios publicos</p> <p>Reduzido valor acrescentado regional (lacticínios e carne)</p>			<p>Reforçar a importância da proteção dos nomes dos produtos locais enquanto mais valia económica</p> <p>Reforçar a procura de novos mercados (nichos)</p> <p>Inovação, diferenciação e especialização de produtos, processos e práticas</p> <p>Otimização e partilha de recursos</p> <p>Reforçar o associativismo junto dos produtores</p>
	São Jorge	<p>Indústria Conserveira de Santa Catarina</p> <p>Queijo de São Jorge DOP</p> <p>Indústrias familiares de doçaria tradicional</p> <p>45% do efectivo Ramo Grande da RAA</p> <p>Produção única na Europa de Café da Fajã</p>	<p>Concentração da comercialização na LACTAÇORES</p>			
	Pico	<p>Queijo do Pico DOP</p> <p>Mel de Incenso DOP</p> <p>Manteiga de qualidade</p> <p>Produção de vinhos de grande qualidade</p> <p>Potencial das 3 castas endémicas da RAA: Terantez do Pico, Verdelho dos Açores e Arinto dos Açores</p> <p>Produção de aguardentes e licores</p>	<p>Falta de produção de Queijo do Pico certificado</p> <p>Elevada % terrenos fracos</p>			

Temas	Território	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Necessidades
		Aumento da área de revitalização de vinha				
	Faial	Elevada % de terrenos férteis Produção de queijos/manteiga de qualidade Produção biológica Floricultura: proteas e hortensias Loja do Triângulo da CAIF Mercado Municipal da Horta	Concentração da comercialização na LACTAÇORES	Aumento da prática de agricultura biológica Aumento numero produtores com certificação biológica		Remodelação do Mercado Municipal da Horta Criação de central hortofrutícola
	Flores	Produção de lacticínios de qualidade: manteiga, iogurte e queijos 23% agricultores com formação profissional				
	Corvo	Queijo do Corvo produzido pela LACTICORVO	Quantidade de leite entregue na fábrica inferior às necessidades			

Esta análise suscita um conjunto de comentários, nomeadamente no que respeita às necessidades identificadas para cada área temática e à forma como as medidas disponibilizadas pelo PRORURAL+ lhes poderão dar resposta.

No que respeita ao território, demografia e qualidade de vida, a zona de intervenção da ADELIAÇOR tem como principal necessidade a fixação e rejuvenescimento da população, necessitando para tal de criar, mas sobretudo recuperar, estruturas e equipamentos de apoio às populações, permitindo a melhoria das suas condições de vida. Como referido no quadro anterior, destaca-se as necessidades em termos de equipamentos de apoio social, nomeadamente à infância e terceira idade, que, existindo em número adequado no território, necessitam de melhorias em termos de infraestruturas e equipamentos diversos. Também a recuperação e, nalguns casos a construção, de zonas de lazer de várias tipologias (parques de merendas, zonas balneares, parques de jogos, miradouros) e o aumento da oferta cultural são importantes no aumento da qualidade de vida das populações. Alguns tipos de infraestruturas colectivas e ambientais de que o território carece poderão igualmente ser abrangidos.

A actividade económica da zona de intervenção é relativamente limitada para além dos sectores do turismo e agricultura, sendo o emprego muito assente nos serviços públicos regionais e municipais. Importa assim fomentar o crescimento económico e do emprego, quer nos sectores tradicionais da agricultura e turismo, quer apostando na diversificação da actividade económica. Neste último aspecto, importa dinamizar as micro e pequenas empresas de base local, quer criando condições para o seu crescimento, quer apoiando a criação de novas empresas. Estas poderão fornecer produtos e serviços às empresas e populações locais e aos visitantes, em meio “urbano” e rural em todos os sectores da economia, contribuindo assim para a criação de riqueza e de emprego e para a fixação de população em idade activa.

O turismo, muito assente no ambiente e património da zona de intervenção, tem já uma grande importância no tecido económico da zona de intervenção. Contudo, o seu previsível crescimento nos próximos anos poderá ser a grande oportunidade de dinamização económica e criação de emprego neste território. As condições naturais e ambientais dos Açores, e da zona de intervenção em particular com numerosas classificações ambientais e paisagísticas, associadas a uma crescente divulgação da Região a nível mundial e ao crescimento da procura de tipos de

turismo alternativos ao “sol e praia”, levarão certamente a um acréscimo do afluxo de turistas, nacionais e estrangeiros, a este território. Nesse sentido é fundamental que a Região esteja preparada e dotada dos meios e recursos para tirar o máximo partido deste contexto, assegurando que as suas condições de excelência não se deterioram. Surge assim um enorme conjunto de oportunidades que urge potenciar – no turismo de natureza (trilhos e outros percursos pedestres, a cavalo, de bicicleta, canyoning, miradouros, fajãs), no turismo ligado às actividades marítimas (observação de cetáceos, observação de aves, mergulho, passeios de barco, surf), no turismo ligado ao património, cultura e religião locais (rotas da baleia, do vinho, das lagoas, dos moinhos, impérios do Espírito Santo, artesanato e tradições locais), no turismo gastronómico (vinho do Pico, queijo, manteiga, carne, peixe, mel, café, doçaria) – mas sobretudo na capacidade de oferecer de forma integrada todos estes produtos e serviços, com uma percepção de qualidade, sustentabilidade e tradição. Há assim enormes oportunidades na criação e desenvolvimento de serviços de animação turística, que possam oferecer estes serviços de forma coordenada e integrada, promovendo experiências mais que produtos, tal como a integração desta oferta com a restauração e alojamento, associada à melhoria da qualidade e diversidade destas actividades. Todo este conjunto de actividades e serviços, que deverão ser dinamizados em todas as ilhas da zona de intervenção, poderão, se bem aproveitados, gerar riqueza, valor acrescentado e emprego, bem como uma valorização dos produtos regionais e da própria designação “Açores”.

No que respeita à agricultura e agro-indústria, o território é essencialmente marcado pela pecuária de leite e carne, obtendo-se produtos de grande qualidade (queijo de São Jorge DOP, queijo da Ilha e queijos específicos de cada ilha, manteiga e iogurte, carne), embora nem sempre com a desejada valorização. As outras produções são muito incipientes em termos de ocupação cultural, embora o vinho do Pico tenha já um importante destaque. Refira-se ainda alguns outros produtos locais interessantes, como o mel, as ameijoas, o atum e o café de São Jorge e algumas frutas e hortícolas. O grau de transformação, para além dos lacticínios e vinho, é muito reduzido. É assim fundamental potenciar a diversificação das produções e o acréscimo do seu valor acrescentado, fomentando a ligação ao turismo e à procura de produtos locais de qualidade dele decorrente. O aumento da produção de frutas e hortícolas, eventualmente com produção em regime biológico, a melhoria da imagem, embalamento e rotulagem dos produtos

locais e a sua promoção e divulgação de forma integrada em todo o território é, assim, de grande relevo.

6.3. Estratégia de desenvolvimento local

O objectivo central da actuação da ADELIAÇOR no seu território de intervenção é o aumento da qualidade de vida das suas populações, em todas as suas dimensões – económica, social e ambiental.

A sua actuação coerente e concertada num território que, apesar da sua coerência global, apresenta uma enorme dispersão e diversidade de características em cada uma das ilhas que o compõem, é fundamental para que se atinja o objectivo central numa lógica de proximidade e subsidiariedade.

Pretende-se assim desenvolver e apoiar acções e projectos de carácter inovador e diferenciador, que tirem partido do território no seu conjunto, de forma articulada, e que fomentem as suas características intrínsecas, únicas e diferenciadoras, como motor do desenvolvimento económico, do emprego e da coesão social.

Assim, serão a todos os níveis privilegiadas acções e projectos que prevejam a reabilitação e refuncionalização do património existente, a utilização e divulgação dos produtos locais, a recuperação e promoção da cultura, património etnográfico e ambiente e o aproveitamento de todos os vastos recursos de que este território dispõe. Serão ainda privilegiadas as acções e projectos que promovam uma melhoria das condições de bem-estar dos segmentos mais fragilizados da população.

O apoio à actividade económica privada terá uma importância decisiva na acção da ADELIAÇOR, privilegiando a criação e desenvolvimento de empresas e negócios, em todos os sectores de actividade que promovam bens e serviços necessários às populações e visitantes, que contribuam para a criação de valor acrescentado de base local, utilizando os produtos e recursos do território, para a preservação do ambiente e para a criação e fixação de emprego. Neste âmbito, a aposta na diferenciação e diversificação e a actividade turística, em termos de alojamento e actividades de lazer, terão especial relevância.

No âmbito dos apoios sociais, a primazia será conferida ao desenvolvimento de serviços em áreas e locais em que ainda não existe resposta social ou cuja taxa de cobertura esteja aquém dos 100%, que permitam uma maior integração das populações mais fragilizadas e que tragam inovação em termos de oferta e valências. Os apoios relacionados com as infraestruturas e património privilegiarão a preservação do ambiente, a valorização do património existente e a diferenciação e inovação da oferta.

6.4. Visão e objectivos

Tendo em conta as características do território de intervenção da ADELIAÇOR e a análise SWOT e necessidades anteriormente identificadas e a estratégia de desenvolvimento delineada, a ADELIAÇOR definiu uma Visão para a sua actuação neste território no período 2014-2020:

VISÃO
PENSAR GLOBAL - AGIR LOCAL

Esta Visão procura traduzir o posicionamento da ADELIAÇOR perante as circunstâncias do seu território e as ameaças e oportunidades com que este se depara.

Esta actuação parte de “Pensar Global”, isto é, situar o território a nível regional, nacional e internacional, conhecendo e promovendo as suas potencialidades e factores diferenciadores face a outros territórios, identificando melhores práticas em diversas áreas socio-económicas, captando fluxos turísticos a nível global, e traduz-se em “Agir Local”, ou seja, em actuações em pequena escala no território que permitam potenciar os pontos fortes e oportunidades do território, fomentar os seus factores diferenciadores intrínsecos e transpor as melhores práticas para a realidade local.

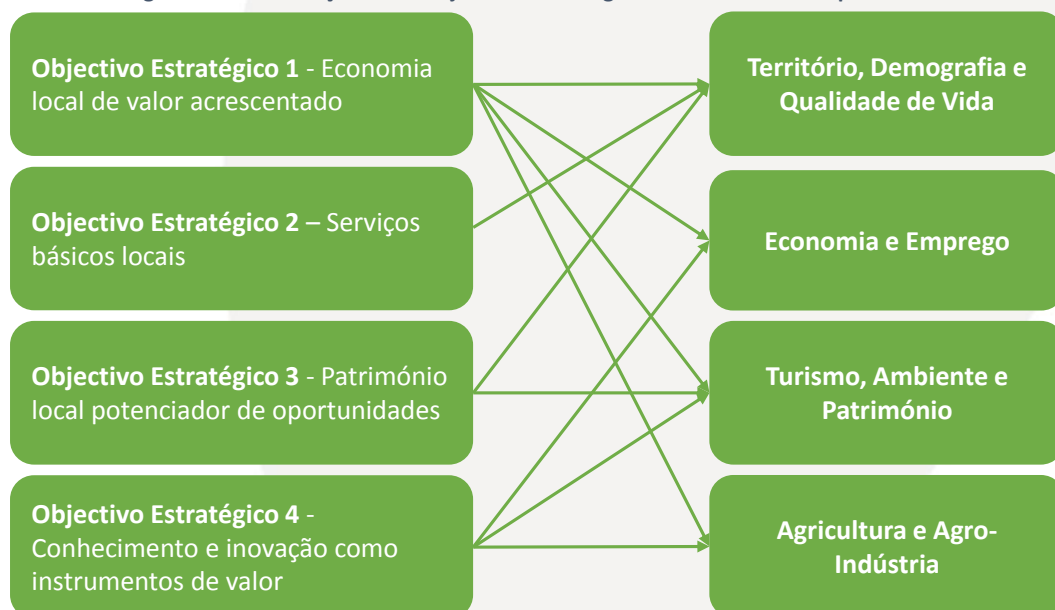
Desta Visão decorrem os quatro Objectivos Estratégicos fundamentais, que são apresentados no esquema seguinte.

Figura 6.2 – Visão e objectivos estratégicos da EDL



Este conjunto de Objectivos Estratégicos pretende dar resposta ao conjunto de necessidades identificadas em cada uma das áreas temáticas acima analisadas, assegurando que todas elas são abordadas, naturalmente tendo em conta a capacidade de intervenção da ADELIAÇOR no seu território.

Figura 6.3 – Articulação entre objectivos estratégicos e áreas temáticas prioritárias



De forma a responder objectivamente a cada uma das necessidades identificadas, cada um dos quatro Objectivos Estratégicos foi desagregado em Objectivos Operacionais, que pretendem traduzir as áreas e tipologias de intervenção que se pretende privilegiar no período 2014-2020. Estes Objectivos Operacionais são apresentados na figura seguinte:

Figura 6.4 - Objectivos estratégicos e objectivos operacionais da EDL



O Objectivo Estratégico “Economia Local de Valor Acrescentado”, pretende traduzir a necessidade de criação de condições para a dinamização da economia de base local, assente nas micro e pequenas empresas em todos os sectores da economia e na melhoria da sua capacidade de criar valor, obtendo uma maior eficiência na utilização dos recursos e valorizando os produtos e características intrínsecas do território, contribuindo assim para o crescimento económico e para a manutenção e criação de emprego e para a fixação de população em idade activa. Para atingir este objectivo foram traçados três Objectivos Operacionais a prosseguir, que se interligam entre si:

- O “turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível”, pretendendo-se fomentar o aumento da quantidade, qualidade e diversidade da oferta turística no território como um dos principais motores do seu desenvolvimento e criação de emprego, assente nas características endógenas do território (as suas condições naturais, localização geográfica, recursos naturais), na sua paisagem humanizada (pastagens, vinha, fajãs) e nos seus produtos tradicionais de qualidade reconhecida (queijo, vinho, mel, carne, artesanato). O tipo de turismo que se pretende desenvolver será necessariamente sustentável, contribuindo para a preservação e melhoria destes recursos, e aberto a todos os que tenham disposição para os valorizar, oferecendo não só produtos e serviços mas também experiências e vivências;

- A “diversificação para actividades não agrícolas” reflecte o desiderato de maximizar o potencial associado à actividade económica mais relevante em termos de ocupação do território, a agricultura, fomentando a utilização dos recursos associados às explorações agrícolas (humanos e materiais) na diversificação de actividades, contribuindo para a geração de proveitos adicionais e para a fixação da mão-de-obra. O turismo em espaço rural, o artesanato, a gastronomia/restauração, a comercialização de produtos da exploração, são exemplos de actividades de diversificação a prosseguir. Neste objectivo cabe ainda a diversificação fora das explorações agrícolas, para outras actividades que permitam, em qualquer sector da economia local, fornecer bens e serviços às populações locais e aos seus visitantes;
- Com a “eficiência nos sectores comercialização e transformação de produtos agrícolas” pretende-se dotar as explorações agrícolas e estruturas de transformação e comercialização (associações, cooperativas, empresas) de melhores condições de laboração, promoção e comercialização dos produtos regionais ou mesmo a criação de pequenas unidades de transformação e comercialização. Pretende-se, a título de exemplo, fomentar investimentos em pequenas unidades nas explorações, pequenas estruturas de comercialização nas explorações ou em meio urbano ou na criação de rótulos e marcas que permitam diferenciar as produções locais.

O Objectivo Estratégico “Serviços Básicos Locais” traduz a preocupação com o aumento da qualidade de vida das populações do território de intervenção, factor também essencial à sua fixação, em todos os aspectos fundamentais como sejam a disponibilidade de serviços de saúde e bem-estar para as populações mais fragilizadas e o acesso a serviços e estruturas de lazer e cultura que permitam a ocupação de tempos livres e a valorização pessoal das populações abrangidas, que estão distantes dos principais centros urbanos. Foram assim identificados três Objectivos Operacionais a alcançar:

- Com o objectivo “serviços promotores de inclusão social” pretende-se reforçar a capacidade das instituições dedicadas ao apoio social de intervirem com qualidade e abrangência nos seus locais de implantação, possibilitando o acesso das populações mais fragilizadas (idosos, crianças, portadores de deficiências) a serviços de proximidade e qualidade que lhes permitam viver uma vida com as condições mínimas de dignidade,

acompanhamento e saúde. Destaca-se, entre outros, a necessidade de equipamento de lares, centros de actividades ocupacionais, creches e jardins-de-infância;

- Com os “serviços de lazer e cultura” tem-se o objectivo de fomentar o acesso das populações a locais e serviços de entretenimento que lhes permitam disfrutar das condições naturais da sua região, da preservação das suas tradições e de melhores condições de valorização pessoal. Pretende-se assim desenvolver e melhorar, entre outras, zonas de lazer, zonas balneares, parques recreativos, locais de convívio ou núcleos museológicos;
- A melhoria das condições de “acessibilidade e mobilidade” das populações pretende contribuir para promover o acesso de todas as camadas da população, particularmente as mais fragilizadas, a serviços e cuidados de proximidade que lhes permitam aumentar a sua qualidade de vida. Este objectivo poderá traduzir-se no fomento do investimento em viaturas adaptadas e outras formas de mobilidade ou na criação de condições para a prática de diversas actividades que, em condições normais, estariam inacessíveis a estes estratos da população.

Com o Objectivo Estratégico “Património Local Potenciador de Oportunidades” pretende-se demonstrar a importância da preservação e divulgação do património histórico, cultural e etnográfico da zona de intervenção como gerador de oportunidades de fomento económico e criação de emprego a nível local. Este objectivo é traduzido em quatro Objectivos Operacionais, de carácter económico, social e ambiental, que se interligam entre si e com os restantes objectivos operacionais apresentados:

- A “valorização do património edificado, cultural e natural, com fins turísticos” é um objectivo fundamental com o qual se pretende melhorar, valorizar, recuperar e tornar acessível o património do território de intervenção com o propósito de o disponibilizar às populações locais e à actividade turística. Este património, de carácter arquitectónico (edifícios históricos, moinhos, fontanários, maroiços), cultural (museus, rotas) e natural, é o maior activo da zona de intervenção em termos turísticos, sendo a sua valorização fundamental em termos de dinamização da actividade turística;
- Com a “reconversão e refuncionalização de edifícios” tem-se como objectivo manter e recuperar o património edificado da região de forma a reutilizá-lo com novas finalidades. De facto, mais que apostar na construção de novas estruturas, é

fundamental utilizar de forma adequada as já existentes, promovendo a sua requalificação com fins turísticos (nomeadamente TER), sociais e culturais, evitando simultaneamente os efeitos nocivos em termos urbanísticos e paisagísticos da construção de novos edifícios ou da degradação dos existentes;

- A criação de “infra-estruturas de recreio, informação turística e turismo de pequena escala” é fundamental na promoção da qualidade de vida das populações e na criação de melhores condições para os turistas que crescentemente visitam a região. A existência de locais de informação turística, em pontos-chave de cada ilha, é prioritária na promoção e divulgação articulada e coerente da respectiva oferta turística (alojamento, restauração, actividades diversas, rotas, cultura, património visitável), que facilite o seu conhecimento e usufruto por parte de quem as visita. As infra-estruturas de recreio e o turismo de pequena escala permitirão o usufruto das condições naturais e culturais do território por parte das populações locais e turistas;
- A “sensibilização ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos” tem por objectivo promover práticas ambientais adequadas e sustentáveis por parte das populações e serviços públicos, não só promovendo acções de sensibilização e consciencialização para as boas práticas ambientais, como também dotando as diversas entidades intervenientes de condições para a sua implementação, nomeadamente quanto à promoção da utilização de energias renováveis nas empresas e serviços públicos, da melhoria das condições de recolha selectiva de lixo urbano, entre outros.

Um último Objectivo Estratégico, transversal a toda a acção da ADELIAÇOR no seu território de intervenção, é o “Conhecimento e Inovação como Instrumentos de Valor”. Com este objectivo pretende-se traduzir uma preocupação constante com a aposta no conhecimento, inovação, capacitação e diferenciação, que deverá ser transversal a todas as acções e projectos. Este objectivo é decomposto em três Objectivos Operacionais:

- A “capacitação dos agentes económicos” é uma prioridade a seguir na própria acção da ADELIAÇOR, procurando criar condições para uma melhoria da qualificação e conhecimento das entidades que operam no seu território, nomeadamente pequenas empresas de diversas actividades económicas;
- A promoção de “novos produtos, serviços e conhecimentos especializados” deverá ser um importante critério diferenciador das acções a realizar e apoiar, privilegiando

aquelas que promovam uma maior especialização, inovação e diferenciação dos produtos e serviços a oferecer face à realidade actual de cada ilha e território;

- Também com o objectivo “3 P's: produtos, processos e práticas” se pretende privilegiar as acções e projectos que aportem uma clara preocupação com a inovação em termos de produtos e sua promoção e divulgação, associada aos factores distintivos e às tradições deste território, bem como quanto aos processos e práticas no fornecimento de bens e serviços.

6.5. Complementaridade e coerência com outros instrumentos de política

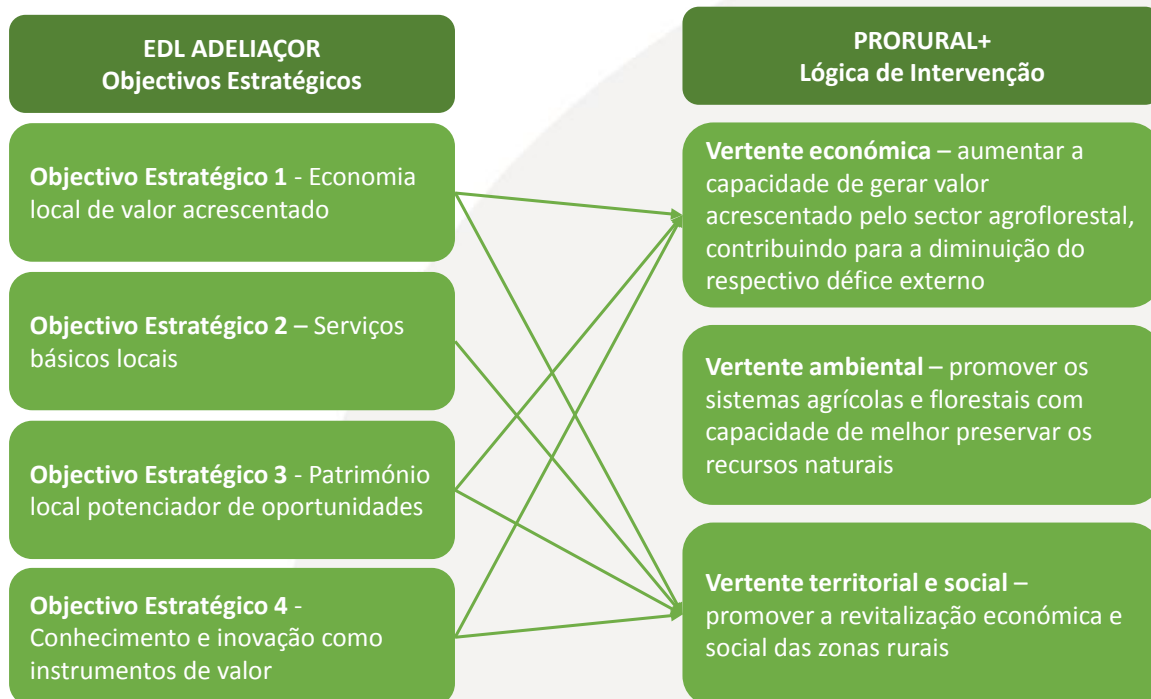
A implementação da EDL da ADELIAÇOR através do conjunto de Intervenções previstas no PRORURAL+ e detalhadas nos pontos seguintes, pressupõe a sua complementaridade com os outros instrumentos de política presentes no mesmo território e que sobre ele actuam apoiando diversos tipos de projectos e investimentos.

É assim crucial assegurar que a intervenção da ADELIAÇOR é coerente com estes outros instrumentos e que estes actuam de forma complementar.

Do conjunto de instrumentos de apoio existentes, destaca-se como tendo maior necessidade de articulação com a EDL da ADELIAÇOR, o PRORURAL+ (na sua globalidade) e o PO AÇORES 2014-2020.

No que respeita ao PRORURAL+, os Objectivos Estratégicos definidos pela ADELIAÇOR para a sua EDL são essencialmente coerentes com duas das três vertentes fundamentais da lógica de intervenção deste Programa – as suas vertentes económica e territorial/social, às quais todos os Objectivos Estratégicos da EDL se dirigem.

Figura 6.5 – Relação entre os Objectivos Estratégicos da EDL e a lógica de intervenção do PRORURAL+



Numa análise mais detalhada, verifica-se igualmente uma grande coerência entre as várias Intervenções da EDL e as necessidades identificadas no âmbito do PRORURAL+:

Tabela 6.2 - Relação entre as Intervenções da EDL e as necessidades do PRORURAL+

Necessidades PRORURAL+	Intervenções EDL ADELIACOR				
	6.4 Investimento na criação e no desenvolvimento de actividades não agrícolas	7.2 Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	7.4 Investimentos em serviços básicos locais	7.5 Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	7.6 Investimentos associados ao património cultural e natural e acções de sensibilização ambiental
1. Acautelar impactos sociais e ambientais negativos	X	X	X	X	X
2. Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território		X	X		
3. Assegurar a sustentabilidade das explorações agrícolas do ponto de vista económico, social e ambiental	X			X	X
4. Assegurar o desenvolvimento de atribuições, competências e de padrão de serviços dos técnicos					
5. Atenuar as agressões da actividade agrícola e florestal sobre os recursos nas zonas rurais					
6. Aumentar o valor acrescentado do sector agro-transformador	X				
7. Conservar e valorizar o património natural e paisagístico, cultural e arquitectónico	X			X	X
8. Continuar a estratégia de melhoria de infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal					
9. Criar agrupamentos de produtores com capacidade de armazenamento e escoamento					
10. Criar o Incentivo ao Seguro Agrícola					
11. Desenvolver tecnologia e prestar serviços de qualidade de apoio à produção e à indústria regional	X				
12. Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes	X			X	X
13. Dinamizar o uso da floresta e apoiar a utilização das terras florestais através de pagamentos silvo-ambientais e Natura 2000					
14. Diversificar a economia e criação de emprego nas comunidades rurais	X			X	X
15. Estimular a I&D agro-pecuária, florestal e agro-alimentar na Região	X	X			
16. Garantir o fornecimento de bens públicos					X
17. Incentivar práticas agrícolas e florestais e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade					
18. Manter a agricultura e a população agrícola em determinados territórios mais frágeis do ponto de vista social e económico	X	X	X	X	X
19. Melhorar a capacidade de comercialização dos produtos florestais					
20. Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais					
21. Melhorar as competências da esfera da gestão técnica das explorações e empresas agro-transformadoras e florestais					
22. Organizar a fileira florestal					
23. Organizar a gestão da água					
24. Preservar recursos genéticos e paisagísticos					X
25. Promover a aplicação de novas técnicas e métodos silvícolas com o objectivo de aumentar o desempenho das explorações florestais					
26. Promover a protecção dos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas					
27. Promover melhoria da eficiência energética	X	X			
28. Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural	X	X		X	X
29. Qualificar os produtores agrícolas e florestais					
30. Reforçar as relações entre a produção primária e a agro-indústria	X				
31. Reforçar o papel protector da floresta					
32. Utilizar as TIC na diminuição dos custos de insularidade		X			

Como se pode verificar, as Intervenções da EDL terão um forte contributo para muitas das necessidades identificadas ao abrigo do PRORURAL+.

Em termos operacionais, não se verifica qualquer sobreposição entre as Intervenções propostas no âmbito da EDL e as medidas e acções do PRORURAL+ não abrangidas pela abordagem LEADER. De facto, as diversas medidas do PRORURAL+ estão muito bem delimitadas, essencialmente através dos CAE elegíveis em cada uma, com objectivos, beneficiários e apoios

complementares mas não sobrepostos. No âmbito das Intervenções 7.2 a 7.6 esta delimitação é evidente, uma vez que os CAE abrangidos não são enquadrados nas restantes medidas do Programa. No que respeita à Intervenção 6.4, esta exclui os CAE agrícolas e inclui a grande maioria dos restantes CAEs, de forma inversa ao que acontece na medida 4.1. Apenas os CAE relativos à transformação e comercialização de produtos agrícolas são abrangidos simultaneamente pela medida 4.2 e pela Intervenção 6.4, sendo neste caso a delimitação conseguida através do montante de investimento elegível, que é inferior a 25.000 € no caso da Intervenção 6.4 e igual ou superior a este valor no caso da medida 4.2 (alínea a) do n.º 1 do art.º 10º da Portaria n.º 48/2015).

No que respeita ao PO Açores 2014-2020 foi já referida no ponto 5.2 a articulação entre as Intervenções da EDL e as principais linhas estratégicas deste Programa. Uma vez que o PO Açores será implementado quer através do programa Competir+, quer através de apoios mais dirigidos a entidades públicas e associativas, é necessário abordar a complementaridade da EDL com cada uma destas vertentes.

No que respeita ao Competir+, há uma certa similitude na abrangência dos apoios a conceder no âmbito da Intervenção 6.4 da EDL da ADELIAÇOR e de vários dos sub-sistemas de apoio deste Programa, nomeadamente:

- O subsistema de incentivos para o fomento da base económica de exportação, no que respeita aos investimentos no sector agro-alimentar, turismo e outras actividades;
- O subsistema de incentivos para a qualificação e inovação, no que se refere à inovação em termos de produtos e serviços e a estratégias de comercialização e qualidade;
- O subsistema de incentivos para o empreendedorismo qualificado e criativo, essencialmente no que se relaciona com o apoio a novas empresas e produtos dinamizados por jovens empresários;
- O subsistema de incentivos para o desenvolvimento local, no apoio a empresas de grande parte dos sectores de actividade para o mercado local.

Ao contrário do que acontece com as medidas do PRORURAL+, não foi estabelecida uma clara delimitação entre a implementação dos apoios previstos no âmbito da EDL da ADELIAÇOR e

estes sub-sistemas do Competir+. Poderá assim acontecer que o mesmo projecto tenha enquadramento nos dois sistemas de apoio.

Sendo a abordagem LEADER muito vocacionada para o apoio a projectos de âmbito local, com enfoque na utilização e valorização dos produtos e serviços de carácter local e tendencialmente de menor dimensão, a diferenciação entre os sistemas de apoio será fundamentalmente feita com base nos critérios de selecção estipulados pela ADELIAÇOR, que permitirão seleccionar os projectos que melhor se enquadram na sua EDL e nas prioridades definidas para o seu território, sabendo que os restantes projectos terão sempre elegibilidade no âmbito do Competir+.

Desta forma, fica assim assegurada a complementaridade e coerência entre estes sistemas de apoio, assente não em critérios de delimitação objectivos, mas num enquadramento mais selectivo e mais direccionado dos projectos da ADELIAÇOR face ao enquadramento mais generalista do Competir+, assegurando a elegibilidade de todos os projectos com mérito para tal.

Ainda no âmbito do PO Açores 2014-2020, há interacções com os apoios LEADER no âmbito das suas Intervensões 7.2 e 7.4 e 7.5 e 7.6.

As Intervensões 7.2 e 7.4, essencialmente vocacionadas para o apoio às populações através de projectos de carácter social mas também para as novas tecnologias e para a energia, complementam as seguintes prioridades de investimento do PO Açores:

- 2.3 - Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;
- 4.1 - Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis;
- 4.2 - Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;
- 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no sector da habitação;
- 6.1 - Investimentos no sector dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;

- 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
- 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
- 9.9 - Concessão de apoio a empresas sociais.

As Intervenções 7.5 e 7.6, vocacionadas para o apoio ao lazer, turismo, património e ambiente, articulam-se essencialmente as seguintes prioridades de investimento do PO Açores:

- 6.3 - Conservação, protecção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
- 6.4 - Protecção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;
- 6.5 - Adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

Mais uma vez não existe uma delimitação clara de intervenções entre as tipologias de apoio do PO Açores 2014-2020 e da abordagem LEADER, apesar de, nalgumas situações, a inelegibilidade de algumas tipologias de beneficiários num dos sistemas de apoio assumir essa função.

Assim, mais uma vez será essencialmente a tipologia dos projectos e, fundamentalmente, o seu impacto a nível local e a sua adequação à EDL que determinarão o apoio através da ADELIAÇOR, deixando os restantes para o apoio mais abrangente por parte do PO Açores.

Neste sentido, é determinante a adequação dos critérios de selecção, apresentados no ponto 6.7 deste documento.

6.6. Intervenções e metas

Tal como referido no ponto 5.1 deste documento, o PRORURAL+ disponibiliza para ser gerido através da abordagem LEADER o seguinte conjunto de Intervenções:

- 6.4 Investimento na criação e no desenvolvimento de actividades não agrícolas;
- 7.2 Investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia;
- 7.4 Investimentos em serviços básicos locais;
- 7.5 Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas;
- 7.6 Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental.

Na tabela seguinte é apresentada a relação entre estas Intervenções e os objectivos estratégicos e operacionais da EDL da ADELIAÇOR, permitindo verificar a forma como a sua implementação possibilitará a prossecução de cada um destes objectivos.

Tabela 6.3 – Articulação entre as Intervenções do PRORURAL+ e os objectivos estratégicos da EDL

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	Intervenções PRORURAL+				
		6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais	7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental
Economia local de valor acrescentado	Turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível	XX			X	
	Diversificação para actividades não agrícolas	XX			X	X
	Eficiência nos sectores comercialização e transformação de produtos agrícolas	XX				
Serviços básicos locais	Serviços promotores de inclusão social			XX		
	Serviços de lazer e cultura		X	X	XX	XX
	Acessibilidade e mobilidade		XX	XX		
Património local potenciador de oportunidades	Valorização do património edificado, cultural e natural, com fins turísticos	X	X		XX	X
	Reconversão e refuncionalização de edifícios			X	X	XX
	Infra estruturas de recreio, informação turística e turismo de pequena escala	X	X		XX	X
	Sensibilização Ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos		XX	XX		XX
Conhecimento e inovação como instrumentos de valor	Capacitação dos agentes económicos	X	X	X	X	X
	Novos produtos, serviços e conhecimentos especializados	X	X		X	X
	3 P's: produtos, processos e práticas	X	X		X	X

Nota: XX – relação directa; X – relação indirecta.

Estando definidas estas Intervenções, a sua implementação no território de intervenção da ADELIAÇOR fica naturalmente subordinada à EDL acima apresentada e aos objectivos que a concretizam. Assim, apresenta-se na tabela seguinte, para cada uma das Intervenções, o

entendimento da ADELIAÇOR quanto à sua aplicação neste território, nomeadamente quanto às principais tipologias de projectos a apoiar e às prioridades a conceder na sua análise e decisão.

Tabela 6.4 – Principais características das intervenções a implementar

Intervenção	Projectos Elegíveis	Tipologias Principais	Prioridades
6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> - todos os projectos de investimento em empresas de bens e serviços em qualquer sector de actividade (excepto agricultura e pesca e seus transformados), nas explorações agrícolas e fora destas, nomeadamente no sector do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - iniciativas empresariais promotoras do saber fazer tradicional; - actividades lúdicas de carácter inovador; - criação de empresas em áreas de manifesta carência no mercado local ou com capacidade para exportação, de bens ou serviços; - estruturas de apoio ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - conformidade com EDL; - criação de produtos e serviços inovadores (não existentes na Ilha); - criação de emprego; - promoção da competitividade e diversificação de oferta; - recuperação/modernização/refuncionalização de estruturas já existentes; - impacto ambiental positivo.
7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	<ul style="list-style-type: none"> - criação de serviços básicos para as actividades económicas; - criação ou remodelação de estruturas de suporte ao desenvolvimento da economia rural; - promoção da utilização de energias renováveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - dinamização de locais de informação de apoio às actividades locais e aos visitantes; - criação de Incubadoras de Empresas e de serviços técnicos de apoio às empresas; - criação de plataformas informáticas (p.e. videoconferência, acesso à internet, Living Labs); - instalação integrada de energias renováveis; - criação e/ou requalificação de mercados municipais, postos de venda e salas de prova. 	<ul style="list-style-type: none"> - conformidade com EDL; - criação de produtos e serviços inovadores (não existentes na Freguesia/Concelho); - promoção da diversificação de oferta; - promoção da inovação; - dinamização do tecido empresarial.
7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais	<ul style="list-style-type: none"> - implementação de iniciativas de apoio ao bem-estar social; - serviços para a população local que contribuam para a integração e valorização social; - respostas sociais para públicos-alvo específicos, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> - criação de serviços de apoio a idosos, deficientes e grupos desfavorecidos; - dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante; - criação de serviços de apoio à infância e a jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - conformidade com EDL; - resposta em parceria com redes sociais locais; - inclusão social de grupos sociais fragilizados; - resposta social a falhas na oferta local; - taxa de cobertura face a necessidades de intervenção social; - reforço da acessibilidade e mobilidade das população mais fragilizadas.
7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	<ul style="list-style-type: none"> - dinamização de actividades e serviços de apoio turístico; - criação e promoção de estruturas de apoio ao turismo temático (itinerários ou rotas); - desenvolvimento de conteúdos e estruturas de promoção turística inovadores; - criação de produtos turísticos associados à valorização ambiental; - promoção do turismo inclusivo; - promoção do turismo cultural e enogastronómico. 	<ul style="list-style-type: none"> - criação de infra estruturas essenciais à implementação de rotas, percursos, sinalética agregados a programas de divulgação e animação turística; - centros de informação turística e sinalização de locais turísticos; - dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas e de lazer agregados a programas de divulgação e animação turística; - construção e beneficiação de zonas de lazer; - recuperação e beneficiação de trilhos e sinalética. 	<ul style="list-style-type: none"> - conformidade com EDL; - pertinência da intervenção face à carência na área territorial; - valorização do património para fins turísticos; - diferenciação da oferta; - impacto ambiental positivo.
7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - recuperação, conservação, valorização e promoção do património natural, paisagístico, cultural e arquitectónico; - dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local; - promoção a sustentabilidade e sensibilização ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - promoção do património arquitectónico tradicional; - preservação e recuperação de práticas e tradições culturais; - refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental; - actividades de sensibilização ambiental; - aquisição de fardamentos, trajes, para filarmónicas, grupos folclóricos, grupos de cantares e confrarias; - aquisição de instrumentos musicais. 	<ul style="list-style-type: none"> - sensibilização ambiental; - divulgação cultural; - recuperação/modernização/refuncionalização de património edificado; - conformidade com EDL; - promoção do património local; - impacto ambiental positivo.

A forma de implementação de cada uma das Intervenções, em coerência com o quadro anterior e com os princípios enunciados nos pontos anteriores, está detalhada no Anexo I, nomeadamente quanto às tipologias de projectos, níveis e limites das ajudas e beneficiários enquadráveis.

A implementação das Intervenções deverá contribuir para o apoio a projectos concretos que se traduzam em contributos efectivos para cada um dos Objectivos Estratégicos e Operacionais definidos, numa lógica de hierarquia de objectivos quantificados e mensuráveis. Assim, com a implementação das Intervenções espera-se alcançar os seguintes resultados:

Quadro 6.1 – Indicadores de resultado por objectivo estratégico

Objectivos Estratégicos	N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários	
		N.º de empregos criados nos projectos apoiados	População rural que beneficia de novos ou melhores serviços e/ou infraestruturas
Economia local de valor acrescentado	37	37	-
Serviços básicos locais	29	11	55,0%
Património local potenciador de oportunidades	33	5	100,0%
Conhecimento e inovação como instrumentos de valor	58	-	-

Cada uma destas metas em termos de Objectivos Estratégicos será obtida pelo contributo para cada um dos respectivos Objectivos Operacionais, de acordo com as metas que de seguida são traçadas:

Quadro 6.2 – Indicadores de resultado por objectivo operacional

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	
		N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários
			N.º de empregos permanentes criados nos projectos apoiados
Economia local de valor acrescentado	Turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível	17	17
	Diversificação para actividades não agrícolas	10	10
	Eficiência nos sectores comercialização e transformação de produtos agrícolas	10	10

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia		
		N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários	
			N.º de empregos criados nos projectos apoiados	População rural que beneficia de novos ou melhores serviços e/ou infraestruturas
Serviços básicos locais	Acessibilidade e mobilidade	4	2	8,0%
Património local potenciador de oportunidades	Sensibilização Ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos	6	0	11,0%

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais		
		N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários	
			N.º de empregos criados nos projectos apoiados	População rural que beneficia de novos ou melhores serviços e/ou infraestruturas
Serviços básicos locais	Serviços promotores de inclusão social	6	5	11,0%
	Acessibilidade e mobilidade	3	2	5,7%
Património local potenciador de oportunidades	Sensibilização Ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos	1	0	2,0%

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
		N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários	
			N.º de empregos criados nos projectos apoiados	População rural que beneficia de novos ou melhores serviços e/ou infraestruturas
Serviços básicos locais	Serviços de lazer e cultura	6	2	11,0%
Património local potenciador de oportunidades	Valorização do património edificado, cultural e natural, com fins turísticos	7	2	13,0%
	Infra estruturas de recreio, informação turística e turismo de pequena escala	8	3	15,0%

Objectivos Estratégicos	Objectivos Operacionais	7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental		
		N.º Projectos	Indicadores de Resultado Comunitários	
			N.º de empregos criados nos projectos apoiados	População rural que beneficia de novos ou melhores serviços e/ou infraestruturas
Serviços básicos locais	Serviços de lazer e cultura	10	0	19,0%
Património local potenciador de oportunidades	Reconversão e refuncionalização de edifícios	8	0	15,0%
	Sensibilização Ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos	3	0	6,0%

Estando determinado este conjunto de metas por objectivo, é importante ainda traçar um conjunto de indicadores de realização, e respectivas metas quantificadas, para cada uma das Intervenções propostas na EDL a alcançar até final do período de programação.

Quadro 6.3 – Indicadores de realização por Intervenção até 2023

Intervenção	N.º projectos apoiados	Investimento total (€)	Nº empresas apoiadas (excepto turismo)	Nº TER apoiados	Nº outros projectos turísticos apoiados	Nº de projectos de carácter social apoiados	Nº de projectos de lazer e cultura apoiados	N.º projectos de associados ao património local apoiados	Nº de projectos de carácter ambiental apoiados	Nº de projectos com inovação
6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	37	3.186.968,72	20	7	10	-	-	-	-	37
7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	10	486.842,37	-	-	-	4	-	-	6	-
7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais	10	486.842,37	-	-	-	9	-	-	1	-
7.5 – Investimento em Infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	21	993.135,44	-	-	8	-	6	7	-	11
7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental	21	993.135,44	-	-	-	-	10	8	3	11

Tendo em conta a necessidade de estabelecimento de metas intercalares, para efeitos de monitorização da evolução da implementação da programação, bem como no âmbito da possível reafectação da reserva de desempenho, foram estabelecidos valores indicativos a atingir até 2018, que são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 6.4 – Indicadores de realização por Intervenção até 2018

Intervenção	N.º projectos apoiados	Investimento total (€)	N.º empresas apoiadas (excepto turismo)	N.º TER apoiados	N.º outros projectos turísticos apoiados	N.º de projectos de carácter social apoiados	N.º de projectos de lazer e cultura apoiados	N.º projectos de associados ao património local apoiados	N.º de projectos de carácter ambiental apoiados	N.º de projectos com inovação
6.4 – Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades não Agrícolas	15	1.274.787,49	8	3	4	-	-	-	-	15
7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4	194.736,95	-	-	-	2	-	-	2	-
7.4 – Investimento em Serviços Básicos Locais	4	194.736,95	-	-	-	4	-	-	0	-
7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	8	397.254,18	-	-	3	-	2	3	-	4
7.6 – Investimentos associados ao Património Cultural e Natural e ações de Sensibilização Ambiental	8	397.254,18	-	-	-	-	4	3	1	4

6.7. Critérios de selecção de projectos

A prossecução da EDL e dos seus Objectivos Estratégicos e Operacionais através de cada uma das Intervensões propostas é, em grande medida, conduzida através de um conjunto de critérios de selecção que permitem classificar e hierarquizar as candidaturas com o objectivo de, de forma objectiva e transparente, alocar os recursos disponíveis àquelas que melhor traduzem os referidos objectivos e mais efectivamente contribuem para o desenvolvimento socio-económico do território.

A tabela seguinte apresenta os critérios de selecção a utilizar na implementação da EDL da ADELIAÇOR:

Tabela 6.5 – Critérios de selecção de candidaturas

Pontuação Final		6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de actividades não agrícolas		7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis		7.4 – Investimento em serviços básicos locais	
A. Nível de Adequação à EDL	40%	Contributo do Projeto para a EDL	40	Contributo do Projeto para a EDL	40	Contributo do Projeto para a EDL	40
		Falhas de Mercado	40	Falha de Mercado	40	Resposta Social	30
		Complementaridade de Intervenções	20	Complementaridade de Intervenções	20	Taxa de Cobertura	30
B. Análise Técnica	40%	Tipologia de Projecto	20	Diferenciação da Oferta	30	Resposta em Parceria	35
		Diversificação da Oferta	20	Inovação - 3 Ps	30	Acessibilidade e Mobilidade	30
		Competitividade	20	Tipologia de Projecto	20	Valências da Instituição	20
		Ambiente - 3 Rs	20	Ambiente - 3 Rs	20	Tipologia de Projecto	15
		Capacitação dos Agentes Económicos	10				
		Inovação - 3 Ps	10				
C. Análise Social e Cultural	20%	Criação de Emprego	50	Dinamização do Tecido Empresarial	60	Inclusão Social	70
		Contributo Cultural	30	Contributo Cultural	40	Criação de Emprego	30
		Economia Social	20				

Pontuação Final		7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	
A. Nível de Adequação à EDL	40%	Contributo do Projeto para a EDL	40	Contributo do Projeto para a EDL	40
		Pertinência de Intervenções	40	Promoção do Património Local	40
		Complementaridade de Intervenções	20	Complementaridade de Intervenções	20
B. Análise Técnica	40%	Diferenciação da Oferta	30	Tipologia de Projecto	60
		Ambiente - 3 Rs	30	Ambiente - 3 Rs	40
		Tipologia de Projecto	20		
		Inovação do Projecto - 3 Ps	20		
C. Análise Social e Cultural	20%	Val. do Património para fins Turísticos	70	Valorização Património Socio-cultural e/ou Ambiental	100
		Criação de Emprego	30		

Em todas as Intervenções privilegia-se o nível de adequação à EDL como um dos critérios de selecção fundamentais, sendo esta aferida pela comparação dos objectivos de cada projecto com os Objectivos Estratégicos e Operacionais da EDL.

No que respeita à Intervenção 6.4, para além desta complementaridade, são utilizados 11 critérios adicionais, de forma a avaliar cada projecto de acordo com um conjunto alargado de características. Atribui-se particular importância à sua capacidade de colmatar falhas de mercado e à criação de emprego.

Na Intervenção 7.2, apostar-se-á primordialmente em colmatar falhas de mercado, na dinamização do tecido empresarial, na diferenciação da oferta e na inovação.

A Intervenção 7.4, de carácter essencialmente social, tem como principais critérios de selecção a sua capacidade de integração e valorização de populações com mais necessidade, a inexistência de resposta social, a taxa de cobertura face às lacunas existentes, o aumento dos serviços relativos a acessibilidade e mobilidade e a complementaridade das parcerias.

Quanto à Intervenção 7.5, assentes em projectos de dinamização das actividades turísticas e de lazer, dá-se particular ênfase à promoção e divulgação da cultura e património locais, à

pertinência das intervenções face às carências existentes, à diferenciação da oferta e ao seu impacto ambiental.

Na Intervenção 7.6, que promove acções de carácter cultural e patrimonial, confere-se maior destaque à tipologia dos projectos e à sua componente ambiental, bem como ao enfoque no contributo para a promoção do património local.

São ainda utilizados, de forma complementar, outros critérios relativos à inovação, emprego e diversificação de actividades, entre outros, aferidos para cada projecto. No Anexo II são apresentados em detalhe os critérios e as respectivas definições, bem como as formas de cálculo da pontuação final de cada projecto em cada Intervenção e os respectivos critérios de desempate.

6.8. Medida 19.4 – Funcionamento e Animação

A gestão da EDL da ADELIAÇOR, no seu território de intervenção e para o período 2015 – 2020 será assegurada pelo próprio GAL, através da sua Direcção e da sua Equipa Técnica Local (ETL). Actualmente a equipa técnica é constituída por seis funcionários - 1 Coordenadora (Arlene Goulart), 3 Técnicos (Dolores Oliveira, Sónia Borges e Sérgio Azevedo) e 2 Técnicos Administrativos (Roberto Faria e José Luis Bettencourt) - e 1 estagiário engenheiro civil (Ricardo Duarte). Prevê-se manter os referidos 6 funcionários e contratar o estagiário, após a renovação do estágio (ESTAGIAR L) em 2017. Para além destes, a equipa será reforçada com a presença de um colaborador na Ilha das Flores (Hernâni Furtado), através de protocolo de cooperação técnico financeiro, com a Câmara do Comércio e Indústria da Horta.

Assim em termos da Medida 19.4 e de forma a assegurar a integral e adequada implementação da EDL apresentada, prevê-se a criação de 1 posto de trabalho, nomeadamente um Engenheiro Civil, para acompanhamento técnico das obras de construção civil, no âmbito das candidaturas objecto de apoio do PRORURAL+. Este posto de trabalho está previsto em sede de Manual de Procedimentos Interno, pontos 6.1 Organigrama da ADELIAÇOR, onde se refere um técnico superior de obras e CCP, bem como no ponto 6.2. Quadro de Pessoal, com a previsão de contratação do actual estagiário, licenciado em engenharia civil.

Relativamente ao Plano Financeiro do Funcionamento e Animação, este prevê, na rubrica de pessoal, despesas relativas aos funcionários mencionados bem como inclui a previsão da contratação do estagiário a partir do ano de 2017.

Em coerência com a EDL proposta e com a implementação do conjunto de Intervenções que dela decorrem, o plano de animação assentará em seis prioridades fundamentais:

Tabela 6.6 – Prioridades do Plano de Animação 2015-2020

Prioridade	Descrição
1ª Prioridade	Acompanhamento de proximidade nas 5 ilhas do território, através de gabinetes locais de atendimento à população e às empresas. Para além da manutenção de gabinetes locais em Velas, Madalena, São Roque do Pico e Horta, a presença no território será reforçada com os seguintes gabinetes suplementares: Calheta, Lajes do Pico, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores. Ficam assim abrangidos todos os concelhos do território de intervenção da ADELIACOR, com excepção do Corvo, onde não haverá gabinete permanente, mas onde serão realizadas visitas de apoio com a frequência que as condições meteorológicas permitirem;
2ª Prioridade	Plano de Comunicação de divulgação da Medida 19.2 do PRORURAL+ no território;
3ª Prioridade	Dinamização de workshops de apoio às empresas directamente relacionadas com o sector turístico - restauração, alojamento e animação - incentivando à qualidade do atendimento praticado e a utilização de técnicas de marketing adequadas a cada sector de actividade e ao mercado alvo;
4ª Prioridade	Realização de acções de promoção, valorização e divulgação dos produtos locais e dos serviços associados ao sector turístico, incluindo animação, alojamento e restauração, sob a forma de eventos;
5ª Prioridade	Sensibilização, através de workshops e eventos, para a implementação de regimes de qualidade aplicáveis aos produtos agrícolas e alimentares, que oferecem aos consumidores garantias sobre a qualidade e as características do produto ou sobre o processo e local de produção. O reconhecimento da qualidade confere valor acrescentado aos produtos em causa e aumenta as suas oportunidades no mercado, nomeadamente através de circuitos de abastecimento curtos;
6ª Prioridade	Realização de acções de informação/formação da equipa técnica e dos beneficiários em áreas de interesse para o acompanhamento e execução dos pedidos de apoio/pagamento.

Com este conjunto de prioridades, tem-se como principais objectivos, respectivamente:

- Promover a divulgação do PRORURAL+ em todas as ilhas da Zona de Intervenção e facilitar à população em geral o acesso às informações de uma forma mais eficiente;
- Criar dinâmica em sectores directamente associados ao turismo (restauração, alojamento e animação) através da aquisição de conhecimentos sobre a adaptação dos serviços das empresas às novas tendências do mercado e exigências dos consumidores;

- Promover os produtos locais gastronómicos enquanto produtos únicos e identificadores do território, através da promoção dos circuitos curtos de abastecimento e de acções de assistência técnica e de sensibilização junto dos produtores para a importância da protecção do nome dos produtos e serviços genuínos, tradicionais e diferenciadores;
- Capacitar a equipa técnica da ADELIAÇOR com conhecimentos e instrumentos de trabalho que permitam o adequado acompanhamento, análise e execução dos projectos;
- Capacitar os beneficiários do PRORURAL+ com conhecimentos que permitam executar adequadamente os projectos sobretudo na aquisição de competências sobre os procedimentos de contracção pública e de pedidos de pagamento.

Para alcançar estes objectivos foi definido um conjunto de acções a desenvolver, que permitem ir ao encontro de cada uma das seis prioridades definidas:

Tabela 6.7 – Acções a desenvolver no Plano de Actividades 2015-2020

Prioridade	Acções a Desenvolver
1ª Prioridade	Instalação de gabinetes de proximidade nos Concelhos que ainda não dispunham desse serviço: Calheta, Lajes do Pico, Santa Cruz e Lajes das Flores. Formalização de protocolo com a Câmara do Comércio e Indústria da Horta para instalação de gabinete local em Santa Cruz das Flores, sendo que o técnico assegura também o atendimento nas Lajes das Flores de forma rotativa.
2ª Prioridade	Plano de Comunicação que inclui acções de divulgação do PRORURAL+, através da realização de reuniões presenciais por sector em todas as ilhas e da edição de material de comunicação - cartazes, panfletos, muppis, anúncios na Comunicação Social e divulgação em meios electrónicos como a página web da ADELIAÇOR e a do PRORURAL+ e redes sociais e newsletters - e da distribuição de material informativo através do sistema de mailing dos CTT (correio não endereçado).
3ª Prioridade	Workshop em Marketing e Atendimento, a realizar nas 5 ilhas do território, destinado às empresas que pertencem ao universo do Turismo - restauração, alojamento e animação – de forma a sensibilizar para a qualidade do serviço prestado, para a necessidade de adaptação às novas tendências do turismo muito direccionadas para o turismo cultural, para o regresso às origens e para o contacto com as vivências locais e genuínas e o consequente benefício económico que advém de clientes satisfeitos e expectativas realizadas.

Prioridade	Acções a Desenvolver
4ª Prioridade	<p>5 edições anuais do Roteiro Gastronómico – Taste in, nas Ilhas de São Jorge, Pico, Faial e Flores/Corvo, o qual consiste num evento com duração de 10 dias, durante os quais os restaurantes aderentes à iniciativa, é desenvolvido um menu base em harmonização com os vinhos certificados locais, associando a gastronomia aos conceitos contemporâneos. Prevê a consultoria individual aos restaurantes por uma escola de formação especializada. Visa a divulgação das ilhas através de uma aposta no turismo cultural e enogastronómico.</p> <p>5 edições anuais do Taste in Adegas – uma rota de vinhos e petiscos, na Ilha do Pico, para promoção dos vinhos certificados locais em harmonização com petiscos contemporâneos à base de produtos locais, nos locais de produção dos respectivos produtores. Inclui a consultoria individual aos produtores por uma escola especializada. Visa a divulgação das ilhas através de uma aposta no turismo cultural e enogastronómico.</p>
5ª Prioridade	<p>Workshop de Valorização dos Regimes de Qualidade, nas 5 ilhas do território, destinado aos produtores locais de produtos agrícolas e/ou indústrias tradicionais e de base para a sensibilização do potencial e valor acrescentado dos produtos de qualidade reconhecida, a maior eficiência dos sectores da transformação/comercialização, no contexto dos circuitos de abastecimento curtos e dos mercados e postos de venda locais e visando aumentar a sua competitividade no mercado.</p> <p>Eventos de divulgação prática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • mais valia dos produtos locais e sazonais, através de campanhas para comprar localmente em benefício da economia local e da saúde pública; • reforço dos circuitos de abastecimento curtos; • animação dos mercados locais/postos de venda, sensibilizando para a redução de resíduos e a sustentabilidade dos recursos, redução da dependência ao exterior, revitalização de espécies frutícolas locais, diversificação e diferenciação, comércio justo e a qualidade de vida que resulta de todos os esforços referidos.
6ª Prioridade	<p>Ações de informação/formação, em áreas específicas relacionadas com a gestão do PRORURAL+, destinadas aos técnicos e aos beneficiários.</p>

6.9. Plano financeiro e de investimento

De acordo com o conjunto de informações acima apresentadas relativas a cada Intervenção, bem como quanto à afectação financeira destinada à ADELIAÇOR no período 2015-2020, e às metas que se pretende alcançar, foi estimado um plano de investimento por Intervenção que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 6.5 – Plano de investimento por Medida e Intervenção

Medida	Intervenção	FEADER (€)	Total Despesa Pública (€)	Despesa Privada (€)	Total de Investimento (€)	Tx. Comparticipação FEADER (%)	Tx. Apoio Público (%)
19.2	6.4	1.446.402,73	1.701.650,27	1.449.553,94	3.151.204,21	85%	54%
	7.2	361.600,68	425.412,57	75.072,81	500.485,37	85%	85%
	7.4	361.600,68	425.412,57	75.072,81	500.485,37	85%	85%
	7.5	723.201,37	850.825,14	150.145,61	1.000.970,75	85%	85%
	7.6	723.201,37	850.825,14	150.145,61	1.000.970,75	85%	85%
	Sub-total	3.616.006,83	4.254.125,68	1.899.990,77	6.154.116,46	85%	69%
19.4	Funcionamento	721.278,02	848.562,38	0,00	848.562,38	85%	100%
	Animação	240.426,00	282.854,12	0,00	282.854,12	85%	100%
	Sub-total	961.704,02	1.131.416,49	0,00	1.131.416,49	85%	100%
Total		4.577.710,85	5.385.542,18	1.899.990,77	7.285.532,95	85%	74%

Fonte: elaboração AGRO.GES, com base em dados DRDR.

Como se pode verificar, do total de cerca de 5,4 M€ de dotação de despesa pública sob gestão da ADELIAÇOR, 79% serão afectos à Medida 19.2. Destes, 40% serão afectos ao apoio a projectos empresariais (Intervenção 6.4). Os restantes 60% serão repartidos pelas demais Intervensões, com maior ênfase nas Intervensões 7.5 e 7.6, relativas à dinamização do turismo, lazer, cultura e património.

O montante restante será afecto às actividades de funcionamento e animação, com uma distribuição de 75% para o primeiro e 25% para a segunda.

O conjunto dos montantes acima apresentados serão, no que se refere à Medida 19.2, repartidos de forma a concentrar uma maior proporção de meios nos primeiros anos do período de programação (80% da dotação entre 2015 e 2017). Desta forma, pretende-se incentivar o aparecimento e aprovação de projectos na fase inicial de implementação da EDL, permitindo a sua execução durante os anos seguintes. O conjunto de verbas que forem posteriormente libertadas nos projectos aprovados poderão reforçar a dotação dos concursos subsequentes. Não se prevê a alocação de recursos ao ano de 2020, uma vez que não só as verbas eventualmente libertadas até esse momento, como também a dotação proveniente do procedimento de reserva de eficiência permitirão assegurar o financiamento dos projectos aprovados nesse ano. Pretende-se assim conseguir uma execução uniforme ao longo do período de programação, de forma a assegurar continuidade, estabilidade e selectividade nos apoios.

No que se refere à Medida 19.4, a afectação financeira será relativamente uniforme ao longo do período de programação, permitindo assegurar de forma permanente e contínua as funções de gestão e animação da EDL.

O quadro seguinte apresenta a distribuição anual indicativa dos montantes a disponibilizar:

Quadro 6.6– Plano de investimento anual

Medida	Ano	FEADER (€)	Total Despesa Pública (€)	Despesa Privada (€)	Total de Investimento (€)	Tx. Participação FEADER (%)	Tx. Apoio Público (%)
19.2	2015	1.084.802,05	1.276.237,70	569.997,23	1.846.234,94	85%	69%
	2016	904.001,71	1.063.531,42	474.997,69	1.538.529,11	85%	69%
	2017	904.001,71	1.063.531,42	474.997,69	1.538.529,11	85%	69%
	2018	361.600,68	425.412,57	189.999,08	615.411,65	85%	69%
	2019	361.600,68	425.412,57	189.999,08	615.411,65	85%	69%
	2020	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
	Sub-total	3.616.006,83	4.254.125,68	1.899.990,77	6.154.116,46	-	69%
19.4	2015	57.987,84	68.220,99	0,00	68.220,99	85%	100%
	2016	188.925,93	222.265,80	0,00	222.265,80	85%	100%
	2017	184.229,05	216.740,06	0,00	216.740,06	85%	100%
	2018	181.007,09	212.949,52	0,00	212.949,52	85%	100%
	2019	179.232,68	210.861,98	0,00	210.861,98	85%	100%
	2020	170.321,43	200.378,15	0,00	200.378,15	85%	100%
	Sub-total	961.704,02	1.131.416,49	0,00	1.131.416,49	85%	100%
Total		4.577.710,85	5.385.542,18	1.899.990,77	7.285.532,95	85%	74%

Fonte: elaboração AGRO.GES, com base em dados DRDR.

Por último, apresenta-se a repartição anual da despesa pública por cada uma das Medidas e Intervenções:

Quadro 6.7 - Plano de investimento anual por Intervenção

Medida	Intervenção	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
19.2	6.4	510.495,08	425.412,57	425.412,57	170.165,03	170.165,03	0,00	1.701.650,27
	7.2	127.623,77	106.353,14	106.353,14	42.541,26	42.541,26	0,00	425.412,57
	7.4	127.623,77	106.353,14	106.353,14	42.541,26	42.541,26	0,00	425.412,57
	7.5	255.247,54	212.706,28	212.706,28	85.082,51	85.082,51	0,00	850.825,14
	7.6	255.247,54	212.706,28	212.706,28	85.082,51	85.082,51	0,00	850.825,14
	Sub-total	1.276.237,70	1.063.531,42	1.063.531,42	425.412,57	425.412,57	0,00	4.254.125,68
19.4	Funcionamento	51.886,71	156.695,38	160.011,75	160.011,75	160.011,75	159.945,04	848.562,38
	Animação	16.334,28	65.570,42	56.728,31	52.937,76	50.850,22	40.433,12	282.854,12
	Sub-total	68.220,99	222.265,80	216.740,06	212.949,52	210.861,98	200.378,15	1.131.416,49
Total		1.344.458,69	1.285.797,22	1.280.271,48	638.362,09	636.274,54	200.378,15	5.385.542,18

Fonte: elaboração AGRO.GES, com base em dados DRDR.

Para cada uma das Intervenções da Medida 19.2 está prevista a abertura de um único concurso anual, a decorrer de forma calendarizada, que terá uma duração de 3 meses, aos quais se seguirão os procedimentos de análise, deliberação e audiência prévia e decisão final durante outros 3 meses.

Os avisos de abertura de cada concurso detalharão, conforme disposto regulamentarmente (art.º 42º da Portaria n.º 97/2015):

- A dotação orçamental a atribuir;

- O prazo para apresentação dos pedidos de apoio;
- Os critérios de selecção e respectivos factores, fórmulas e ponderação, e a pontuação mínima para selecção;
- Os objectivos e as prioridades visadas;
- A área geográfica elegível;
- As operações a apoiar;
- Os contactos, onde podem ser obtidas informações adicionais.

Refira-se ainda que, no âmbito de cada concurso, não podem ser aprovadas candidaturas de beneficiários que apresentem, à data de submissão, dois ou mais projectos aprovados sem execução física e financeira, aferida pelos pedidos de pagamento liquidados.

6.10. Monitorização e avaliação da EDL

A ADELIAÇOR propõe-se implementar mecanismos de monitorização e avaliação da EDL que garantam dois propósitos fundamentais:

- Em primeiro lugar, que disponibilizem atempadamente, ao longo do período de vigência da EDL, informação relevante para a introdução dos ajustamentos que se venham a revelar necessários ao seu sucesso; estes ajustamentos poderão ocorrer quer ao nível da tipologia das acções previstas neste documento, quer ao nível dos seus objectivos;
- Em segundo lugar, uma avaliação integral da adequação da EDL, tanto ao nível do valor intrínseco dos seus objectivos, como ao nível do seu efectivo contributo para a concretização das estratégias regionais, como ainda ao nível da adequação dos projectos apoiados para que esses mesmos objectivos sejam atingidos.

Considerando estes propósitos, a ADELIAÇOR propõe implementar dois mecanismos de avaliação, seguindo as melhores práticas em matéria de avaliação de programas de desenvolvimento local e regional.

Esta proposta estará, no entanto, sujeita a ajustamentos em função dos requisitos do plano de avaliação e outras orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do PRORURAL+:

1. **Avaliação on-going** da implementação das diversas Intervenções preconizadas, a efectuar ao longo do período de implementação da EDL, e visando disponibilizar

elementos que permitam introduzir os ajustamentos (tanto ao nível das acções como dos objectivos) que venham a revelar-se adequados e necessários.

Esta primeira modalidade de avaliação utilizará essencialmente dois tipos de informação:

- Conjunto de indicadores de monitorização das diversas Intervenções, que foram atrás definidos;
- Informação recolhida periodicamente a partir dos diversos projectos que forem aprovados no âmbito dessas mesmas Intervenções. Para este efeito propõe-se a criação de uma ficha de monitorização de cada projecto que deverá conter toda a informação necessária à valoração, em cada momento, do conjunto de indicadores de monitorização atrás referidos.

A ficha de monitorização de cada projecto deverá ser preenchida pelo promotor com periodicidade semestral, e enviada à ADELIAÇOR que, com a mesma periodicidade, promoverá uma avaliação comparativa do valor dos indicadores de monitorização nesse momento com os “valores-meta” já anteriormente definidos ao nível da candidatura.

Uma vez que os “valores-meta” destes indicadores de monitorização estão articulados com os “indicadores de realização” do PRORURAL+, será possível, com uma periodicidade semestral, propor os ajustamentos adequados à estrutura e condicionalismos da diversas Intervenções e/ou ao ajustamento dos respectivos objectivos. A proposta destes ajustamentos deverá figurar em relatórios de avaliação intercalar a elaborar pela ADELIAÇOR, podendo conduzir a alterações nos objectivos e estrutura das Intervenções.

2. **Avaliação *ex-post***, a realizar após o encerramento formal do Programa, visando efectuar um juízo de valor sobre a adequação dos objectivos visados pela EDL, bem como a efectiva adequação das Medidas e Intervenções implementadas na prossecução desses objectivos.

Esta avaliação deverá seguir as metodologias estabelecidas para a avaliação de Programas de Desenvolvimento Regional e Local, comparando, através dos indicadores

mais apropriados, os resultados efectivamente alcançados com os indicadores de resultados que espelham os objectivos visados aos diferentes níveis.

Tendo em mente estes diferentes níveis de objectivos, a avaliação deverá ter em conta:

- os indicadores e metas específicos da EDL;
- os indicadores e metas que orientam o PRORURAL+;

Os desvios apurados deverão, sempre que significativos, ser interpretados e explicados com base nos seguintes elementos:

- menor aderência e adequação das medidas e acções ao tecido económico e social existente e à sua evolução ao longo do período de implementação da EDL;
- desadequação dessas mesmas medidas e acções aos objectivos inicialmente propostos;
- desadequação dos objectivos propostos.

Igualmente relevante será a inclusão, neste processo de avaliação, dos resultados da avaliação on-going e dos ajustamentos que a EDL venha a sofrer em função dessa mesma avaliação.

Reafirma-se, uma vez mais, que os mecanismos previstos deverão ser ajustados às orientações e normativos que venham a ser produzidos sobre esta matéria pela AG do PRORURAL+.

6.11. Estratégia de cooperação

No contexto da implementação da sua EDL, a ADELIACOR desenvolverá uma estratégia de cooperação que contemplará a colaboração com Grupos de Acção Local localizados na Região ou fora dela. Esta estratégia assentará essencialmente em algumas das áreas temáticas já previstas no âmbito do Plano de Animação acima descrito e que por sua vez decorrem da EDL. O quadro da página seguinte apresenta estas Prioridades, elencando para cada uma os seus objectivos, áreas temáticas, mais-valias para o território, objectivos estratégicos e objectivos operacionais.

Acresce ainda uma prioridade transversal, denominada “Ambiente e Sustentabilidade”, que não estando prevista no Plano de Animação, decorre da EDL e constitui um tema transversal do próprio PRORURAL+ e da regulamentação comunitária.

No âmbito dos projectos de cooperação promovidos, será dada prioridade à criação e produtos e/ou serviços de apoio às empresas abrangidas, valorizando e capacitando-as para as suas áreas de trabalho. Destaca-se: edições impressas e virtuais/electrónicas; aplicações móveis para andróide; equipamentos inovadores de efeito demonstrativo.

Tabela 6.8 - Prioridades a enquadrar na Estratégia de Cooperação

PRIORIDADES	OBJETIVOS	ÁREAS TEMÁTICAS	MAIS VALIAS PARA O TERRITÓRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS
1.ª Prioridade Apoio a serviços turísticos de qualidade	Incentivar à prestação de serviços turísticos de qualidade Dotar as empresas de técnicas de marketing adequadas ao seu sector Potenciar redes de divulgação de serviços turísticos Incentivar a qualificação dos recursos humanos do sector turístico	Turismo de qualidade adaptado às exigências de mercado e de carácter genuíno baseado nas vivências e produtos locais	Maior dinâmica interilhas dos serviços turísticos Diferenciação dos serviços turísticos Inovação dos serviços turísticos oferecidos Criação de emprego Valorização dos recursos culturais/naturais Serviços inclusivos e acessíveis a locais e visitantes	Economia local de valor acrescentado Conhecimento e inovação como instrumentos de valor Património local potenciador de oportunidades Serviços básicos locais	Turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível Capacitação dos agentes económicos Novos produtos, serviços e conhecimentos especializados 3 P's: produtos, processos e práticas Valorização do património com fins turísticos Serviços de lazer e cultura Acessibilidade e mobilidade
2ª Prioridade Promoção, valorização e divulgação integrada dos produtos e serviços turísticos	Divulgar de forma integrada os produtos locais e serviços turísticos Valorizar os produtos culturais com potencial gastronómico Incentivar ao Turismo Cultural e Turismo Natureza Sensibilizar para a sustentabilidade dos produtos locais	Turismo de qualidade adaptado às exigências de mercado e de carácter genuíno baseado nas vivências e produtos locais Produtos locais de valor acrescentado	Revitalização dos produtos locais com potencial turístico Sustentabilidade do sector turístico Criação de emprego Preservação dos recursos endógenos Serviços inclusivos e acessíveis a locais e visitantes	Economia local de valor acrescentado Conhecimento e inovação como instrumentos de valor Património local potenciador de oportunidades Serviços básicos locais	Turismo responsável, sustentável, inclusivo e acessível Capacitação dos agentes económicos Novos produtos, serviços e conhecimentos especializados 3 P's: produtos, processos e práticas Valorização do património com fins turísticos Reconversão e refuncionalização de edifícios Infra estruturas de recreio, informação turística e turismo de pequena escala Sensibilização ambiental: 3R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos Serviços de lazer e cultura Acessibilidade e mobilidade
3ª Prioridade Sensibilização para o reforço da competitividade dos setores da transformação e da comercialização	Sensibilizar os produtores agro-alimentares para a implementação de regimes de qualidade Sensibilizar para as vantagens dos produtos locais e sazonais Incentivar à produção de produtos diferenciadores de valor acrescentado Reforçar os circuitos de abastecimento curtos	Competitividade dos setores da transformação e da comercialização Produtos locais de valor acrescentado	Maior competitividade dos produtos com valor acrescentado Maior dinâmica nos mercados e locais tradicionais de venda Sensibilização para as vantagens do consumo de produtos locais e sazonais em nome da economia local e da saúde pública Menor dependência do exterior Criação de emprego Sustentabilidade de recursos	Economia local de valor acrescentado Conhecimento e inovação como instrumentos de valor Património local potenciador de oportunidades	Eficiência nos sectores de comercialização e transformação de produtos agrícolas Diversificação para atividades não agrícolas Capacitação dos agentes económicos Novos produtos, serviços e conhecimentos especializados 3 P's: produtos, processos e práticas Sensibilização ambiental: 3 R's, energias renováveis, uso eficiente de recursos

6.12. Envolvimento da Parceria na elaboração e execução da EDL

O envolvimento com os parceiros e com as comunidades locais constitui-se como um factor determinante para garantir a execução da EDL proposta. De facto, são os agentes destas comunidades, sob a forma individual ou associada, quem irá beneficiar e executar o conjunto de acções, iniciativas e investimentos que se enquadram no âmbito desta estratégia.

Na concepção e definição da EDL que se propõe no presente documento, a ADELIAÇOR teve assim em conta a participação de um grande número de entidades, quer suas associadas quer outras entidades relevantes que actuam no seu território de intervenção.

O processo de auscultação compreendeu essencialmente um conjunto muito alargado de reuniões e entrevistas que decorreu em duas fases distintas, primeiro no mês de Março e depois no mês de Julho de 2015, envolvendo entidades de todas as freguesias e de todos os concelhos das 5 ilhas que integram este território.

O quadro seguinte detalha a tipologia e localização das entidades que participaram neste processo de auscultação:

Quadro 6.8 – Entidades participantes do processo de auscultação

Território	Auscultação Pública						
	Câmaras Municipais	Juntas de Freguesia	Casas do Povo	Santas Casas	Sector Agrícola	Sector Apoio Social	Outros
São Jorge	2	11	3	2	3	3	2
Pico	3	16	1	3	4	1	2
Faial	1	9	5	1	2	1	0
Flores	2	6	1	2	2	2	0
Corvo	1	-	0	1	1	0	0
TOTAL ADELIAÇOR	9	42	10	9	12	7	4

Como se pode verificar, foram ouvidas neste processo a totalidade das Câmaras Municipais e 79% das Juntas de Freguesia. Houve ainda uma grande participação de entidades ligadas ao sector social e cultural, como Casas do Povo, Santas Casas da Misericórdia, associações e centros, bem como do sector agrícola (associações, cooperativas, confrarias e privados) e de outros sectores (associações e privados). Refira-se que foram ainda convidadas a participar muitas outras entidades (incluindo todas as Juntas de Freguesia e Casas do Povo do território) que, por razões alheias à ADELIAÇOR, entenderam não se fazer representar.

Apresenta-se no Anexo III uma listagem destas reuniões e respectiva data, identificando as entidades auscultadas e as principais necessidades que cada uma identificou no seu território.

A parceria alargada da ADELIAÇOR faz-se representar pelos seus órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção, podendo a todo o momento participar com maior proximidade na vida da Associação, aquando das Assembleias Gerais.

O modelo de Desenvolvimento Local de Base Comunitária que a ADELIAÇOR adopta para o seu território de intervenção, constituído pelas ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, baseia-se num conceito de parceria, consubstanciado num conjunto de forças vivas, organizações de base local, administração pública e agentes económicos, que se pretende organizado com a co-presença destes vários e distintos actores para agir de forma recíproca e colaborativa, na busca de resultados sustentados em relações e interacções de médio e longo prazo.

As relações entre a parceria caracterizam-se pela proximidade e assentam na capacidade de envolvimento dos actores com a população local, na base da confiança e na identificação colectiva do bem comum. Esta relação de entreajuda gera um ambiente privilegiado para a inovação social. Associado a esta forma de estar, estará a partilha de experiências e know-how, fomentando a comunicação, o efeito demonstrativo e a disseminação de boas práticas de gestão.

Considera-se fundamental a prática activa da aproximação entre os parceiros e seus representantes na intervenção de iniciativa local, com uma equipa interinstitucional e intersectorial - Órgãos Sociais Equipa Técnica – que facilitam as relações de proximidade e de confiança e garantem que as necessidades locais são consideradas e integradas.

A ADELIAÇOR entendeu integrar organizações e cidadãos locais no processo de diagnóstico territorial e na procura de respostas às necessidades da Zona de Intervenção envolvendo as organizações de base local no desenho de uma estratégia mais ajustada às especificidades de cada contexto.

No desenvolvimento da sua actividade enquanto Associação de Desenvolvimento Local a ADELIAÇOR procura fomentar a transparência na prestação de contas, a tomada de iniciativa no processo de desenvolvimento do seu território, a monitorização e avaliação dos apoios atribuídos.

De forma a operacionalizar a parceria, a ADELIAÇOR adoptará um modelo base constituído por gabinetes de proximidade e pelos seus órgãos de decisão eleitos – a Direcção e a Assembleia Geral – que deverão garantir que as operações locais de base comunitária irão actuar em conformidade e de forma adequada à EDL aprovada em Assembleia Geral.

6.13. Disposições de controlo e gestão

De forma a assegurar o máximo rigor, transparência, eficiência e eficácia na sua acção, a ADELIAÇOR estabeleceu um conjunto de procedimentos internos que pautam toda a sua actividade e processos.

O processo de análise e decisão sobre os assuntos de interesse para a Associação obedece aos seguintes princípios:

- Princípio da Subsidiariedade, pressupõe que as instituições e os intervenientes mais próximos dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes.
- Princípio da Igualdade de Género, sem discriminação.
- Princípio da Transparência e Prestação de Contas, através da aplicação de boas práticas de informação pública dos apoios concedidos.
- Princípio da Participação, promovendo o envolvimento dos parceiros.
- Princípio da Segregação de Funções de Gestão e de Prevenção de Conflitos de Interesse, com a separação rigorosa de funções de análise, decisão e pagamento.
- Princípio da Proporcionalidade, os recursos financeiros e humanos devem ser proporcionais à dimensão dos apoios financeiros concedidos, com o objectivo de reduzir os encargos de gestão.
- Princípio da Simplificação, adopção dos requisitos processuais necessários e suficientes.
- Princípio da Racionalidade Económica que determina a subordinação de qualquer decisão de apoio à aferição rigorosa da sua mais-valia económica, social e ambiental.

Relativamente ao processo de análise e decisão a aplicar à gestão do PRORURAL+ serão definidos concursos para recepção de pedidos de apoio, com identificação das Submedidas de enquadramento e do montante de apoio a atribuir, respectivamente. Serão identificados os

CrITÉrios de Selecção para análise dos pedidos de apoio e determinação da pontuação mínima necessária para a selecção das operações, não podendo esta ser inferior ao valor médio da escala de classificação final, bem como incluindo os procedimentos de desempate.

No primeiro dia útil subsequente ao fecho do concurso, dar-se-á início ao processo de análise das candidaturas recepcionadas, pela ordem de entrada no sistema electrónico.

As candidaturas serão analisadas de acordo com o seguinte procedimento:

- Controlo documental para verificação do cumprimento da elegibilidade do beneficiário e da operação, consoante a tipologia dos mesmos e as exigências legais aplicáveis.
- Visita “in loco” ao local de implantação do investimento para reportagem fotográfica e verificação das pré existências, quando aplicável.
- A análise prossegue com a avaliação técnica e a aplicação dos critérios de selecção para determinação da pontuação.
- Em casos devidamente fundamentados podem ser solicitados pareceres a entidades externas, com competência nas matérias em causa.
- A análise financeira dos investimentos propostos é efectuada mediante a verificação da razoabilidade das despesas, através de 3 orçamentos comparativos para determinação do custo médio aplicável, valor este que não pode ser ultrapassado para efeitos de elegibilidade dos custos.

Concluída a análise técnica das candidaturas e a aplicação dos critérios de selecção, as mesmas serão hierarquizadas pela pontuação obtida. A Direcção, reunida para o efeito, e de cuja reunião se lavrará acta, toma conhecimento do objecto e objectivos dos pedidos de apoio e da proposta técnica de pontuação e delibera sobre a mesma. A decisão pode ser favorável, desfavorável ou favorável condicionada ao cumprimento de certos requisitos.

A proposta de decisão é notificada ao beneficiário, por ofício registado com aviso de recepção, o qual deverá identificar: dados do beneficiário e da operação, data da reunião de Direcção, programa e submedida de enquadramento da operação, objecto e objectivos do investimento, percentagem e respectivos montantes por fonte de financiamento, pontuação obtida, rubricas de investimento e datas de execução.

Ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo os beneficiários dispõem do prazo mencionado para informar da aceitação dos montantes atribuídos ou apresentar reclamação da mesma. Na sequência da Audiência Prévia e de eventuais reanálises necessárias aos pedidos de apoio, a Direcção delibera para decisão final, sendo o beneficiário informado dessa decisão, por ofício registado com aviso de recepção.

No caso de aprovação por parte do beneficiário o processo passará ao procedimento seguinte, com a assinatura do termo de aceitação.

No Anexo IV a este documento é remetido o Manual de Procedimentos interno da ADELIACOR que detalha todos os aspectos relativos à sua estrutura organizacional e de processos, ao seu sistema financeiro e contabilístico e aos recursos humanos e materiais disponíveis.

ANEXO I - FICHAS DE MEDIDA

19.2_6.4 Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Actividades não Agrícolas

Dotação Orçamental Despesa Pública: € 1.701.650,37

Descrição

Apoio a iniciativas empresariais promotoras do saber fazer tradicional
Apoio a actividades lúdicas de carácter inovador nas explorações agrícolas
Criação, modernização e capacitação de micro e pequenas empresas, que produzam bens e serviços transaccionáveis

Objectivos

Promover condições para o desenvolvimento de actividades não agrícolas nas explorações
Promover o desenvolvimento de iniciativas turísticas e outras actividades de lazer e recreio
Diversificar o tecido empresarial local

Tipologia de Projectos

Iniciativas empresariais promotoras do saber fazer tradicional:

- Obtenção de produtos agro-alimentares transformados e embalados
- Produção de materiais de valorização da imagem e de divulgação dos produtos agro-alimentares
- Instalação de pontos de venda de produtos agroalimentares

No caso dos projectos de transformação e comercialização de produtos agrícolas está excluída a segunda transformação.

Actividades lúdicas de carácter inovador:

- Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas, de recreio e lazer
- Implementação e rotas ou percursos

Apoio à criação de empresas em áreas de manifesta carência no mercado local ou com capacidade para exportação, de bens ou serviços

Estruturas de apoio ao turismo:

- Empreendimentos turísticos, incluindo Alojamento local, de carácter inovador e diferenciador
- Criação de produtos e serviços de animação turística associados ao Turismo Cultural e Enogastronómico e Ambiental
- Apoio à criação ou requalificação de unidades de restauração e postos de venda de produtos, incluindo salas de provas

Os projectos devem ser acompanhados de parecer favorável vinculativo da entidade governamental responsável, para efeitos de cumprimento de requisitos legais, quando aplicável.

19.2_6.4 Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Actividades não Agrícolas

Nível e Limite das Ajudas

Comparticipação: 50% ou 70% das despesas elegíveis (sem ou com postos de trabalho)

Limite mínimo de despesas elegíveis por projecto: € 2.500,00

Limite máximo de despesas elegíveis por projecto: € 150.000,00 e € 200.000,00, para projectos sem criação e com criação de postos de trabalho

Beneficiários

- Agricultor ou membro da sua família
- Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, que tenha enquadramento no conceito de micro ou pequena empresa

CAE's

São enquadráveis os pedidos de apoio cuja actividade esteja prevista no Anexo I da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho.

Despesas Elegíveis e Não Elegíveis

São despesas elegíveis as previstas no Anexo III da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

São despesas não elegíveis as previstas no Anexo IV da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

19.2_7.2 Investimento em Infraestruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia de Energia

Dotação Orçamental Despesa Pública: € 425.412,59

Descrição

Criação de serviços básicos para as actividades económicas
Criação ou remodelação de estruturas de suporte ao desenvolvimento da economia rural
Promoção da utilização de energias renováveis

Objectivos

Criação de serviços para a dinamização de actividades económicas e apoio às actividades locais
Fomentar os circuitos de abastecimento curtos através da criação/melhoria dos mercados municipais/pontos de venda directa

Tipologia de Projectos

Serviços básicos para as actividades económicas:

- Dinamização de locais de informação de apoio às actividades locais e aos visitantes
- Criação de Incubadoras de Empresas e de serviços técnicos de apoio às empresas
- Criação de plataformas informáticas (p.e. videoconferência, acesso á internet, Living Labs)
- Instalação integrada de energias renováveis

Estruturas de suporte ao desenvolvimento da economia rural:

- Apoio à criação e/ou requalificação de mercados municipais, postos de venda e salas de prova

Nível e Limite das Ajudas

Comparticipação: 80% das despesas elegíveis até € 200.000 para Câmaras Municipais, Empresas municipais e Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos; 100% das despesas elegíveis para Juntas de Freguesia e IPSS

Limite mínimo de despesas elegíveis por projecto: € 2.500,00

Limite máximo de despesas elegíveis por projecto: € 300.000,00 para as Câmaras Municipais e Empresas Municipais | € 100.000,00, para Juntas de Freguesia, IPSS e Pessoas colectivas de direito privado

Os montantes máximos a atribuir respeitarão os limites da *regra de auxílios de minimis*.

Beneficiários

- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos
- Autarquias Locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)
- Empresas Municipais
- IPSS

CAE's

São enquadráveis os pedidos de apoio cuja actividade esteja prevista no Anexo I da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho.

Despesas Elegíveis e Não Elegíveis

São despesas elegíveis as previstas no Anexo III da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

São despesas não elegíveis as previstas no Anexo IV da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

19.2_7.4 Investimento em Serviços Básicos Locais

Dotação Orçamental Despesa Pública: € 425.412,59

Descrição

Implementação de iniciativas de apoio ao bem-estar social

Os projectos são acompanhados de parecer favorável vinculativo da Direcção Regional da Segurança Social.

Objectivos

Criar serviços para a população local que contribuam para a integração e valorização social

Criar respostas sociais para públicos-alvo específicos, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza

Tipologia de Projectos

- Criação de serviços de apoio a idosos, deficientes e grupos desfavorecidos
- Dinamização de serviços de apoio social de proximidade e/ou itinerante
- Criação de serviços de apoio à infância e a jovens

Nível e Limite das Ajudas

Comparticipação: 80% das despesas elegíveis até € 200.000 para Câmaras Municipais, Empresas municipais e Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos; 100% das despesas elegíveis para Juntas de Freguesia e IPSS

Limite mínimo de despesas elegíveis por projecto: € 2.500,00

Limite máximo de despesas elegíveis por projecto: € 300.000,00 para as Câmaras Municipais e Empresas Municipais | € 100.000,00 para as Juntas de Freguesia, Pessoas colectivas de direito privado e IPSS

Os montantes máximos a atribuir respeitarão os limites da *regra de auxílios de minimis*.

Beneficiários

- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos
- Autarquias Locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)
- Empresas municipais
- IPSS

CAE's

São enquadráveis os pedidos de apoio cuja actividade esteja prevista no Anexo I da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho.

Despesas Elegíveis e Não Elegíveis

São despesas elegíveis as previstas no Anexo III da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

São despesas não elegíveis as previstas no Anexo IV da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

19.2_7.5 Investimento em Infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas

Dotação Orçamental Despesa Pública: € 850.825,19

Descrição

Dinamização de actividades e serviços de apoio turístico
Criação e promoção de estruturas de apoio ao turismo temático (itinerários ou rotas)
Desenvolvimento de conteúdos e estruturas de promoção turística inovadores

Objectivos

Promover iniciativas turísticas e outras actividades de lazer e recreio
Criar produtos turísticos associados à valorização ambiental
Promover o Turismo Inclusivo e Acessível a todos
Promover o Turismo Cultural e EnoGastronómico

Tipologia de Projectos

Criação de infra estruturas essenciais à implementação de rotas, percursos, sinalética agregados a programas de divulgação e animação turística
Centros de informação turística e sinalização de locais turísticos
Dinamização de produtos e serviços associados a actividades pedagógicas e de lazer agregados a programas de divulgação e animação turística
Construção e beneficiação de zonas de lazer
Recuperação e beneficiação de trilhos e sinalética

Nível e Limite das Ajudas

80% das despesas elegíveis até ao limite de €200.000,00 para Câmaras Municipais, Empresas Municipais e Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos | 100% para as Juntas de Freguesia e IPSS

Limite mínimo de despesas elegíveis por projecto: € 2.500,00

Limite máximo de despesas elegíveis por projecto: € 300.000,00 para as Câmaras Municipais e Empresas Municipais | € 100.000,00 para as Juntas de Freguesia, para Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos e IPSS

Os montantes máximos a atribuir respeitarão os limites da *regra de auxílios de minimis*.

Beneficiários

- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos
- Autarquias Locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)
- Empresas municipais
- IPSS

CAE's

São enquadráveis os pedidos de apoio cuja actividade esteja prevista no Anexo I da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho.

Despesas Elegíveis e Não Elegíveis

São despesas elegíveis as previstas no Anexo III da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

São despesas não elegíveis as previstas no Anexo IV da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

19.2_7.6 Investimento associado ao património cultural e natural e acções de sensibilização ambiental

Dotação Orçamental Despesa Pública: € 850.825,19

Descrição

Recuperação, conservação, valorização e promoção do património natural e cultural
Promoção de acções de sensibilização ambiental

Objectivos

Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitectónico
Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local
Promover a sustentabilidade ambiental

Tipologia de Projectos

Promoção do património arquitectónico tradicional
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais
Refuncionalização de edifícios tradicionais para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental
Actividades de sensibilização ambiental
Aquisição de fardamentos, trajes, para filarmónicas, grupos folclóricos, grupos de cantares e confrarias
Aquisição de instrumentos musicais

Nível e Limite das Ajudas

80% das despesas elegíveis até ao limite de €200.000,00 para Câmaras Municipais, Empresas municipais e Pessoas colectivas de direito privado | 100% para as Juntas de Freguesia e IPSS

Limite mínimo de despesas elegíveis por projecto: € 2.500,00

Limite máximo de despesas elegíveis por projecto: € 300.000,00 para Câmaras Municipais e Empresas Municipais | € 100.000,00 para Juntas de Freguesia e Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos e IPSS

Os montantes máximos a atribuir respeitarão os limites da *regra de auxílios de minimis*.

Beneficiários

- Pessoas singulares ou colectivas de direito privado
- Autarquias Locais (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)
- Empresas municipais
- IPSS

CAE's

São enquadráveis os pedidos de apoio cuja actividade esteja prevista no Anexo I da Portaria nº 97/2015, de 20 de Julho.

Despesas Elegíveis e Não Elegíveis

São despesas elegíveis as previstas no Anexo III da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho.

São despesas não elegíveis as previstas no Anexo IV da Portaria nº97/2015, de 20 de Julho

ANEXO II – CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Para a avaliação dos pedidos de apoio foi definido um procedimento de análise consubstanciado na seguinte equação:

$$PF = 0,40A + 0,40B + 0,20C$$

Em que:

PF – Pontuação Final

Componentes:

A – Nível de Adequação à EDL

B – Análise Técnica

C – Análise Social/Cultural

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Os pedidos de apoio serão avaliados tendo por base três componentes, a saber: Enquadramento na EDL, Análise Técnica e Análise Social/Cultural.

Cada componente contribui para a Pontuação Final do projecto de acordo com a ponderação definida na equação supra apresentada. A Pontuação Final máxima é 100. A pontuação mínima é 50.

Para cada intervenção da Medida 19.2 do PRORURAL+, serão avaliadas as componentes que determinam a Pontuação Final do projecto, sendo que, a cada acção, são aplicados Critérios de Selecção, no âmbito dos quais estão definidos Vectores específicos, cuja ponderação influi na pontuação das várias componentes, determinando assim, a Pontuação Final.

Em caso de empate entre os valores absolutos da pontuação final, dos pedidos de apoio, recepcionados ao abrigo de cada concurso, será utilizado um procedimento de valores relativos para efeitos de desempate.

Assim, e por intervenção, será considerado para efeitos de desempate, o primeiro, segundo e terceiro critérios de selecção, de maior contributo ponderado, para a pontuação final em ordem decrescente.

Não será tido em conta, para efeitos de desempate, o critério de selecção denominado “Contributo do Projecto para a EDL”.

MEDIDA 19.2 - 6.4 Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Actividades Não Agrícolas

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projecto para a EDL – 40 pontos

Será avaliada a conformidade do projecto com os objectivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vectores	Ponderação
▪ 0 Objectivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objectivos	▪ 100%

2. Falhas de Mercado – 40 pontos

Será avaliada a existência de mercado para os bens e serviços resultantes do investimento proposto, numa perspectiva da oferta existente localmente, por ilha, de forma a aferir da manifesta carência dessa actividade no mercado de implantação. Pretende-se evitar a deslocação.

Vectores	Ponderação
▪ 3 ou mais empresas locais	▪ 0%
▪ 2 empresas locais	▪ 50%
▪ 1 Empresa local	▪ 75%
▪ 0 Empresas locais	▪ 100%

3. Complementaridade de Intervenções – 20 pontos

Será avaliada a interligação entre intervenções em busca de resultados comuns, numa perspectiva integrada das intervenções a apoiar.

Vectores	Ponderação
▪ Sem Articulação	▪ 0%
▪ Articulação entre sectores de Actividade ou entre Projectos	▪ 50%
▪ Articulação do Património Natural, Cultural e Edificado com fins turísticos	▪ 50%

Componente B – Análise Técnica

1. Tipologia de Projecto – 20 pontos

A tipologia do projecto poderá prever uma de diversas situações em termos de infraestrutura de apoio ao exercício da actividade objecto de candidatura.

Vector	Ponderação
▪ Conservação/Manutenção	▪ 0%
▪ Construção de raiz	▪ 30%
▪ Refuncionalização/Recuperação/Modernização	▪ 100%

2. Diferenciação da oferta de produtos e serviços – 20 pontos

A avaliação da oferta de produtos e serviços será efectuada pela análise da sua capacidade de diferenciação no contexto local, de modo a aferir se é:

Vector	Ponderação
▪ Sem diferenciação	▪ 0%
▪ Associado a factores distintivos/tradicionais locais	▪ 30%
▪ Responsável e sustentável	▪ 35%
▪ Inclusivo e acessível	▪ 35%

3. Competitividade – 20 pontos

O projecto será valorizado consoante o seu perfil competitivo no mercado de implantação.

Vector	Ponderação
▪ Sem factores competitivos	▪ 0%
▪ Implementação de sistema de certificação da qualidade (caderno de especificações ou ISO)	▪ 10%
▪ Oferta de produtos/serviços diferenciadores no local	▪ 40%
▪ Capacidade de oferta face à procura no seu segmento	▪ 50%

4. Ambiente – 3R's: reciclar, reduzir e reutilizar – 20 pontos

Serão valorizados os projectos que tenham impacto, na protecção do meio ambiente.

Vector	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Utilização materiais amigos do ambiente	▪ 50%

- Condições para boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização embalagens devolvidas, etc
- 50%

5. Capacitação de Agentes Económicos – 10 pontos

Será tida em consideração a qualificação do promotor na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações e experiência profissional.

Vectores	Ponderação
Sem formação complementar/experiência profissional	0%
Formação complementar	50%
Experiência Profissional na Área de Investimento	50%

6. Inovação do projecto – 3 P's: produtos, processos e práticas – 10 pontos

A avaliação do carácter inovador do projecto será efectuada mediante o número de vectores abordados no projecto, de entre os seguintes:

- Diferenciação e especialização de produtos, serviços ou processos
- Marketing e promoção dos produtos/serviços
- Diferenciação na utilização do património edificado, cultural e natural
- Investimento em energias alternativas

Vectores	Ponderação
Sem inovação	0%
1 ou mais vectores	100%

Componente C – Análise Social/Cultural

1. Criação de Emprego – 50 pontos

O projecto será valorizado consoante a criação de postos de trabalho, a tempo inteiro, por um período mínimo de 3 anos. Entende-se por posto de trabalho a existência de relação laboral entre um trabalhador e a empresa objecto do apoio.

Vectores	Ponderação
Sem criação de postos trabalho	0%
Criação 1 posto trabalho	50%
Criação 2 ou mais postos trabalho	100%

2. Contributo Cultural – 30 pontos

Será valorizado o contributo do projecto para a preservação e divulgação da Cultura local.

Vectores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Interligação da cultura local: artesanato, gastronomia e produtos locais, folclore, tradições, património edificado rural	▪ 100%

3. Economia Social – 20 pontos

Será avaliado o contributo do projecto para a economia social.

Vectores	Ponderação
▪ Sem ligação à economia social	▪ 0%
▪ Com ligação à economia social	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critério de Selecção
Primeiro	Falhas de mercado
Segundo	Criação de emprego
Terceiro	Competitividade

MEDIDA 19.2 - 7.2 Investimento em Infra estruturas de Pequena Escala, incluindo Energias Renováveis e Economia de Energia

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projecto para a EDL – 40 pontos

Será avaliada a conformidade do projecto com os objectivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vectores	Ponderação
▪ 0 Objectivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objectivos	▪ 100%

2. Falhas de Mercado – 40 pontos

Será avaliada a existência de infraestruturas idênticas ou semelhantes, resultantes do investimento proposto, numa perspectiva da oferta existente localmente, por freguesia/concelho, consoante a área de abrangência do beneficiário, de forma a aferir da manifesta carência dessa actividade/serviço/infraestruturas no mercado de implantação.

Vectores	Ponderação
▪ 2 ou mais infraestruturas locais	▪ 50%
▪ 1 Infraestrutura local	▪ 75%
▪ 0 Infraestruturas locais	▪ 100%

3. Complementaridade de Intervenções – 20 pontos

Será avaliada a interligação entre intervenções em busca de resultados comuns, numa perspectiva integrada das intervenções a apoiar.

Vectores	Ponderação
▪ Sem Articulação	▪ 0%
▪ Promoção da criatividade	▪ 20%
▪ Articulação entre sectores de Actividade ou entre Projectos	▪ 30%
▪ Promoção dos circuitos de abastecimento curtos e alimentos sustentáveis	▪ 50%

Componente B – Análise Técnica

1. Diferenciação da oferta de serviços – 30 pontos

A avaliação da oferta integrada de serviços será efectuada pela análise da sua capacidade de abrangência e multifuncionalidade, de modo a aferir se é:

Vectores	Ponderação
▪ Sem diferenciação	▪ 0%
▪ Multifuncionalidade e inter sectores	▪ 30%
▪ Responsável e sustentável	▪ 35%
▪ Inclusivo e acessível	▪ 35%

2. Inovação do projecto – 3 P's: produtos, processos e práticas – 30 pontos

A avaliação do carácter inovador do projecto será efectuada mediante o número de vectores abordados no projecto, de entre os seguintes:

- Diferenciação e especialização de produtos, serviços ou processos
- Marketing e promoção dos produtos/serviços
- Diferenciação na utilização do património edificado, cultural e natural
- Investimento em energias alternativas

Vectores	Ponderação
▪ Sem inovação	▪ 0%
▪ 1 ou mais vectores	▪ 100%

3. Tipologia de Projecto – 20 pontos

A tipologia do projecto poderá prever uma de diversas situações em termos de infraestrutura de apoio ao exercício da actividade objecto de candidatura.

Vectores	Ponderação
▪ Construção/Manutenção	▪ 0%
▪ Construção de raiz	▪ 30%
▪ Refuncionalização/Recuperação /Modernização	▪ 100%

4. Ambiente – 3R's: reciclar, reduzir e reutilizar – 20 pontos

Serão valorizados os projectos que tenham impacto, na protecção do meio ambiente.

Vectores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Utilização materiais amigos do ambiente ou instalação de energias renováveis	▪ 50%
▪ Condições para boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização embalagens devolvidas, etc	▪ 50%

Componente C – Análise Social/Cultural

1. Dinamização do tecido empresarial – 60 pontos

O projecto será valorizado consoante a capacidade de dinamização do tecido empresarial.

Vectores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Dinamização dos restantes sectores de actividade	▪ 40%
▪ Dinamização das produções locais e dos Circuitos Abastecimento Curtos	▪ 60%

2. Contributo Cultural – 40 pontos

Será valorizado o contributo do projecto para a preservação e divulgação da cultura local.

Vectores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Interligação da cultura local: artesanato, gastronomia e produtos locais, folclore, tradições, património edificado rural	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critério de Selecção
Primeiro	Falhas de mercado
Segundo	Inovação
Terceiro	Dinamização do tecido empresarial

MEDIDA 19.2 – 7.4 INVESTIMENTO EM SERVIÇOS BÁSICOS LOCAIS

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projecto para a EDL – 40 pontos

Será avaliada a conformidade do projecto com os objectivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vectores	Ponderação
▪ 0 Objectivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objectivos	▪ 100%

2. Resposta Social – 30 pontos

Será avaliada a pertinência das intervenções para aferir de que modo podem colmatar lacunas imprescindíveis na área social. Serão valorizados os equipamentos sociais localizados na área geográfica de abrangência com menor taxa de cobertura, de forma a corrigir as assimetrias identificadas.

Vectores	Ponderação
▪ Sem pertinência – existe resposta social	▪ 0%
▪ Pertinente – não existe resposta social	▪ 100%

3. Taxa de Cobertura da Resposta Social – 30 pontos

Serão valorizados os equipamentos sociais localizados na área geográfica de abrangência da instituição que permitam alcançar maior taxa de cobertura, de forma a corrigir as assimetrias identificadas.

Vectores	Ponderação
▪ Sem pertinência – existe resposta social com taxa de cobertura de 100%	▪ 0%
▪ Pertinente – resposta social para taxa de cobertura de 50% das necessidades	▪ 60%
▪ Muito pertinente – resposta social para taxa de cobertura igual ou superior a 50% das necessidades	▪ 100%

Componente B – Análise Técnica

1. Resposta em Parceria – 35 pontos

Pretende-se avaliar a complementaridade das parcerias através de redes sociais locais para aferir de que modo podem contribuir para o sucesso das práticas sociais activas e para a criação de sinergias no contexto social, através do efeito multiplicador.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem parcerias	▪ 0%
▪ Articulação com outros sectores de actividade ou projectos (políticas e actores)	▪ 50%
▪ Articulação entre valências para promover as sinergias	▪ 50%

2. Acessibilidade e Mobilidade – 30 pontos

Será valorizado o contributo do projecto para a inclusão social, com o reforço de serviços de proximidade que permitam contribuir para aumentar a qualidade de vida dos grupos mais fragilizados.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Serviços de proximidade	▪ 50%
▪ Adaptação de viaturas e/ou infra estruturas acessíveis	▪ 50%

3. Valências da instituição – 20 pontos

A avaliação das necessidades da instituição decorre da análise das valências existentes e da capacidade de resposta social.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem valências	▪ 0%
▪ 1 Valência	▪ 50%
▪ 1 ou mais valências	▪ 100%

4. Tipologia de Projecto – 15 pontos

A tipologia do projecto poderá prever uma de diversas situações em termos de infraestrutura de apoio ao exercício da actividade objecto de candidatura.

Vectorios	Ponderação
▪ Construção/Manutenção	▪ 0%
▪ Construção de raiz	▪ 30%
▪ Refuncionalização/Recuperação/Modernização	▪ 100%

Componente C – Análise Social/Cultural

1. Inclusão Social – 70 pontos

Será valorizado o contributo do projecto para reforçar a capacidade das instituições intervirem com qualidade e abrangência nos seus locais de implantação, junto da população local e de grupos específicos que apresentam maiores necessidades.

Vectores	Ponderação
▪ Áreas de uso exclusivo pela instituição beneficiária	▪ 0%
▪ População em Geral	▪ 50%
▪ Crianças, Idosos, Pessoas portadoras de Deficiência, Desempregados, Beneficiários do RSI, Sem-Abrigo e/ou Repatriados	▪ 100%

2. Criação de Emprego – 30 pontos

O projecto será valorizado consoante a criação de postos de trabalho, a tempo inteiro, por um período mínimo de 3 anos. Entende-se por posto de trabalho a existência de relação laboral entre um trabalhador e a empresa objecto do apoio.

Vectores	Ponderação
▪ Sem criação de postos trabalho	▪ 0%
▪ Criação 1 posto trabalho	▪ 50%
▪ Criação 2 ou mais postos trabalho	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critério de Selecção
Primeiro	Inclusão social
Segundo	Resposta em parceria
Terceiro	Taxa de cobertura

MEDIDA 19.2 – 7.5 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DE LAZER E TURÍSTICAS E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projecto para a EDL – 40 pontos

Será avaliada a conformidade do projecto com os objectivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vectorios	Ponderação
▪ 0 Objectivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objectivos	▪ 100%

2. Pertinência de Intervenções – 40 pontos

Será avaliada a pertinência das intervenções para aferir da manifesta carência dessa infra estrutura ou serviço na área de abrangência territorial.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem pertinência - já existe 1 valência	▪ 0%
▪ Pertinente - não existe valência	▪ 100%

3. Complementaridade de Intervenções – 20 pontos

Pretende-se avaliar de que forma o projecto pode contribuir para a criação de sinergias no contexto turístico, cultural e social, através do efeito multiplicador.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem articulação	▪ 0%
▪ Articulação com outros sectores de actividade ou projectos	▪ 50%
▪ Articulação entre valências para promover sinergias	▪ 50%

Componente B – Análise Técnica

1. Diferenciação da oferta – 30 pontos

A avaliação da oferta de infra estruturas de interesse turístico e de lazer será efectuada pela análise da sua capacidade de diferenciação na sua área de implantação de modo a aferir se é:

Vectorios	Ponderação
▪ Sem diferenciação	▪ 0%
▪ Associado a factores distintivos/tradicionais locais	▪ 30%
▪ Responsável e sustentável (segurança, conforto, ambiente, zonas de sombra, etc)	▪ 35%
▪ Inclusivo e acessível	▪ 35%

2. Ambiente – 3R's: reciclar, reduzir e reutilizar - 30 pontos

Serão valorizados os projectos que tenham impacto directo, na protecção do meio ambiente.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Condições para boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens, etc	▪ 40%
▪ Zona abrangida por alguma forma de protecção incluindo Rede Natura 2000	▪ 60%

3. Tipologia de Projecto – 20 pontos

A tipologia do projecto poderá prever uma de diversas situações em termos de infraestruturas de apoio:

Vectorios	Ponderação
▪ Conservação/Manutenção	▪ 0%
▪ Construção de raiz	▪ 30%
▪ Refuncionalização/Recuperação/Modernização	▪ 100%

4. Inovação do Projecto – 3P's: produtos, processos e práticas - 20 pontos

A avaliação do carácter inovador do projecto será efectuada mediante o número de vectores abordados, de entre os seguintes:

- Diferenciação e especialização de produtos, serviços ou processos
- Marketing e promoção dos produtos/serviços
- Diferenciação na utilização do património edificado, cultural e natural
- Investimento em energias alternativas

Vectores	Ponderação
▪ Sem inovação	▪ 0%
▪ 1 ou mais vectores	▪ 100%

Componente C – Análise Sócio - Cultural

1. Valorização do património para fins turísticos – 70 pontos

Serão valorizados os projectos que representem um contributo significativo para a promoção e divulgação da cultura local e do património natural.

Vectores	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Interligação de tradições, folclore, gastronomia, artesanato	▪ 40%
▪ Turismo ambiental e/ou cultural	▪ 60%

2. Criação de Emprego – 30 pontos

O projecto será valorizado consoante a criação de postos de trabalho, a tempo inteiro, por um período mínimo de 3 anos. Entende-se por posto de trabalho a existência de relação laboral entre um trabalhador e a empresa objecto do apoio.

Vectores	Ponderação
▪ Sem criação de postos trabalho	▪ 0%
▪ Criação 1 posto trabalho	▪ 50%
▪ Criação 2 ou mais postos trabalho	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critério de Selecção
Primeiro	Pertinência da operação
Segundo	Valorização do património com fins turísticos
Terceiro	Diferenciação da oferta de serviços

MEDIDA 19.2 – 7.6 INVESTIMENTOS ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL E AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Componente A – Nível de Adequação à EDL

1. Contributo do Projecto para a EDL – 40 pontos

Será avaliada a conformidade do projecto com os objectivos operacionais definidos na EDL, específicos e transversais.

Vectores	Ponderação
▪ 0 Objectivos	▪ 0%
▪ 1 ou mais objectivos	▪ 100%

2. Contributo para a Promoção do Património Local – 40 pontos

Pretende-se avaliar de que forma o projecto pode contribuir para a promoção do património local, seja cultural, ambiental ou edificado.

Vectores	Ponderação
Sem contributo	▪ 0%
Articulação do património local na vertente económica ou turística	▪ 20%
Promoção dos produtos e saberes fazeres tradicionais	▪ 30%
Divulgação do património local: cultural, ambiental ou edificado	▪ 50%

3. Complementaridade de Intervenções – 20 pontos

Pretende-se avaliar de que forma o projecto pode contribuir para a criação de sinergias no contexto cultural e/ou natural, através do efeito multiplicador.

Vectores	Ponderação
▪ Sem articulação	▪ 0%
▪ Articulação com outros sectores de actividade ou projectos	▪ 100%

Componente B – Análise Técnica

1. Tipologia de Projecto – 60 pontos

A tipologia do projecto poderá prever uma de diversas situações em termos da tipologia de intervenções passíveis de apoio:

Vectorios	Ponderação
▪ Sem contributo cultural/ambiental	▪ 0%
▪ Refuncionalização/Recuperação/Modernização de património edificado	▪ 60%
▪ Aquisição de meios de divulgação de cultura	▪ 100%
▪ Materiais de sensibilização ambiental	▪ 100%

2. Ambiente – 3R's: reciclar, reduzir e reutilizar - 40 pontos

Serão valorizados os projectos que tenham impacto directo, na protecção do meio ambiente.

Vectorios	Ponderação
▪ Sem contributo	▪ 0%
▪ Promoção e divulgação de zonas protegidas incluindo Rede Natura 2000	▪ 20%
▪ Boas práticas ambientais: ecopontos, reutilização de embalagens, etc	▪ 80%

Componente C – Análise Sócio - Cultural

1. Valorização do património sociocultural e/ou ambiental – 100 pontos

Os projectos serão avaliados pelo seu contributo para a promoção e divulgação da cultura local, do património edificado e da sensibilização ambiental, através dos seguintes vectores:

- Património edificado com relevância histórica
- Interligação de tradições, folclore, gastronomia, artesanato
- Contributo para o Turismo Cultural / Natureza
- Sensibilização para a separação de resíduos e compostagem
- Equipamentos de efeito demonstrativo

Vectorios	Ponderação
▪ 0 vectores	▪ 0%
▪ 1 vector	▪ 50%
▪ 2 ou mais vectores	▪ 100%

Critérios de Desempate

Será avaliado o contributo da pontuação dos seguintes critérios na determinação da pontuação final obtida, por ordem decrescente.

Prioridade Desempate	Critério de Selecção
Primeiro	Tipologia do projecto
Segundo	Valorização do património socio-cultural ou acções de sensibilização ambiental
Terceiro	Contributo para a promoção do património local

ANEXO III – RESUMO DE AUSCULTAÇÃO PÚBLICA

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
02.03.15	Junta Freguesia São Caetano	Sensibilização ambiental
		Parque merendas na Terra do Pão
		Zona balnear no porto de São Caetano
	Junta Freguesia Criação Velha	Parque do Alto da Cerca
		Melhoramento no Império do Espírito Santo
		Reabilitação parque infantil
		Jardim da freguesia
		Melhoramentos na zona balnear Laja das Rosas
		Cozinha, mobiliário e sala espetáculos da C.Povo
		Sensibilização ambiental
	Santa Casa da Misericórdia da Madalena	Ampliação da creche
		Criação de residência para portadores deficiência
		Clinica medica: consultas e exames diagnóstico
		Edifício do CAO: sala senso-motora com zona húmida melhoria da sala de dança/ginástica
	Junta Freguesia Madalena	Trilhos
		Recuperação parque campismo Formosinha
		Miradouro
		Guindaste da Areia Larga
	Junta Freguesia Bandeiras	Requalificação do Cais do Mourato
		Parque infantil
		Sensibilização ambiental
03.03.15	Junta Freguesia Ribeirinha	Casa das artes e ofícios
	Junta Freguesia Piedade	Zona de lazer no centro da freguesia
	Junta Freguesia Calheta de Nesquim	Parque infantil
		Conforto e Acessos à Poça das Muijas
	Junta Freguesia São João	Zona envolvente ao moinho/campo de jogos
		Casa mortuária
	Junta Freguesia Ribeiras	Zonas balneares da Aguada e Entre os ilheus
		Zona de lazer
		Sinalização e informação turística + desdobrável
		Parque infantil
	Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico	Melhorias no infantário, incluindo berçário e ATL
		Veículo adaptado para apoio domiciliário
		Melhorias no lar de idosos
04.03.15	Maria Conceição Serpa – maior empresária TER da ZI (13 casas de campo) – sede Pico	Reunião de parceria recuperação 2 casas campo PRORURAL adesão de associada

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Junta Freguesia São Roque	Piscina de cais e poças
		Sinalização e toponímia
		Equipamentos para circuito de manutenção
		Sanitários públicos junto igreja s.roque e s.miguel arcanjo
	Santa Casa da Misericórdia de São Roque	Creche com berçário – equipamento parque infantil
		Lar de idosos – adaptar de acordo com legislação em vigor
		Residência para deficientes
05.03.15	Junta Freguesia Topo	Requalificação zona balnear/casa dos botes no porto do Topo
05.03.15	Junta Freguesia Santo Antão	Estufa comunitária para a Casa do Povo
	Conserveira de Santa Catarina	Turismo cultural/gastronómico
	Santa Casa da Misericórdia da Calheta	Viaturas adaptadas para o CAO, apoio ao domicílio e Centro de Dia
	Junta Freguesia Ribeira Seca	Eco pontos
06.03.15	Junta Freguesia Velas	Requalificação de 2 Parques infantis
		Criação parque lazer da Macela
	Junta Freguesia Urzelina	Reabilitar o parque campismo, piscina e Portinhos com percurso pedonal de ligação
		Sinalética
	Junta Freguesia Santo Amaro	Trilhos
		Porto da Queimada – zona balnear
	Associação Agricultores Ilha São Jorge	Melhoria espaço comercialização
	Santa Casa da Misericórdia de Velas	Viaturas de apoio
	Associação Desenvolvimento Ilha S.Jorge	Consultoria/workshops para a restauração/atendimento em geral
30.03.15	Centro Social da Terra do Pão	Equipamentos de apoio
		Edifício sede: remodelar palco principal, instalar cadeira elevador para sala idosos, remodelação cozinha
		Viatura de apoio
08.07.15	Câmara Municipal da Horta	Requalificação do mercado municipal
		Rede de parques infantis: 1 /freguesia
		Castelo das Pedras Negras nos Cedros
		Piscina da Fajã na Praia do Norte
		Zona das Bicas nos Flamengos
		Modernização dos equipamentos do teatro municipal (URBHORTA)
	Casa Povo Salão	Melhoramentos no edifício sede
		Viatura de apoio ao centro de idosos
	Santa Casa da Misericórdia da	Melhorias no CAO: criação de lar residencial para pessoas com deficiência

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Horta	Criar circuito de manutenção
	Casa do Povo Castelo Branco	Sede para a casa do povo
	Casa do Povo dos Flamengos	Melhorias na sala polivalente: som, luz, palco
		Construção de centro de dia
		Melhorias na cozinha pq não esta licenciada
	Casa do Povo dos Cedros	Melhorias na sede, incluindo a cozinha e moveis
		Sala para exposição etnográfica da freguesia
08.07.15	Casa do Povo de Pedro Miguel	Edifício sede da instituição, incluindo cozinha
		Viatura de apoio
	Junta Freguesia Praia do Norte	Zona de lazer da praia da fajã
	Junta Freguesia Matriz	Criação parques infantis
		Criação zona de lazer
		Circuitos/trilhos urbanos
	Junta Freguesia Feteira	Recuperação de moinho
		Recuperação e nicho de metralhadoras
		Edição de livro com registo histórico
	Junta Freguesia Pedro Miguel	Espaço envolvente à casa etnográfica
		trilhos
	Junta Freguesia Ribeirinha	Parque de lazer
		Circuito de trilhos
	Junta Freguesia Flamengos	Recuperação de património trilho
		Zona das bicas
		Miradouros
		Pavilhão multiusos desportivo
		Parque infantil
	Junta Freguesia Praia do Almocharife	Recuperação nicho de metralhadoras
		Parque infantil
	Junta Freguesia Castelo Branco	Trilhos
		Recuperação de chafarizes, fontes, fontanários, nascentes
		Polidesportivo com centro de estágio e dormitório
		Requalificação do forte
	Junta Freguesia dos Cedros	Parque infantil
		Campo futebol praia
		Zona de merendas e miradouro
		Livro com registo histórico
09.07.15	Associação Pais e Amigos Deficientes Ilha do Faial	Melhorias no CAO e ATL
		Viatura adaptada

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Jovens Agricultores da Ilha do Faial	Central hortofrutícola
	Associação Agricultores da Ilha do Faial	Realização do encontro do mundo rural/feira agrícola
10.07.15	Casa do Povo da Ribeira Seca	Zona de lazer
	Casa do Povo do Norte Pequeno	Melhorias na sede
	Centro Paroquial de Santo Antão	Viatura de apoio Construção de infra estrutura e aquisição de equipamentos
	Câmara Municipal da Calheta	Apoio aos visitantes na Fajã de São João
		Bar de apoio no miradouro do Topo
	Casa do Povo de Santa Antão	Museu da freguesia, pontos turísticos em vídeo, posto turismo
		Parque infantil
	Junta Freguesia Santo Antão	Arranjos urbanísticos
10.07.15	Junta Freguesia Norte Pequeno	Alargar a rede de trilhos – km zero
		Museu etnográfico
		Recuperação de escola primária para instalação de piscina coberta com energias renováveis
	Junta Freguesia de Velas	Ver notas da reunião do dia 06.03.15 Moinho e chafariz na beira
	Junta Freguesia da Urzelina	Ver notas da reunião do dia 06.03.15
	Junta Freguesia de Santo Amaro	Ver notas da reunião do dia 06.03.15
		Miradouro do Carregadouro
		Trilhos
	Junta Freguesia do Norte Grande	Reabilitação da escola primária para Centro Social – sala de convívio e cozinha Miradouro para a Fajã da Ribeira da Areia
	UNIQUEIJO	Fajã do Ouvidor - Cozinha comunitária, wc, zona de lazer com parque infantil
	Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge	Material promocional e de divulgação
	Confraria do Queijo de São Jorge	Feira Agrícola
11.07.15	Câmara Municipal de Velas	Museu do Queijo de São Jorge
	Casa de Repouso João Inácio de Sousa	Os projetos das juntas de freguesia terão apoio técnico da câmara
		Requalificação da cozinha
		CAT – centro apoio temporário – obras reabilitação
	Associação Apoio Crianças com Necessidades Especiais	Lavandaria
		Melhorar acessibilidades das instalações cedidas pela Sta Casa de Velas
	Câmara Municipal de São	Viatura adaptada
		Zona de lazer com potencial ecoturístico no Nariz de Ferro

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Roque do Pico	Zona balnear de Santa Luzia
		Zona de lazer com ciclovias junto à piscina de Santo António
	Câmara Municipal da Madalena	Museu das rendas
		Museu do Bom Jesus
		Abraça +: apoio especializado nas áreas de fisioterapia, psicológica, nutricional e teleassistência
	Confraria do Vinho do Pico	Aquisição de trajes
		Material promocional
12.07.15	Junta Freguesia da Candelária	Trilho, miradouro
		Parque infantil
		Mobiliário e equipamentos para casa do povo
10.07.15	Junta Freguesia Norte Pequeno	Alargar a rede de trilhos – km zero
		Museu etnográfico
		Recuperação de escola primária para instalação de piscina coberta com energias renováveis
	Junta Freguesia de Velas	Ver notas da reunião do dia 06.03.15
		Moinho e chafariz na beira
	Junta Freguesia da Urzelina	Ver notas da reunião do dia 06.03.15
	Junta Freguesia de Santo Amaro	Ver notas da reunião do dia 06.03.15
		Miradouro do Carregadouro
		Trilhos
	Junta Freguesia do Norte Grande	Reabilitação da escola primária para Centro Social – sala de convívio e cozinha
		Miradouro para a Fajã da Ribeira da Areia
		Fajã do Ouvidor - Cozinha comunitária, wc, zona de lazer com parque infantil
	UNIQUEIJO	Material promocional e de divulgação
	Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge	Feira Agrícola
	Confraria do Queijo de São Jorge	Museu do Queijo de São Jorge
	Câmara Municipal de Velas	Os projetos das juntas de freguesia terão apoio técnico da câmara
11.07.15	Casa de Repouso João Inácio de Sousa	Requalificação da cozinha
		CAT – centro apoio temporário – obras reabilitação
		Lavandaria
	Associação Apoio Crianças com Necessidades Especiais	Melhorar acessibilidades das instalações cedidas pela Sta Casa de Velas
		Viatura adaptada
	Câmara Municipal de São Roque do Pico	Zona de lazer com potencial ecoturístico no Nariz de Ferro
		Zona balnear de Santa Luzia
		Zona de lazer com ciclovias junto à piscina de Santo António
	Câmara Municipal da	Museu das rendas

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Madalena	Museu do Bom Jesus
		Abraça +: apoio especializado nas áreas de fisioterapia, psicológica, nutricional e teleassistência
	Confraria do Vinho do Pico	Aquisição de trajes
		Material promocional
12.07.15	Junta Freguesia da Candelária	Trilho, miradouro
		Parque infantil
		Mobiliário e equipamentos para casa do povo
12.07.15	Junta Freguesia Bandeiras	Recuperação da Ermida de S.Caetano no Cabeço do Chão
		Ampliação do cemitério
		ATL da Casa do Povo – obras e equipamentos
		Parque infantil – reabilitação
		Trilho
		Parque de merendas no Cais do Mourato
	Junta Freguesia São Mateus	Reabilitação da casa dos botes
		Reabilitação da capela do cemitério
		Sinalização turística
		Remodelação das salas de catequese
	Junta Freguesia de São Caetano	Zona lazer na Terra do Pão
		Trilho no Porto das Baixas com app para seguir o trilho
		Ampliação do cemitério
		Zona balnear no porto de s.caetano
	Junta Freguesia Santo Amaro	Recuperação do centro paroquial e cozinha
		Sala multimédia
		Parque infantil
		Trilho
	Junta Freguesia Santa Luzia	Zona balnear no Lajido
		Trilho
		Ecopontos
	Junta Freguesia Santo António	Obras no passal
		Ermida de Sant'Ana
		Parque infantil com zona de lazer e circuito manutenção em S.Vicente
		Instalações da irmandade Espírito Santo
	Junta Freguesia da Prainha	Jardim na freguesia
	Junta Freguesia Ribeiras	Ver notas reunião de 05.03.15
	Junta Freguesia da Piedade	Ver notas reunião de 05.03.15
		Zona balnear do Calhau
		Zona de lazer e parque infantil na antiga saibreira

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Junta Freguesia das Lajes	Zona balnear da Fonte
		Zona balnear do Portinho
		Obras no passal onde reúne o convívio de idosos
	Casa do Povo das Ribeiras	Criação de Parque infantil e ATL
	Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico	Criação de sala de provas e mostra espólio histórico
	Curral Atlantis,Lda	Aquisição de prensa e condições de frio
	Cooperativa Apícola Flor de Incenso	Design, marketing e promoção
		Sala de provas e ponto de vendas
		Remodelação de centro apícola
	Associação Comercial e Industrial do Pico	Parque de exposições
13.07.15	Câmara Municipal do Corvo	Polidesportivo
		Jardim,parque infantil,palco com tecto e cozinha/bar
13.07.15	Santa Casa da Misericórdia do Corvo	Parque infantil no jardim de infância
	LACTICORVO	----
14.07.15	Junta Freguesia da Fajã Grande	Parque lazer com circuito manutenção
		Construção espaço próprio para as festas locais
	Junta Freguesia do Lajedo	Sanitários públicos na costa
		Parque de merendas com parque infantil
	Junta Freguesia da Fazenda	Trilhos com zona de lazer
		Recuperação de fontanários
		Casa mortuária
	Junta Freguesia da Lomba	Recuperação do porto antigo
		Trilhos
	Junta Freguesia das Lajes	Parque lazer com circuito manutenção
		Remodelação parque infantil e zona merendas
		Hotspot
		Trilhos
		Recuperação de fontanários e da ponte da Ribeira dos Morros
	Câmara Municipal das Lajes das Flores	Criação de centro de acolhimento temporário
		Aplicação para download para visita virtual ao circuito dos espaços museológicos nas freguesias do concelho
		Refuncionalização da antiga britadeira – jardim botânico
		Criação de loja solidária
		Criação de um CAO pela Santa Casa
		Ecopontos e material sensibilização ambiental
		Recuperação de ermida do cemitério

DATA	INSTITUIÇÃO	NECESSIDADES
	Câmara Municipal Santa Cruz das Flores	Refuncionalização de edifícios antigos: tribunal, escola e moinho d'água
		Recuperação de trilhos, miradouros, lavadouros e chafarizes
		Recuperação dos impérios do Espírito Santo
		Material promocional e sinalética
	Junta Freguesia Santa Cruz	Reconstrução muros de pedra
		Fontanários
		Trajes dos grupos folclóricos
		Criação de casa etnográfica na escola primária
	Casa do Povo de Ponta Delgada	Obras de remodelação na sede
		Viatura de apoio
	Centro Bem Estar da Paróquia de Santa Cruz	Recuperação do passal da igreja matriz de santa cruz que inclui: cartório, residência sacerdotal e salas de catequese
		Viatura de apoio
	Santa Casa da Misericórdia das Lajes	Viatura adaptada com frio
14.07.15	Cáritas Paroquial N.Sra do Rosário	Museu de arte sacra
		Parceria com a CMLajes das Flores: loja solidária, gabinetes de apoio e banco alimentar
		Criação de CAO
	Santa Casa da Misericórdia Santa Cruz	Material pedagógico e didático e informático para ATL
		Viatura adaptada para refeições e equipamentos térmicos e tabuleiros
	Cooperativa UNIFLORES	Casa dos Cedros – tem casa de chá nos cedros e querem abrir quiosque na vila de sta cruz (economia solidária)
	Associação Agrícola das Flores	Melhoria da imagem dos produtos
		Pequena indústria de transformação carne/enchidos
20.07.15	Câmara Municipal das Lajes do Pico	Reordenamento da praça dos baleeiros
		Museu do queijo em São João
		Centro interpretativo nas Lajes
		Museu do espírito santo nas ribeiras
		Jardim das Terras
		Refuncionalizar a escola primária para biblioteca infanto-juvenil
		Casa mortuária em 2 freguesias
		Substituição dos equipamentos do auditório
		Reconverter pavilhão em piscina coberta
		Substituição dos equipamentos do Centro de Artes e Ciências do Mar

ANEXO IV – INDICADORES DE CONTEXTO E DE DESEMPENHO

INDICADORES EDL ADELIAÇOR 2014-2020

INDICADORES DE CONTEXTO - EDL ADELIAÇOR 2014-2020							
N.º	Indicador	Valor	Unidade	% RAA	Descrição	Fonte	Período
C1	População	42.424	N.º de habitantes	17,2%	População residente	Censos da população, INE, 2011	2011
C2	Estrutura etária	6.292	N.º de habitantes	14,2%	População residente < 15 anos	Censos da população, INE, 2011	2011
		28.643		16,8%	População residente 15-64 anos		
		7.601		23,5%	População residente > 64 anos		
C3	Território	1.020	Km2	43,9%	Superfície do território; 100% rural	Anuário Estatístico da RAA, SREA, 2013	2013
C4	Densidade populacional	40,94	N.º de habitantes	38,6%	N.º de habitantes / Km2 de superfície	Estimativas Provisórias Anuais da População, INE, 2015; Anuário Estatístico dos Açores, SREA, 2013	2014
C5	Taxa de emprego	48,5%	%	-	Taxa de emprego para a RAA	Publicação Açores em Números - SREA; Inquérito ao Emprego – INE	2013
C6	Taxa de actividade por conta própria	20,6%	%	123,0%	Taxa de actividade por conta própria	Censos da população, INE, 2011	2011
C7	Taxa de desemprego	17,0%	%	-	Taxa de desemprego para a RAA	Publicação Açores em Números - SREA; Inquérito ao Emprego – INE	2013
C8	PIB per capita	13.963	€	92,5%	PIB per capita em €/habitante	Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA	2009
C9	Taxa de pobreza	17,9%	%	-	Taxa de risco de pobreza na RAA	Destaque INE 20/06/2012, baseado em Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011	2009
C10	Estrutura da economia	527,32	M€	16,4%	VAB do território	Contas económicas regionais 1995 - 2012 para Portugal (base 2006), SREA	2009
		11,0%	%	-	% VAB no sector primário	estimativa Agro.Ges	
		15,9%	%	-	% VAB no sector secundário	estimativa Agro.Ges	
		73,1%	%	-	% VAB no sector terciário	estimativa Agro.Ges	
C11	Estrutura do emprego	18.444	N.º	18,1%	Emprego total	Censos da população, INE, 2011	2011
		10,8%	%	23,1%	% emprego no sector primário		
		21,4%	%	18,7%	% emprego no sector secundário		
		67,8%	%	17,3%	% emprego no sector terciário		
C12	Produtividade do trabalho por sector económico	32.073	€	-	Produtividade total do trabalho na RAA	Contas nacionais, INE, 2013; Estatísticas do emprego, INE, 2013	2013
		22.589	€	-	Produtividade do trabalho no sector primário na RAA		
		29.846	€	-	Produtividade do trabalho no sector secundário na RAA		
		34.216	€	-	Produtividade do trabalho no sector terciário na RAA		

INDICADORES DO QUADRO DE DESEMPENHO - EDL ADELIAÇOR 2014-2020				
Prioridade	Indicador	Valor	Unidade	Descrição
P6	Despesa pública total	5.385.542	€	Despesa pública total afectada à EDL da ADELIAÇOR
P6	Número de operações apoiadas para melhorar serviços de base e infraestruturas em zonas rurais	99	N.º projectos	N.º de projectos que se prevê apoiar ao abrigo da EDL da ADELIAÇOR
P6	População abrangida pelo GAL	42.424	N.º de habitantes	População abrangida pela EDL da ADELIAÇOR

ANEXO V – MANUAL DE PROCEDIMENTOS INTERNO